

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CLÁUDIA EMÍLIA AGUIAR MORAES

**ESPORTE PROLETÁRIO:
UMA LEITURA
DA IMPRENSA OPERÁRIA BRASILEIRA
(1928-1935)**

FLORIANÓPOLIS
2007

CLÁUDIA EMÍLIA AGUIAR MORAES

ESPORTE PROLETÁRIO:
UMA LEITURA
DA IMPRENSA OPERÁRIA BRASILEIRA
(1928-1935)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação, na área de concentração e Educação, História e Política.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo dos Reis
Co-orientador: Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz

FLORIANÓPOLIS
2007

CLÁUDIA EMÍLIA AGUIAR MORAES

ESPORTE PROLETÁRIO:
UMA LEITURA
DA IMPRENSA OPERÁRIA BRASILEIRA
(1928-1935)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, na área de concentração Educação, História e Política.

Aprovada em 13 de abril de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo dos Reis
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientador

Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz
Universidade Federal de Santa Catarina
Co-orientador

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos e às minhas queridas que estiveram presentes, mesmo na distância, e que possibilitaram, acreditaram, apostaram, confiaram e dividiram comigo as dores e as delícias desse processo que não termina aqui.

AGRADECIMENTOS

Toda minha gratidão vai para aquelas pessoas que colaboraram, de forma direta e indireta, para a realização deste trabalho. Mas quero, especialmente, externar meus sentimentos mais ternos, construídos antes, durante e depois dessa experiência, aos meus queridíssimos e queridíssimas que viveram comigo dores e amores, sorrisos e tristezas, tranqüilidade e angústia, ausências e presenças... a todos vocês, muitíssimo obrigada!

- À minha família, os primeiros a acreditarem e desejarem que isso fosse possível. Permitiram minha saída segura e confiaram no meu pouso em terras muito distantes...

- Aos queridos que foram uma nova família e permitiram a construção de uma segunda casa: Ivan, Lígia, Pedrinho, Malu, Mozart, Muleka, Jaison, Aninha, Maycon, Lucas e Dico. Com vocês aprendi que ficar é bom, mas continuar a caminhar é melhor ainda: se há uma coisa nessa vida que não se deve economizar, são os passos! E a saudade nessas horas deixa de ser pesada para ser uma forma diferente de continuar gostando e curtindo coisas que não podem mais estar do mesmo jeito que antes.

- Ao Fê, que dedicou muita atenção e, principalmente, amor e carinho a mim. Tudo foi muito melhor porque você esteve por perto.

- À turma do LESEF (Laboratório de Estudos em Educação Física). Chiquinho, Rosely, Chicon, Fee, Valter, Sandrinha: professores que possibilitaram, ao seu modo e ao seu tempo, a certeza desse estudo e a riqueza do trabalho compartilhado. Meri, Carol, Fran, Gysão, Aline, Ana Flávia, Karen, Mauro, Ueb, Vini, Léo, Bernardo, Bruno: amigos (as) e colegas de trabalho que me acolheram com histórias e idéias nas idas e vindas entre as ilhas distantes.

- Ao meu amigo Tico, por ser sempre uma referência leve e boa para (quase) tudo na vida.

- Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea, em especial, a Dani, Gisele, Carmen e Bia.

- Aos professores orientadores, Carlos Eduardo dos Reis e Alexandre Fernandez Vaz, cada qual ao seu modo e no seu tempo, foram importantes para a realização desse trabalho. Em especial ao Alexandre que abriu as portas para essa oportunidade.

- À banca de qualificação, em especial, ao professor Adriano Luiz Duarte que permitiu um diálogo necessário ao desenvolvimento do estudo.

- Aos colegas e colegas do Mestrado em Educação/UFSC da turma 2005/1.

- Ao Jorge Artur dos Santos que muito me ajudou na procura das fontes.

- Aos funcionários do AEL e do CEDEM que facilitaram a captura dos meus materiais.

- À CAPES, pela bolsa de estudos.

EPIGRAFE

Caminhos do Coração
Gonzaguinha

Há muito tempo que eu saí de casa
Há muito tempo que eu caí na estrada
Há muito tempo que eu estou na vida
Foi assim que eu quis, e assim eu sou feliz

Principalmente por poder voltar
A todos os lugares onde já cheguei
Pois lá deixei um prato de comida
Um abraço amigo, um canto prá dormir e sonhar

E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar

É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração

E aprendi ...

RESUMO

Esta pesquisa trata do fenômeno esportivo na perspectiva dos trabalhadores urbanos brasileiros das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, no período de 1928-1935, quando foram observadas iniciativas do movimento operário, principalmente de orientação comunista, em fomentar a prática esportiva de conteúdo classista entre trabalhadores. Relata que, desde o final do século XIX, o esporte se legitimou socialmente como um elemento educativo, já que, relacionado à formação moral, física e intelectual do indivíduo, criava o sentimento de amor pela pátria, dominava as paixões dos jovens, disciplinava o trabalhador e, de maneira sadia, ocupava as horas livres. Relata também que, entre os trabalhadores, desde o início do século XX, existiram clubes de fábricas, associações esportivas espalhadas pelos bairros operários das grandes cidades brasileiras, mas a relação estabelecida entre esporte e movimento operário gerou muitas polêmicas, que questionavam, principalmente, a vinculação das práticas esportivas com os valores burgueses. Menciona que, durante as décadas de 1920 e 1930, o esporte se popularizou e ganhou visibilidade de fenômeno social de grande aceitação popular, principalmente entre os trabalhadores, assumindo a condição de manifestação pública. Diante desse quadro, setores organizados do movimento operário, como foi o caso dos comunistas – também muito influenciados por reordenações políticas internas do comunismo internacional –, levaram em consideração o alcance do esporte entre os trabalhadores e o revestiram de um discurso classista, construindo, assim, outra relação que não excluísse tal prática do cotidiano operário, visando, sobretudo, a agrupação da classe sob a política comunista. Utilizando a imprensa proletária, documentos da Juventude Comunista e um periódico da Educação Física como fontes de investigação, este trabalho traz ao debate a apropriação que o movimento operário fez da organização esportiva, bem como as referências e determinações atribuídas ao esporte no âmbito do projeto de formação da classe operária brasileira.

Palavras-chaves: história do esporte; esporte operário; educação física.

ABSTRACT

This research addresses the sporting phenomenon from the urban workers' perspective in the Brazilian cities of São Paulo and Rio de Janeiro between 1928 and 1935, when one can observe some labour movement initiatives, particularly those from the communist orientation, in order to encourage the sport practice with class purposes among workers. This study indicates that since the end of nineteenth century sport was legitimised in a social way as an educational element. Related to a moral, physical and intellectual formation, it created a patriotic fervour, ruled the youth's passions, disciplined the workers and filled their leisure time in a healthy way. This investigation also indicates that since the beginning of twentieth century there were factories clubs, sport associations spread around working quarters of Brazilian great cities. However, the relationship between sport and labour movement originated many controversies especially over the link between sport and bourgeois values. This study mentions that sport was popularized and was seen as a social phenomenon of popular acceptance during the 1920s and 1930s. Under this circumstance, organised layers of labour movement – such as the communist one which was influenced by political and inner shifts in international communism – took into account the reach of sport among workers and involved it in social class content. Thus one built another relation which did not exclude its practice from the workers' daily routine in order to join the working class under the communist politics. By using as information sources the workers' printing press, Youth Communist documents and Physical Education periodicals, this research analyses the appropriation of sport by labour movement as well as the references and determinations to it within the wide project of making of Brazilian working class.

Keywords: sport history; working sport; physical education

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação
AEL – Arquivo Edgard Leuenroth
ANL – Aliança Nacional Libertadora
CC – Comitê Central
CECULT – Centro de Pesquisa em História Cultural
CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP
CEFD – Centro de Educação Física e Desportos
CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
CIESP – Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo
CNT – Conselho Nacional do Trabalho
CR – Comitê Regional
FEPRJ – Federação dos Esportes Proletários do Rio de Janeiro
FJCB ou FJC – Federação da Juventude Comunista do Brasil
FNEP – Federação Nacional de Esportes Proletários
FSRRJ – Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro
IC – Internacional Comunista
IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho
IJC – Internacional da Juventude Comunista
IVS – Internacional Vermelha Esportiva
JC – Juventude Comunista
LESEF – Laboratório de Estudos em Educação Física
PCB – Partido Comunista Brasileiro
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo “Júlio Mesquita Filho”
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UTG – União dos Trabalhadores Gráficos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
1 O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO BRASIL E A SUA POLITIZAÇÃO PELOS COMUNISTAS	
1.1 A RELAÇÃO DO ESPORTE COM A MODERNIDADE DO PAÍS: UM JOGO (NEM SEMPRE) HARMONIOSO ENTRE AS ELITES E OS TRABALHADORES	28
1.2 ESPORTE E POLÍTICA: ENTRAM EM CENA OS COMUNISTAS	48
CAPÍTULO II	
2 INTELLECTUAIS, EMPRESÁRIOS E OPERÁRIOS: RELAÇÃO E INTERVENÇÃO NO TERRENO ESPORTIVO	
2.1 MODERNO E EFICIENTE: O DISCURSO DE INTELLECTUAIS, EMPRESÁRIOS E ESTADO SOBRE A PRÁTICA ESPORTIVA	62
2.2 JORNAIS OPERÁRIOS: EM BUSCA DA CULTURA ESPORTIVA PROLETÁRIA	82
2.2.1 <i>A Percepção Operária Sobre o Esporte Burguês</i>	85
2.2.2 <i>Proletarização e Profissionalização do Esporte</i>	93
CAPÍTULO III	
3 FEDERAÇÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA DO BRASIL: UFANISMO E REALIDADE NA ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA OPERÁRIA	
3.1 DO INÍCIO ÀS POSSIBILIDADES: OS PROJETOS DE PROLETARIZAÇÃO DO ESPORTE	100
3.2 DIFICULDADES: OS OBSTÁCULOS E O ESFORÇO DE SUPERÁ-LOS	115
3.3 DESFECHO: O ERRO DA DISSOLUÇÃO DA FEDERAÇÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA	127
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
5 REFERÊNCIAS	135
5.1 FONTES	142

INTRODUÇÃO

Os vínculos entre esporte e sociedade têm sido considerados como um importante tema de estudo para ampliar nossa compreensão histórica, cultural e social sobre diferentes épocas. O estudo do esporte como fenômeno social não é algo novo, mas é preciso tomar nota, sem a necessidade de explicitar aqui as análises pioneiras sobre o tema, de que no meio acadêmico internacional, o esporte se configurou como um importante objeto de estudo, devido à grande dimensão que assumiu nas estruturas social e cultural da civilização¹, de tal modo que suas peculiaridades e sua relação com a sociedade atraíram a atenção de intelectuais, como o historiador Eric Hobsbawn², para quem o esporte foi uma das práticas sociais mais importantes da Europa na transição entre os séculos XIX-XX; de outros estudiosos, como o sociólogo Norbert Elias³, e também de teóricos como Jean-Marie Brohm, Herbert Marcuse e Bero Rigauer⁴ também investigaram o esporte e sua relação com a sociedade.

Hoje, no Brasil, o desenvolvimento de pesquisas com o foco nas práticas esportivas ou nos temas que, em alguma medida, se referem ao esporte, às atividades físicas e às práticas corporais e às suas relações com a sociedade também tem conquistado áreas de estudos no campo das Ciências Sociais. É cada vez mais comum a produção acadêmica sobre o esporte na Antropologia, na História, na Sociologia, na Educação e, decerto, na Educação Física. Os estudos que têm o futebol como objeto ou referência temática comparativa compõem uma área predominante nas pesquisas sobre o campo esportivo, tendo grande importância no processo de investigação das representações coletivas que suportam os mecanismos sociais e

¹ MELO, Victor Andrade de. *História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas*. São Paulo: Ibrasa, 1999. Neste livro, entre as páginas 29 a 54, o autor reflete sobre o percurso da História dos Esportes no Brasil, utilizando como recurso uma análise comparada com a de outros países, como, por exemplo, a História Social Inglesa em que o esporte já ocupa significativo espaço nos meios acadêmicos, destacando, assim, algumas referências desses estudos ingleses sobre a História do Esporte.

² HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. É também do mesmo autor: *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³ É bastante conhecido o livro de Elias, *A busca da excitação*, onde encontramos o texto intitulado *A gênese do esporte* onde o autor levanta questões acerca da origem do esporte moderno.

⁴ Estes três últimos autores citados fazem parte de um movimento teórico nas Ciências Sociais, conhecido como Teoria Crítica do Esporte, que tomou o esporte como tema de pesquisa, utilizando-se da crítica da cultura e da economia política, colocando, assim, em questão, o esporte e suas possibilidades pedagógicas e sociais. Para maiores informações, remeto o leitor aos textos de VAZ, Alexandre Fernandes. *Teoria crítica do esporte: origens, polêmicas, atualidade*. *Revista Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 1, nov. 2005/fev. 2006. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc/pdf/es102.pdf>>. Acesso em: 25 jan de 2007, também de BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

simbólicos da formação da nossa sociedade.⁵ O que se torna evidente são as múltiplas vias de análises, que não ignoram a presença do fenômeno esportivo na sociedade brasileira quando debatemos questões polêmicas, como a construção da modernidade em nosso País, processos identitários, relações raciais, processos disciplinares e educativos sobre o corpo entre outras.⁶

Embora essas temáticas sejam objeto de interesse de diferentes áreas de conhecimento, como as elencadas acima, no que diz respeito à História do Esporte ainda se ensaiam os primeiros passos no sentido de tornar mais estruturado o interesse de realizar estudos históricos ligados a essa temática, se comparados ao do cenário internacional.⁷ Entretanto, não se deve desconsiderar que o campo da Educação Física, a partir de 1990, desenvolveu um interesse muito mais pronunciado e institucionalizado pela História da Educação Física e do Esporte. Em outras áreas das Ciências Humanas, novos objetos de estudo já estavam em voga desde pelo menos duas décadas antes, entre eles as práticas de lazer e a inserção do esporte na classe operária. Assim, a historiografia brasileira tem produzido estudos, nos quais o esporte, a Educação Física, os exercícios corporais, as práticas esportivas de uma maneira geral são considerados práticas sociais que extrapolam o campo da Educação Física.

É preciso fazer uma consideração à localização/relação deste estudo dentro da produção acadêmica sobre as práticas culturais da classe trabalhadora, incluindo-se aí as organizações esportivas operárias. Em se tratando da relação entre esporte e classe operária, encontramos uma concentração de estudos nos aspectos da cultura da classe trabalhadora, sua história, formas de vida e de luta, situando-se aí as práticas esportivas como um elemento importante de análise da pluralidade das formas de sua organização para além do sindicato e do partido político. Estudos dessa natureza passaram a fazer parte da produção acadêmica em Ciências Humanas a partir dos anos 1970/80, quando foram articuladas novas temáticas às investigações sobre os diversos aspectos da experiência de classe, gerando um grande número de pesquisas acadêmicas que cederam espaço às condições de existência e trabalho, cotidiano e cultura operária, mulheres operárias, origens da legislação trabalhista, entre outras.⁸

⁵ TOLEDO, Luiz Henrique. Futebol e teoria social: aspectos da produção acadêmica brasileira (1982-2002). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 52, p. 133-165, 2001.

⁶ Ibid, p. 35-36. Nessas páginas, Toledo trata das temáticas consolidadas na conjuntura acadêmica.

⁷ Melo, 1999, p. 48.

⁸ Sobre a produção acadêmica historiográfica a respeito da classe operária no Brasil, consultar BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 145-158.

Nessa reconfiguração da historiografia brasileira, ganharam evidência temas como o lazer operário e as associações de trabalhadores em torno de práticas culturais, como o esporte, por exemplo. Mas a maneira como o esporte se desenvolveu em nosso País produziu uma relação de proximidade e afastamento com a classe operária, em que a popularização dos esportes e sua apropriação pelos trabalhadores pareciam ser uma tendência a se confirmar, porém quase sempre sob a vigilância da ordem burguesa. No processo de transição que levou nosso País a um regime político republicano, houve grandes reformas socioculturais e desenvolvimento dos centros urbanos, o que, paralelamente, propiciou o nascimento de novas práticas sociais, entre as quais a difusão de inúmeras atividades esportivas. Das modalidades esportivas praticadas, o futebol chamou especial atenção pelo seu amplo sentido de popularidade. Mas, desde décadas anteriores, o esporte já estava presente em nosso País entre as elites econômicas, para atender os anseios daqueles que desejavam moldar-se pela cultura européia e garantir uma perspectiva saudável de educação do físico.

Em uma perspectiva internacional, em julho de 1921, na cidade de Moscou, na ocasião do III Congresso Internacional Comunista, foi criada a Internacional Vermelha Esportiva (IVS) com o objetivo de fazer do esporte um meio de luta proletária.⁹ Essa não foi a única organização esportiva criada pelo movimento operário com a finalidade de contraponto cultural ao capitalismo. Basta lembrar que países europeus, como a Inglaterra, a França e a Bélgica têm uma longa história sobre a relação entre o movimento dos trabalhadores e o esporte¹⁰, mas deve-se destacar que foi nas décadas de 1920 e 1930 que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) incorporou esse movimento às suas estratégias de mobilização do operariado, justamente em um período significativo da história dos trabalhadores do Brasil.

Na disseminação do esporte em nosso País, a partir do final do século XIX, os discursos médico, pedagógico, militar e as influências culturais européias estiveram muito presentes e, durante as décadas de 1920 e 1930, sua expressão foi tão evidente que o esporte se tornou um fenômeno social de significativa importância: quanto mais a organização da vida moderna incorporava os preceitos definidos por esses discursos, mais visibilidade ganhava, assumindo a condição de manifestação pública. A educação do físico era um tema sempre presente nas discussões relacionadas à formação educacional dos indivíduos. Legitimado socialmente

⁹ STRAUSS, Leon. Le sport travailliste français pendant l'entre deux guerre. In: ARNAUD, Pierre (Org.). *Les origines du sport ouvrier en Europe*. Paris: L'Harmattan, 1994. p. 193-218

¹⁰ ARNAUD, Pierre (Org.). *Les origines du sport ouvrier en Europe*. Paris: L'Harmattan, 1994.

como um elemento educativo, o esporte formava a moral, o físico e o intelecto; criava o sentimento de amor pela pátria; dominava as paixões dos jovens; disciplinava o trabalhador e de maneira sadia ocupava as horas livres.

Estão inseridos nesse âmbito os projetos de eugenia da população brasileira e as campanhas nacionalistas que proliferaram a partir das primeiras décadas do século XX. Sob os auspícios da política, da ciência, do trabalho e da educação, articulou-se um projeto de controle corporal da população urbana brasileira.¹¹ Tais medidas fizeram parte de um ideário burguês de modernidade e civilidade projetado para o Brasil. Essas formulações provocaram muitos conflitos, e uma parte significativa desses embates estava relacionada aos hábitos da população brasileira, alvo dos objetivos de reforma.

A intervenção burguesa sobre a classe trabalhadora foi fortemente influenciada por esse ideal que pretendeu direcionar sua formação cultural, vislumbrando no corpo as ações médico-higienistas. Mas nem sempre foi esse o sentido das práticas esportivas nos meios operários. Já no início do século XIX, existiam clubes de fábricas e associações esportivas espalhados pelos bairros operários das grandes cidades brasileiras. Os novos objetos da historiografia da classe trabalhadora brasileira destacaram o papel dessas associações na articulação de identidades entre os trabalhadores. As tentativas de perceber a experiência da classe por meio de suas manifestações culturais, além dos núcleos sindicais e políticos, tiveram vez nos estudos pioneiros de Antônio Arnoni Prado, em *Libertários no Brasil*¹², e Francisco Foot Hardman, em *Nem Pátria Nem Patrão*.¹³ Hardman ressalta a importância de se tratar a cultura dos trabalhadores como inerente ao processo de formação do seu movimento. Entre as manifestações culturais descritas e analisadas pelo autor, as atividades de propaganda e outras ligadas aos círculos sindicais e anarquistas estão entre as abordagens centrais. Hardman ressalta também as tensões e os conflitos entre as práticas militantes relacionadas aos círculos dirigentes e as ligadas à classe de maneira mais ampla. Em *Libertários no Brasil*, obra que reúne artigos de vários autores, o destaque é a produção cultural ligada aos núcleos anarquistas no Brasil. Romances sociais, folhetins e atuação de militantes e intelectuais e suas relações com os trabalhadores estão entre as questões centrais da obra. Mas deve-se destacar que pesquisas desse tipo privilegiaram como foco de análise o anarquismo, tendência de

¹¹ SOARES, Carmen. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.

¹² PRADO, Antônio Arnoni (Org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹³ HARDMAN, Francisco Foot, *Nem pátria nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

grande divulgação no meio operário, e os esforços dos seus militantes na construção de uma cultura operária, sendo natural que esta fosse vista e analisada como um conjunto de hábitos e práticas em comum, símbolos, tradições, instituições inventadas ou incorporadas por trabalhadores em contextos históricos. E tal tendência não assimilou a prática esportiva como um elemento de sua cultura.

Nesse ponto, outros segmentos do movimento operário, como foi o caso dos comunistas, levaram em consideração o alcance do esporte entre os trabalhadores e o revestiram de um discurso classista, construindo outra relação que não excluísse tal prática do cotidiano operário. Os estudos que deram atenção a esse aspecto privilegiaram a perspectiva da história do futebol e de associações de classe em que a experiência foi partilhada, tais como sociedades recreativas, clubes dançantes e associações esportivas.¹⁴ O reconhecimento das peculiaridades organizacionais dos trabalhadores valoriza o papel dessas outras formas de associação no cotidiano operários e produz uma miríade de sentidos sobre essas sociabilidades, sendo impossível explicá-los e compreendê-los por meio de um modelo único de análise. Assim, embora houvesse a iniciativa do patronato em patrocinar algumas associações esportivas para afastar os operários dos sindicatos e para distraí-los das péssimas condições de trabalho por eles enfrentadas, também houve o exercício dessas atividades com significados próprios para os seus praticantes, diferente do proposto pelos discursos patronais e pela direção do movimento operário.

Apesar de esse campo de estudos ter ganho um movimento próprio a partir dessas considerações da historiografia, envolvendo cada vez mais estudiosos de diferentes áreas, ainda existem lacunas que precisam ser problematizadas no que se refere ao entendimento da apropriação do esporte pelo movimento operário, em especial no Brasil. É preciso estar atento à heterogeneidade das experiências operárias e aos aspectos não explorados tradicionalmente

¹⁴ ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. *Futebol de fábrica em São Paulo*. 1992. 219f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

PEREIRA, Leonardo Afonso Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MARCASSA, Luciana. *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888 – 1935)*. 2002. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SIQUEIRA, Uassyr. *Clubes e sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro: organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924)*. 2002. 190f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2002.

pela historiografia da classe trabalhadora e do esporte. Não obstante saber que as práticas esportivas cumpriam um papel de elemento aglutinador entre os trabalhadores, ou de usufruto do tempo livre, ou mesmo de sustento financeiro, como foi o caso da profissionalização do esporte na década de 1930, perguntamos: é preciso esmiuçar os argumentos que legitimaram a prática esportiva, classificada como de natureza burguesa, nos meios operários? É relevante uma análise da micro-história das relações presentes nas organizações operárias sobre a prática do esporte sob os códigos proletários, sem perder a delimitação mais ampla de análise?

Pensamos positivamente sobre essas questões, porém não temos a pretensão de resolver todos os problemas que envolvem a compreensão do esporte operário. Nossos esforços partem de um lugar específico, portanto, abarcam facetas específicas desse mesmo fenômeno, e buscam apreender o esporte operário estabelecendo com este uma interlocução com a história da classe trabalhadora, com a história do esporte e com as intervenções burguesas que buscaram ordenar o cotidiano operário.

Este estudo que ora propomos sobre o esporte operário é, em grande medida, um desdobramento de uma pesquisa que desenvolvemos como bolsista de iniciação científica no Laboratório de Estudos em Educação Física no Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (LESEF/CEFD/UFES). Temos como ponto de partida o estudo de conclusão de curso¹⁵ que, dentro do seu limite, pretendeu o cotejamento entre duas fontes de orientações distintas, a saber, um periódico da área da Educação Física e jornais proletários da década de 1930, identificando as idéias que circularam nesse contexto acerca das relações entre educação, trabalho, lazer e educação física.

Motivada a continuar nosso trabalho de formação inicial, detivemos esta dissertação numa especificidade do estudo de outrora, qual seja, a de avançar nas questões que tratam da relação entre a classe operária e as práticas esportivas. *Elencando o período compreendido entre 1928 e 1935, esta pesquisa pretendeu ser uma análise do fenômeno esportivo na perspectiva de trabalhadores urbanos brasileiros, utilizando como fonte privilegiada a imprensa proletária. Buscamos interrogar as referências, determinações e significados da organização do esporte na dinâmica do movimento dos trabalhadores entre o final dos anos de 1920 e o primeiro*

¹⁵MORAES, Cláudia. *Educação física, lazer e o mundo do trabalho na revista Educação Física (1932-1945) e um contraponto possível com os jornais proletários*. 2004. 130 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2004.

qüinqüênio da década posterior, bem como suas características, suas definições e os limites de sua aceitação e negação vinculados às idéias que representaram o esforço de reflexão do movimento operário sobre aquele contexto crítico da sociedade brasileira.

Ainda como projeto de mestrado, este trabalho pretendia investigar a relação entre educação, esporte e trabalho no meio operário, em uma perspectiva diacrônica que enfatizasse as expressões de resistência contra os processos formativos atrelados à ética do trabalho e aos ditames da mercantilização da cultura e da vida. Com o transcurso da pós-graduação, o desenvolvimento do nosso trabalho apontou os limites e possibilidades para o estudo e, assim, colocamo-nos objetivos mais modestos, mais bem recortados, combinação essa que nos levou a delinear a presente pesquisa em torno da presença do esporte no meio proletário como objeto de estudo. O que ecoa da formulação inicial deste trabalho é a perspectiva que reúne amplas transformações sociais para compreender a presença do fenômeno esportivo no meio operário, com uma função educativa e política, ou seja, as chaves de análise da relação entre esporte e trabalhadores não mudaram, mas sofreram uma reordenação, uma hierarquização diferente da anterior.

A primeira seleção que realizamos dos jornais proletários, ainda na iniciação científica, abarcou a década de 1930, por uma determinação de um estudo comparado a um periódico da área da educação física. Naquele momento, estabelecemos os seguintes critérios: jornais proletários que foram publicados nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, órgãos de representação da classe operária que mantiveram alguma regularidade nas publicações. Todavia, com os novos desenvolvimentos do estudo na pós-graduação e com a reelaboração dos objetivos ao longo da investigação, algumas mudanças tornaram-se necessárias. Reorientamos, então, nosso conjunto de fontes e a periodização, sem perder o trabalho acumulado de outrora.

Para nossa nova coleta de fontes, recorreremos novamente ao acervo de periódicos sindicais do século XX do arquivo Edgard Leuenroth (AEL), localizado especificamente no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O acervo agrange um levantamento parcial de periódicos sindicais nacionais e estrangeiros sobre associações de classe e/ou sindicais do século XX, levantamento que serviu de orientação para a seleção das fontes. Em resumo, nossos instrumentos de coleta foram a ferramenta de

busca do *site* do AEL¹⁶, o catálogo do levantamento parcial de periódicos sindicais do século XX¹⁷ e o catálogo de resumos de teses e dissertações do referido acervo.¹⁸

Além dos jornais, utilizamos também documentos da Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB), localizados no AEL e no Centro de Memória e Documentação da UNESP (CEDEM), boletins, cartas, circulares, resoluções, teses e informes da FJCB.¹⁹ Os documentos da Federação ganharam relevância em nosso estudo não somente pela constante preocupação com a juventude relatada nos jornais e pela presença da Juventude Comunista (JC) na organização dos jovens proletários, mas também pela possibilidade que oferecem de compreensão dos usos e argumentos utilizados pelos comunistas em relação ao esporte, uma vez que a Federação elegeu o esporte como um elemento de aproximação e de suma importância na viabilização de sua política.

O recorte histórico que realizamos tem fundamentos relacionados a datas e momentos históricos “oficiais” e também a uma própria demanda das fontes. Um prévio conhecimento das nossas fontes, aliado à bibliografia consultada auxiliou no recorte histórico da pesquisa, indicando que a menção freqüente ao esporte nos jornais operários teve início em 1928, com a campanha de proletarização do esporte pelos grupos comunistas, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. O período limite da pesquisa, 1935, foi uma demanda das próprias fontes, período que se associa a um contexto geral de medidas autoritárias no Brasil, e da dinâmica interna do movimento operário brasileiro. Após esse período, as ocorrências sobre esporte nos jornais operários selecionados diminuíram significativamente. A trajetória da FJCB também contribuiu para delimitar esse período histórico, pois apesar de a Federação ter sido fundada em 1927, foi mesmo no ano seguinte que suas atividades ganharam relevância para o movimento operário, atividades que terminaram em 1936.

¹⁶ O acervo do AEL foi nossa principal referência como centro de documentação. Há outros livros e produções acadêmicas que também nos auxiliaram. Eles serão citados ao longo do texto. Todo o conteúdo do acervo do AEL pode ser consultado pelo acesso a www.unicamp.br/sahu.

¹⁷ Remetemos o leitor ao levantamento parcial dos jornais sindicais em publicação impressa (Cadernos AEL, v. 7, n. 12/13, 2000) ou ao acesso *on-line* a: http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-12/levantamento-ael.pdf.

¹⁸ O catálogo de resumo de teses é composto por trabalhos acadêmicos que utilizaram os documentos do AEL e pode ser encontrado em publicação impressa ou *on-line* no *site* do AEL: http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/catalogo1.pdf

¹⁹ No AEL, os documentos, em sua maioria, encontram-se reunidos na Coleção Internacional Comunista, rolo de microfilme n. 8. No CEDEM, a localização dos documentos pode ser feita por palavras-chave no *site* de busca www.cedem.unesp.br.

O recorte que realizamos, o final da década de 1920 até o primeiro quinquênio dos anos de 1930, congrega um contexto de mudanças na sociedade brasileira. Nesse contexto, os jornais operários foram um importante veículo comunicador do operariado organizado, atuando, por um lado, como porta-voz de partidos e associações, debatendo e avaliando a atuação proletária e as conquistas da luta política, privilegiando o ponto de vista estratégico da organização operária; por outro, como divulgador da opinião de militantes operários que colaboraram com os jornais escrevendo textos sobre a situação do bairro ou manifestando sua opinião sobre o local de trabalho ou as peculiaridades do cotidiano operário.

Essa característica dos jornais operários das décadas de 1920 e 1930, de mesclar textos densos e doutrinários com a informação do cotidiano,²⁰ foi importante para dar voz à expressão esportiva que já se desenvolvia no meio operário brasileiro, pois, em primeiro lugar, a ordenação interna dos jornais ganhou espaços específicos para diferentes tipos de assuntos, inclusive para os esportes; em segundo, a manifestação de leitores colaboradores dos jornais trouxe para esse agente comunicador a visão do cotidiano registrado por trabalhadores adeptos ou não das práticas esportivas. Embora Maria Célia Paoli²¹ entenda que a reconstrução histórica do cotidiano operário do contexto em questão encontra obstáculos na falta do depoimento direto do sujeito da experiência vivida e sentida como *de classe*, consideramos nos jornais um espaço que foi um canal direto com os operários, para que expressassem situações por eles vivenciados diariamente. A coluna *Dos nossos correspondentes* do jornal *A Classe Operária* publicou seu objetivo:

Ela será acolhedora da voz das fabricas, das officinas, dos campos. Os companheiros e companheiras que desejarem escrever suas queixas, o regimen de trabalho em que vivem, a exploração dos salários, o desconforto, a falta de hygiene, a miséria [?] todos os aspectos enfim de sua vida amargurada devem dirigir-se a elle. Tudo isso deve ser feito com a maior exactidão, citando fatos verdadeiros, algarismo e comprovantes.²²

A utilização do jornal como principal fonte de documentação histórica pode ser muito eficiente já que esse material foi amplamente disseminado para/pelos militantes do movimento operário. Foi também o mais importante meio de comunicação, atuando como fonte de informação, doutrinação, orientação e ordem da classe operária, segundo Ferreira:

²⁰ ARAÚJO, Sílvia; CARDOSO, Alcina. *Jornalismo e militância operária*. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.

²¹ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos nas falas dos outros: tempo espaço e classe na história operária brasileira. In. LOPES, J. L (org). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo; Marco Zero. 1987

²² DOS NOSSOS correspondentes. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1, 1 maio 1928.

Em todos os acontecimentos relevantes que empolgaram os trabalhadores brasileiros o jornal mostrou-se o principal veículo de comunicação. Através de suas páginas a liderança operária orientava as massas trabalhadoras. As palavras dos líderes eram imprescindíveis ao encaminhamento das questões operárias. Nos momentos de crise, as sedes dos sindicatos transformavam-se em postos avançados da luta operária, das quais o jornal transmitia a palavra de ordem, a orientação a ser seguida pelas bases.²³

Maria Célia Giglio²⁴ tem opinião semelhante quando diz que o jornal operário teve relação sistemática com os acontecimentos que demarcaram o modo de vida de certas comunidades de leitores. Para a autora, a imprensa operária constituiu-se em um produto cultural criando estratégias de circulação capazes de formar uma comunidade de leitores-ouvintes que se alimentaram das idéias e debates surgidos em círculos de leitura, provavelmente alterando as formas de relacionamento que provocaram a distribuição de pensamentos novos. Continua a autora:

Mais que uma comunidade de leitores, os impressos operários, por suas características doutrinárias, possibilitaram a formação de uma rede de distribuidores daqueles discursos, tornaram-se detentores de um poder combatido explicitamente por uma malha de instituições (a polícia, a escola, a igreja)[...].²⁵

O jornalismo militante, além do seu valor como documento vivo de um determinado grupo social ou de uma época, diz Maria Nazareth Ferreira²⁶, também tem importância nos estudos da sociedade como valioso instrumento de orientação coletiva, sendo incontestável o valor da participação efetiva individual e do coletivo no processo histórico. Mas tomar como fonte os jornais operários exige análise do conteúdo do texto associada ao campo político-ideológico de sua atuação, ou seja, requer levar em conta a natureza do texto no contato com a realidade investigada.²⁷

Acompanhamos a produção de idéias sobre o esporte operário nos seguintes jornais: *A Classe Operária*, *O Internacional*, *Nossa Voz*, *O Trabalhador Gráfico*, *O Jovem Proletário*, *A Nação* – todos de tendência comunista ou simpatizantes. Também utilizamos um número da *Revista Cultura*, editada por Fernando Mangabeira, membro da Juventude Comunista, e o jornal *A*

²³ FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes. 1978. p. 15

²⁴ GIGLIO, Célia Maria Benedicto. Impressos operários, leitores e práticas de resistência. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, n. 7, 1º sem., 2000.

²⁵ Ibid, p. 52.

²⁶ FERREIRA, op cit., p. 15. Nota 23.

²⁷ ZICMAN, Reneé Barata. História da/atraves da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, p. 89-102, 1985.

Plebe, de tendência anarquista.²⁸ Este último figurou como uma crítica ao esporte operário vindo do próprio movimento, já que os anarquistas repeliram a prática esportiva na formação do militante operário.

A *Classe Operária*, órgão central do PCB, surgiu em 1925, na cidade do Rio de Janeiro, mas logo em seu primeiro número a tipografia clandestina foi desativada. Ressurgiu em 1928 como um jornal de grande popularidade, Segundo Carneiro e Kossoy, era muito comum como prática de leitura e doutrinação ler trechos selecionados de *A Classe Operária* em reuniões políticas e de lazer²⁹, estratégia que atendeu ao grande número de trabalhadores analfabetos, além de seduzir jovens ainda despreparados para a ação política. Foi pelas páginas desse jornal, um canal direto de propaganda do ideário comunista, que pudemos acompanhar a defesa da formação da frente única proletária, segundo as determinações da Internacional Comunista.

Juntamente com a FJCB, *A Classe Operária* apresentou uma coluna dedicada ao jovem trabalhador intitulada *Juventude Proletária – órgão da educação revolucionária*, que se manteve de 1928 a 1930, com o objetivo de “[...] estabelecer contato mais íntimo com os jovens trabalhadores [...] para orientá-los na luta pelos seus interesses e direitos”.³⁰ Foi também interesse dessa coluna publicar artigos sobre o esporte proletário.

O Internacional e *Nossa Voz* foram dois jornais que também se dedicaram a publicar artigos sobre a relação entre esporte e operariado, com alguma ênfase para a juventude trabalhadora. Em 1929, *O Internacional*, canal direto do PCB na cidade de São Paulo, organizou uma *Secção da Juventude* a pedido dos próprios jovens colaboradores do jornal e anunciou a criação do *Grêmio Artístico Esportivo Internacional*. O *Nossa Voz*, jornal do Rio de Janeiro, publicou alguns artigos sobre a caracterização do futebol e da cultura operária e foi mensageiro da Carta Aberta da Juventude Comunista do Brasil.

O Trabalhador Gráfico foi um importante jornal com uma longa história no movimento operário de São Paulo.³¹ Além de apresentar artigos sobre o esporte e a juventude operária,

²⁸ Todas as citações retiradas dos jornais foram mantidas em sua grafia original.

²⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. *A Imprensa confiscada pelo DEOPS*. São Paulo: Ateliê, 2003.

³⁰ JUVENTUDE proletária. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, p. 4, 17 abr. 1930.

³¹ FERREIRA, 1978.

criou, em 1927, a diretoria da *União dos Trabalhadores Graphics Futebol Club*, uma iniciativa pioneira dentro de um sindicato. Em 1928, fundou o *Departamento Esportivo da Corporação Graphica* de São Paulo, que, durante a primeira metade dos anos de 1930, publicou artigos sobre a movimentação dos quadros esportivos proletários dos trabalhadores gráficos e teve a responsabilidade de publicar a *Página Esportiva* do jornal até o início do ano de 1936.

Um dos jornais libertários mais importantes, genuinamente anarquista, foi *A Plebe*. Surgiu em 1917, em meio a manifestações grevistas, e seu papel foi o de defender princípios anarquistas como doutrina social que preconizava uma sociedade livre, bem como a organização sindical contra a opressão do Estado.³² Por conta das inúmeras perseguições e dificuldades financeiras, o jornal foi interrompido em 1924, ressurgiu em 1927 e foi novamente interrompido em 1932 e 1935. Nos anos de 1920, a doutrina anarquista recusou o esporte como manifestação cultural dos trabalhadores. Na década de 1930, *A Plebe*, com um discurso inflamado contra o Estado, a Igreja e a burguesia, editou vários artigos de cunho antifascista.

Esses jornais foram colhidos por nós em maio de 2005, ainda no início da pesquisa. Naquele momento, definimos que o recorte cronológico deveria abarcar as décadas de 1920 e 1930 e, então, conjugamos dois critérios e selecionamos aqueles jornais de grande expressão no meio operário que mantiveram regularidade em suas publicações, se considerarmos, é claro, a periodicidade fugaz de jornais proletários no Brasil no final dos anos de 1920 e, principalmente, na década de 1930.

Como já apontamos que nossa pesquisa ganhou outra configuração, diferente daquela pensada inicialmente, o processo de desenvolvimento do estudo indicou novos documentos que poderiam ser úteis ao trabalho. A leitura dos jornais e da bibliografia consultada apontou outros jornais operários que não estiveram na seleção anterior, mas que continham importantes referências ao esporte. É o caso do jornal *A Nação*, que não foi um periódico editado por operários, entretanto, sua coluna *Desportos* esteve sob controle comunista de janeiro a agosto de 1927, enquanto o jornal *A Classe Operária* permanecia na ilegalidade, tornando-se, então, um veículo importante de comunicação da grande imprensa aliado ao PCB. A partir de 1928, com a ilegalidade do Partido e da política de classe contra classe da

³² CARNEIRO; KOSSOY, 2003.

Internacional Comunista (IC), esse compromisso foi encerrado, representando o rompimento do PCB com a pequena burguesia.³³ É o caso também de *O jovem Proletário*, criado em 1927 como órgão porta-voz da Juventude Comunista no Brasil, e dos documentos dessa Federação (boletins, circulares e informes), já que a educação dos jovens operários deteve a atenção do PCB, que mostrou, nos jornais, interesse na relação entre a juventude e os esportes.

Os documentos da FJCB estão presentes neste estudo por representarem a possibilidade de mostrar a organização de atividades esportivas de trabalhadores por dentro da ação militante organizada. Assim, refazendo o percurso da Federação, foi possível captar as estratégias, referências, determinações para o uso do esporte pelos comunistas. Nessa documentação, procuramos evidenciar as correspondências enviadas e recebidas periodicamente pelas instâncias comunistas que demonstravam as relações que a FJCB mantinha com as demais associações de trabalhadores. Havia uma política de comunicar o andamento dos trabalhos administrativos (incluindo o trabalho esportivo) nas seções do Partido, nos comitês, nas células de bairros e em clubes esportivos. A análise desse tipo de documento serviu para também confrontá-lo com os jornais, a fim de verificar se as atividades e meios divulgados eram realmente as práticas desenvolvidas pelas associações e células esportivas, assim como de acompanhar os processos internos que levaram, muitas vezes, os militantes a mudarem de tática quanto às práticas esportivas.

Além dos documentos partidários e jornais, há outras fontes possíveis, como artigos da grande imprensa e de periódicos especializados em esporte, crônicas, literatura de ficção, textos técnicos de Educação Física e, principalmente, documentos referentes aos clubes operários, como atas de reuniões, correspondências entre associações e clubes operários, estatutos, entre outros. Estes últimos são de grande importância para o estudo da organização das atividades esportivas de trabalhadores por fora da ação tanto patronal quanto militante, oferecendo uma outra perspectiva sobre o tema. Mas, para nosso estudo, dedicamos atenção aos documentos produzidos pelo movimento comunista para enfatizar a seqüência do discurso em razão das dificuldades colocadas, primeiramente pela fugacidade das publicações e, em seguida, pela impossibilidade de leitura, nesse momento, de todos os impressos disponíveis.

³³ Sobre essa hipótese de aliança de PCB com o jornal *A Nação*, consultar página 143 do estudo de SANTOS, Jorge Artur dos. *Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1889-1947)*. 2000. 277f. Dissertação (Mestrado História Social) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Além desses, há um terceiro motivo: não foi possível localizar documentos referentes aos clubes citados em nossas fontes primárias.

A leitura dos jornais proletários selecionados mostrou-nos quais foram os temas do Brasil e do mundo que disputaram espaço naquelas poucas páginas sempre lotadas de artigos e quais foram os eventos que decidiram o conteúdo de um artigo de longa gestação ou redigido às pressas para a próxima e incerta edição de mais um folheto. Para nossa tarefa de dissertar sobre o esporte proletário e sua relação com a classe trabalhadora no Brasil, levamos em consideração a rede de fatos que os jornais construíram, a seleção de temas recortados do cotidiano que diziam sobre um determinado entendimento do modo de vida operário, das lutas da classe e de suas aspirações. A intenção era formular questões a partir dessas referências, exigindo das fontes a explicitação de um conjunto de elementos que estivesse em relação tanto com o nosso tema de estudo como com a organização social mais ampla. Nossa preocupação foi construir uma articulação entre a especificidade dos documentos representantes da classe trabalhadora e a dinâmica social mais ampla, contendo facetas da economia, da política e da cultura, buscando visualizar a influência desses acontecimentos na vida e no cotidiano da classe trabalhadora, nas suas formas de organização, nas maneiras pelas quais enfrentaram seus problemas e tentaram influir sobre os acontecimentos dos quais faziam parte.

Nesse sentido, foi importante retroceder e compreender como o esporte se desenvolveu em nosso País e como se tornou um elemento importante na educação. Foi necessário buscar também qual o tipo de relação que os trabalhadores tiveram com o esporte ao longo de um contexto que não só permitiu o desenvolvimento das práticas esportivas como também as associou a um ideal de formação originado na moral burguesa.

O capítulo I deste trabalho, intitulado *O desenvolvimento do esporte no Brasil e a sua politização pelos comunistas*, pretendeu apresentar a conjuntura histórica na qual o esporte, para um grupo organizado do movimento dos trabalhadores, adquiriu significados e valores associados à dinâmica da política operária no período compreendido entre o final dos anos de 1920 e o início da década posterior. Para a sua construção, utilizamos a contextualização da presença de um ideário modernizante ao longo das primeiras décadas do século XX, ideário que foi fundamental para o crescimento sociocultural do País, incluindo-se aí o desenvolvimento dos esportes, bem como para a reorientação de perspectivas políticas tanto

do movimento operário quanto da elite econômica e do Estado. Na seqüência, buscamos enfrentar a discussão da dinâmica política do período, as transformações do mundo do trabalho associadas à racionalização e o contexto educacional, para visualizar as diferentes formas de intervenção sobre o cotidiano operário e a reação dos trabalhadores organizados. A nossa pretensão foi discutir os motivos que levaram à aproximação dos militantes com o esporte, e possibilitar, pensando na seqüência do trabalho, a construção de um enredo que discutisse o contraponto sociocultural expresso na dinâmica das relações sociais entre trabalhadores, Estado e empresariado, no final dos anos de 1920 e início da década posterior, momento que deu notoriedade ao esporte como campo de luta. A partir da configuração desse quadro social, fomos levados a discutir os pontos de divergência e contato, no plano do esporte, entre os ideais formadores da classe operária e da intervenção burguesa.

O Capítulo II intitula-se *Intelectuais, empresários e operários: relação e intervenção no terreno esportivo*. Nele confrontamos as diferentes perspectivas sobre o esporte, uma vez que o PCB lançou, no final dos anos de 1920, a idéia de um esporte proletário como tática de mobilização do operariado e como contraponto ao esporte burguês. Procuramos compreender como se deu a intervenção de intelectuais e empresários no campo esportivo e o que isso significou para a configuração de um contraponto para o esporte proletário e para seu direcionamento. Para tanto, utilizamos, além dos jornais operários, uma revista específica da área da Educação Física com a pretensão de realizar um diálogo, ainda que secundário, entre essas duas fontes. A utilização da revista serviu à finalidade de mostrar, referente à história das práticas esportivas, como o pensamento pedagógico, associado às transformações do mundo do trabalho, intervieram sobre a classe operária. Esta, por sua vez, esteve representada aqui pelos jornais com o propósito de evidenciar a absorção e releitura que o operariado militante fez do esporte e das práticas de intervenção.

Cabe aqui explicar o uso e a relevância da revista. A revista *Educação Physica* tornou-se uma fonte importante para este capítulo porque foi o primeiro periódico comercial sobre Educação Física lançado no Brasil, produzido no Rio de Janeiro, por iniciativa de dois professores dessa área. A revista circulou entre 1932 e 1945, notoriamente imersa em um contexto de mudanças significativas sobre o pensamento educacional brasileiro, registrando e expressando em suas páginas questões na época candentes, como o robustecimento da raça, a força produtiva e sua relação com a economia nacional, a educação para o trabalho. Nesse sentido, a visibilidade de um corpo educado, saudável e laborioso era mais que uma necessidade, era uma intervenção

política de controle de cerceamento orientada pela lógica do trabalho e da produção. Essa era a razão pela qual as práticas corporais e esportivas eram amplamente incentivadas, como possibilidade de divertimento ou disciplinação.³⁴

No primeiro editorial da revista *Educação Physica*, seus organizadores demonstraram compreender que a função desse periódico era contribuir para o desenvolvimento esportivo no Brasil, “[...] cuidando, mui especialmente, do seu apuro tecnico e refinamento educacional”³⁵, com o objetivo de ser

[...] uma força nova nos domínios da educação physica [e] reunir todos os elementos mais representativos e de maior autoridade e competencia, no justo desejo de tornar um bloco único e indissolúvel todas as pequenas e grandes parcelas de verdadeiros valores que se acham esparsas.³⁶

O “justo desejo” correspondia a necessidade que os organizadores da revista percebiam no apelo que “[...] os grandes educadores têm proclamado com eloquencia, com profunda verdade, a complexidade e o alcance da verdadeira e moderna educação”.³⁷ A revista *Educação Physica*, atenta a essa demanda, desejou contribuir com o objetivo de “[...] crear o homem integral, o homem forte physica, moral e intellectualmente [...] homens novos, homens mais fortes, homens melhores vão surgir”.³⁸

Assim, no Capítulo II desta investimos na análise da percepção proletária sobre o esporte burguês, explorando em nossos jornais aqueles elementos que diferenciavam a prática esportiva proletária da burguesa, assim qualificados. Nosso objetivo é identificar os termos que marcam a diferença entre as classes no plano dos esportes, tentando compreender como os trabalhadores empreenderam a discussão do esporte na sua história.

Por fim, no Capítulo III pretendemos investigar a temática da proletarização do esporte nos limites da FJCB. Operando com os documentos da Federação, e com a história do PCB, nos detivemos na reconstrução da trajetória da Federação privilegiando o confronto entre a perspectiva dos ideais e objetivos traçados (como registram as fontes) e aquilo que a JC conquistou com o projeto de proletarização do esporte. É também objetivo deste capítulo uma

³⁴ GOELLNER, Silvana Vilodre. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na revista educação physica*. Unijuí: Ijuí, 2003. p. 17.

³⁵ EDITORIAL. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3, mar. 1932.

³⁶ *Ibid.*, p. 3

³⁷ EDITORIAL. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 11, mar. 1934.

³⁸ *Ibid.*, p. 4.

análise mais aproximada da caracterização do esporte proletário, abordando suas formas de organização, enfatizando suas prioridades de ação, intervenção e sua função político-social no movimento operário. Pretendemos enfatizar também alguns dos conflitos decorrentes desse esforço de proletarização, marcados tanto pela inflexibilidade desse projeto quanto pelos seus paradoxos, atrelados, muitas vezes, às possibilidades de articulação entre consciência de classe e esporte.

Capítulo I

1 O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO BRASIL E A SUA POLITIZAÇÃO PELOS COMUNISTAS

Este capítulo tem o objetivo de localizar o objeto deste estudo no tempo e no espaço, ou seja, de contextualizar o desenvolvimento do esporte no Brasil, detidamente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, aproximando-o de um contexto de mudanças nas estruturas social, política, econômica e cultural do nosso País.

A idéia que justificou e sustentou este capítulo é a de que o esporte, para um grupo organizado do movimento dos trabalhadores, adquiriu significados e valores associados à dinâmica da política operária no período compreendido entre o final dos anos de 1920 até meados da década posterior. Escolhemos percorrer um caminho diacrônico da história do esporte em nosso País, atrelando à ele fatores externos a sua dinâmica que auxiliam na compreensão do seu engendramento como agente de educação e disciplina.

Partimos das transformações que inauguraram o início do século XX e chegamos aos anos 1920, avançando até 1935, construindo uma narração que pretendeu evidenciar como a instituição esportiva se tornou uma das referências modernas no campo das práticas corporais como resposta às reformulações da realidade brasileira, em direção à configuração de um país moderno de constituição capitalista. Para tanto, dividimos este capítulo em dois momentos: o primeiro trata da visibilidade que o esporte adquiriu, no início do século XX, no embasamento de idéias ligadas à construção da modernidade em nosso País, aos processos identitários, aos processos disciplinares e educativos sobre o corpo que tanto influenciaram o desenvolvimento das práticas esportivas e foram o conteúdo de intervenções sobre a classe trabalhadora; o segundo momento detém-se em compreender, no bojo das transformações sociais dos anos de 1920 e 1930, os fatores que levaram o PCB a se engajar em uma campanha de proletarização do esporte, bem como o processo de constituição e fortalecimento de uma doutrina política que buscou diferenciar-se da dos anarquistas e possibilitar a mobilização dos trabalhadores pelo Partido, na busca pelo agrupamento e pela educação política dos seus militantes e dos operários.

Esse caminho levou-nos a investigar se a preocupação dos comunistas com o esporte foi com essa prática em si ou com a sua utilidade para o movimento dos trabalhadores. Essa atitude os colocou numa situação em que foi preciso investir no esporte com associações esportivas, ligas e federações operárias, por exemplo, com um conteúdo classista, e enfrentar, assim, a intervenção burguesa sobre as práticas esportivas presente nos campeonatos profissionais, nas escolas e nas ações assistenciais destinadas ao lazer.

1.1 A relação do esporte com a modernidade do País: um jogo (nem sempre) harmonioso entre as elites e os trabalhadores.

Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos. A afirmativa é segura.³⁹

Novos horizontes se abrem ao povo brasileiro, como estabelecimento da forma republicana de governo no país [...]. O proletariado que até hoje foi apenas uma força anônima servindo de base a todas as ambições, por inconfessáveis que fossem, passou destarte a ser uma força preponderante na sociedade, um elemento de prosperidade, de riqueza e progresso.⁴⁰

As idéias que, certamente, muitos de nós construímos para descrever os anos iniciais do século XX estão associadas à modernização político-cultural do nosso País. O termo *impulso modernizante*, sob desdobramentos e implicações de um longo e conflituoso processo histórico, talvez expresse um determinado tipo de interpretação produzido pela ambiência desse contexto, que elegeu a ciência e a razão como um dos seus principais símbolos. São também marcos desse momento a difusão das idéias européias e a expansão da nova e mecanizada organização econômica que, entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, contribuíram para mudanças significativas no que se refere aos

³⁹ CUNHA, Euclides. Os sertões. In: SANTIAGO, Silviano (Org.). *Intérpretes do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 242.

⁴⁰ O operário e a república citado por BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; Ferreira, Jorge (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 173.

padrões de vida, aos hábitos, aos valores, aos saberes e às formas de organização da cultura nos centros urbanos brasileiros.

Em nosso País esse estado irrequieto do mundo produziu, sob as *astúcias da ordem* e as *ilusões do progresso*⁴¹, a desestabilização das sociedades e culturas tradicionais, gerando um processo de crescente tensão e ajustamento às novas exigências sociais. Nos contornos do ideário modernizante do País, que não deve ser entendido no seu completo sucesso nem como homogêneo e linear, quase nada pertencente ao mundo sociocultural escapou do jugo ordenador: a família, a educação, o trabalho (principalmente o tempo fora dele) e os costumes em geral. Sob as condições objetivas da consolidação da burguesia como classe social no século XIX, a reformulação desses aspectos sustentou a idéia de um novo homem e de novas bases para a reprodução social.

Pensar sobre a incipiente vida republicana brasileira remete-nos àquele arrebatador planejamento de esquecer tudo o que se associava ao passado colonial e ao atraso cultural e que, em amplos termos, significaria o projeto moderno de emancipação do País, de regeneração do povo e das tradições por meio do trabalho, da educação, da disciplina, da moralização do caráter e da civilidade. Tal estado de coisas inspirou muitos intelectuais a registrar, de variadas formas, o espírito do tempo, as perturbações e novidades que o embalaram. Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, obra que relata o confronto de Canudos (1893-1897) como um *refluxo em nossa história*,⁴² é lido como um dos autores que experimentaram e expressaram na vida e na obra os paradoxos da modernidade brasileira e os impasses da República. Euclides da Cunha registrou sua sentença: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos. A afirmativa é segura”.⁴³ A idéia do escritor pareceu registrar o brado de um militante republicano desapontado com o novo regime e suas promessas. As palavras do escritor estavam associadas aos ideais positivistas e referiam-se à formação racial do homem brasileiro e aos malefícios da mestiçagem, já vislumbrando um futuro fatalista para o País, cuja história se moveria pelo choque entre etnias e culturas destinadas ao desaparecimento.

⁴¹ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica ritmos e tios do Rio. In: _____. *História da vida privada no Brasil: república – da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

⁴² CUNHA, 2002, p. 331.

⁴³ *Ibid.*, p. 242.

Nas palavras desse autor, a República irrompeu como herança inesperada, deixando transparecer seu imprevisto:

Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimos; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...⁴⁴

O escritor parece denunciar os contrastes da inesperada República, que anunciava a regeneração do povo e do País sem conseguir, entretanto, resolver os paradoxos emergentes das mudanças pretendidas. É nesse caminho que Margarida de Souza Neves⁴⁵ analisa o desenvolvimento do nosso País. Para a autora, que se baseou nas palavras de Euclides da Cunha, o paradoxo reside nas profundas diferenças entre a cidade e o campo no contexto republicano, as diferenças entre o Distrito Federal, na época Rio de Janeiro, e as fazendas, as vilas do interior e os sertões do país. Percebe-se, então, um contraste geográfico entre a capital e as cidades interioranas: por um lado, a vida urbana associou-se à vertigem e à aceleração do tempo como sensações próprias do ritmo da cidade, derivadas das grandes reformas higienistas, educacionais e urbanas, do desenvolvimento da engenharia, da medicina, das conquistas da técnica e de toda cultura produzida por ela; por outro, a vida do interior do País abastou-se do centro e ligou-se ao marasmo e à servidão senhorial. Nesse paradoxo, a autora destaca a presença da ideologia do progresso, que impedia a percepção da diferença entre a condição dos países periféricos e a daqueles *mais aptos*, destinados a anunciar por todo o mundo a boa nova da redenção do atraso cultural e econômico.⁴⁶ Mas essa *missão civilizadora* mostrava também, e aos poucos, os seus efeitos menos edificantes, tais como o etnocentrismo, o desrespeito aos valores de diversas culturas, a injusta distribuição das riquezas, a violência e a exploração pelo trabalho.

Os espaços urbanos foram os cenários dessa nova ordem em expansão: lugar da aceleração, da efervescência cultural, da racionalidade que esquadrinha, do controle e da excitação, dos conflitos e da civilidade, da riqueza e da pobreza, da industrialização, da distinção. Algumas

⁴⁴ CUNHA, 2002, p.90.

⁴⁵ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-44.

⁴⁶ Ibid.

cidades do nosso País viveram esses processos de forma muito particular; o Rio de Janeiro e São Paulo são exemplos muito bem conhecidos dessa experiência. Essas cidades, sem ignorar a expressão de outras localidades brasileiras, construíram um eixo político-econômico e cultural muito importante nas primeiras décadas do século XX, podendo ser interpretadas como duas cidades que viveram aquele fluxo intenso de mudanças da ordem social associada, de forma indissolúvel, ao progresso e à civilização.

O desenvolvimento da urbanidade foi fruto tanto do progresso em curso, resultando em um crescimento rápido e desordenado, quanto do seu contrário: os contrastes sociais cada vez mais agudos geraram conflitos e ameaças, lembrando os *percalços* da ordenação. O paradoxo entre o ideal de progresso e o seu contrário seria a premissa fundamental para o entendimento da história do nosso País nas primeiras décadas da República.⁴⁷

Se as transformações na economia e na vida política influenciam a reorganização dos espaços urbanos, como escreve Gilberto Velho⁴⁸, podemos pensar sobre o crescimento da urbanidade brasileira e as mudanças que elas certamente provocaram nas formas de sociabilidade e interação social. É certo que somente a partir de meados do século passado a população urbana superou a população rural; todavia, não podemos desconsiderar que a dinâmica urbana envolve o progresso socioeconômico, o impacto das migrações, a influência do trabalho livre e os progressos das medidas médicas e sanitárias.⁴⁹ Como pondera o autor, as cidades por meio das suas atividades comerciais e industriais, constituíram-se nos pontos de articulação dessas sucessivas inovações econômicas e tecnológicas que passaram a conectar esferas diversificadas da vida social. Ao invés de homogeneizar, esse processo provocou uma aproximação e gerou interações dos mais diferentes tipos, que se deram não só através de mecanismos econômicos e comerciais, mas também graças ao contato, geralmente difícil, entre universos simbólico-culturais dramaticamente distintos.⁵⁰

Com a diferenciação clara entre o estilo de vida de cidade e o da vida no campo, o processo de contato quase sempre tenso entre universos tão distintos nos espaços urbanos criou áreas de aproximação e afastamento. Quando não, apontou a coexistência de diferentes visões de

⁴⁷ NEVES, 2003.

⁴⁸ VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p.227-234, 1995. Semestral. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/175.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2006.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 3.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 3.

mundo. A evolução das relações capitalistas baseadas no trabalho livre, na constituição do Estado, no processo de industrialização, de urbanização e de modernização do País transformou os centros urbanos em locais produtores de novas formas de sociabilidade e interação social. Gilberto Velho⁵¹ chama a atenção para os modos específicos de recortar e reconstruir a realidade que estão indissolúvelmente associados à reorganização do espaço urbano, que é consequência e causa, simultaneamente, de novas visões de mundo, com concepções particulares de tempo, espaço e indivíduo. E é fundamental perceber como os indivíduos lidaram com esse reordenamento.

Nesse sentido, vale observar os estudos de Ricardo Lucena⁵² e Victor Andrade de Melo⁵³ sobre a introdução dos esportes no Brasil e sua relação com a organização social entre os séculos XIX e XX, estudos em que os autores apontam a criação de um novo perfil cultural articulado intimamente às demandas objetivas de modernização do País. Segundo Vitor Melo,⁵⁴ havia um contexto favorável à implementação do esporte pela mudança da estrutura econômica e das relações de trabalho, e a ampliação desse processo e as suas consequências no âmbito sociocultural da cidade influenciaram também o desenvolvimento do esporte, delineando a criação de percepções e respostas adequadas às situações impostas a cada uma das classes sociais.

Ricardo Lucena, trabalhando com as idéias de Norbert Elias,⁵⁵ afirma que, no contexto do desenvolvimento das cidades e da progressiva mudança nas relações sociais, a emergência das práticas esportivas figuraram como elemento de (re)adaptação dos indivíduos ao espaço urbano modificado. Segundo o autor, na rede de interdependências cada vez mais ampla e complexa, tecida por essa nova disposição social, estava a tensão da luta entre as diferentes classes sociais pela identidade entre si e pela distinção em relação aos outros. Isso significou a demarcação de uma nova postura da elite econômica que adotou o esporte como elemento de expressão da busca pela diferenciação social. Nessa direção, a distinção cultural, a escolaridade e o agrupamento de pessoas com o mesmo *status* econômico foram alguns critérios de diferenciação. Além disso, como o esporte era uma prática social herdada das

⁵¹ VELHO, 1995, p. 2

⁵² LUCENA, Ricardo. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Campinas: Autores Associados, 2001.

⁵³ MELO, Victor Andrade de. *Cidade Sportiva: do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/faperj, 2001.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 14-15.

⁵⁵ LUCENA, 2001. Especialmente capítulos 2 e 3.

influências européias, tornava-se, então, mais uma peça do arsenal simbólico que marcou as diferenças socioculturais entre as classes. Então, fatores, como identidade social e educação, segundo Lucena, caracterizaram a visão dos primeiros praticantes do esporte no Brasil, são singulares afirmações, tais como as que só enxergam ser possível praticar algum esporte pessoas com o mesmo nível educacional.⁵⁶

Victor Melo, por sua vez, além de reconhecer o auxílio dos imigrantes e dos estudantes no papel de disseminação das atividades esportivas no Brasil, identifica um contexto favorável para o estabelecimento dessas práticas no País, contexto que, a despeito da influência européia, acabou por adquirir um caráter peculiar derivado do ambiente cultural brasileiro. Uma dessas particularidades são os significados atribuídos ao remo e ao turfe como expressões dos valores de uma determinada época, no que se aproxima das observações de Lucena. Porém Victor Melo capta, nas atitudes e preferências esportivas da elite, as mudanças orientadas pelo contexto geral de modernização e, ao mostrar uma reordenação nos usos e significados das práticas esportivas, deixa ver as possibilidades de apropriação que fizeram as diferentes classes sociais.

No tocante à relação entre esporte e modernização, o turfe tem pioneiro papel na história das práticas esportivas em nosso País. Segundo Victor Melo, o turfe representou uma grande proximidade e uma identificação com o mundo europeu, além de constituir um clima de espetáculo dentro do qual os membros da elite nacional, oriundos principalmente da zona rural, poderiam exercitar sentimento de distinção.⁵⁷ As corridas, cada vez mais freqüentes, eram uma das principais diversões da cidade, e a sua caracterização aristocrática foi a principal causa do seu desenvolvimento, pois o interesse que transitava, além de uma atitude desinteressada e gratuita – isto é, a busca de diversão e distração sem a intenção de fazer do esporte uma atividade profissional –, era o de manter contatos e fechar negócios por ocasião dos encontros.⁵⁸

O desenvolvimento de novas estruturas socioculturais nas cidades brasileiras, como ocorreu no Rio de Janeiro, trouxe a ascensão de outros esportes, construindo uma relação entre o apelo à modernização e as preocupações com a saneabilidade da cidade. Essas mudanças de caráter

⁵⁶ LUCENA, 2001, p. 44.

⁵⁷ MELO, 2001, p. 30-34.

⁵⁸ Ibid., p. 60.

sociocultural estavam articuladas com o crescimento urbano não acompanhado da ampliação dos serviços públicos mais elementares, como a limpeza das ruas e as prevenções sanitárias. Quando os administradores públicos se deram conta do possível colapso urbano, já que boa parte da população que vinha em busca de trabalho nas indústrias era submetida a condições muito precárias de sobrevivência, houve uma grande mobilização e investimentos em setores ligados a limpeza e higiene.

Nesse mesmo contexto, os preceitos médicos sobre a saúde e o cotidiano familiar, incluindo aí as atenções com as áreas periféricas da cidade, apresentaram uma nova e moderna concepção de corpo, saudável e higienizado, com base na qual a instituição médica modificou os hábitos corporais da família, afirmando-se como a única instância capaz de receitar aos indivíduos os devidos cuidados com a saúde do corpo.⁵⁹ Colocando em questão diversos aspectos da vida familiar, como as condições de salubridade das habitações e a frequência das epidemias, a intervenção do pensamento médico-higienista possibilitou o aparecimento de novas preocupações com a estética corporal e a construção de um padrão de corpo para o brasileiro.⁶⁰ De maneira paralela, nova mentalidade incidia sobre o contingente de trabalhadores urbanos sob o diagnóstico de que "[...] os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos".⁶¹ Aliás, afirma Sidney Chalhoub, todo debate sobre a saúde pública nesse contexto envolveu a intenção de instituir modos de funcionamento e regras de instalação para as habitações coletivas, modificando sua arquitetura, divisão, ventilação, bem como sobre os espaços de circulação e convívio das pessoas.⁶² Sob essas orientações, conta Melo, a relação estabelecida entre a população e os hábitos higiênicos e os cuidados com a saúde, seguindo no rastro do pensamento médico e das influências européias, mudara ao ponto de tornar aceitável e popular os banhos de mar,⁶³ e, aos poucos seu uso estendeu-se dos interesses nas propriedades terapêuticas às atividades de lazer e promoção da sociabilidade. Essa mudança

⁵⁹ SOARES, 1994. p.85-96.

⁶⁰ MELO, 2001, p. 48.

⁶¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 29.

⁶² *Ibid.*, 1999, p 29.

⁶³ Victor Melo lembra que no início do século XIX o Rio de Janeiro não era um cidade limpa e suas condições de salubridade e saneabilidade eram muito precárias. O banho também não era um hábito tal como o conhecemos hoje, e a relação dos indivíduos com o mar era de distanciamento, porque ele era usado para a deposição de excrementos. Mas, com a mobilização de médicos, sanitaristas e engenheiros para tornar a cidade mais habitável e modificar os hábitos higiênicos da população, essa relação mudou: os banhos de mar começaram a ser sugeridos como prática terapêutica. MELO, opt. Cit., 2001, p. 39-41.

na relação com mar e com os esportes situados nos espaços urbanos muito favoreceu a divulgação das atividades náuticas, como foi o caso do remo, tão singular para explicar a difusão das práticas esportivas no Brasil e sua relação com a organização social.⁶⁴

O conjunto de idéias relacionadas com a urbanização da cidade estava diretamente ligado ao avanço das relações de produção capitalista no País e à *Belle Époque* carioca, que promoveu um clima de modernização da cidade, colocando o Rio de Janeiro na ponta da produção de modas e comportamentos naquele momento de euforia cultural, mas, acima de tudo, ditando sistema de valores, modo de vida, sensibilidade, estado de espírito e disposições pulsionais, que articularam a modernidade como uma experiência existencial e íntima, conforme escreveu Sevcenko.⁶⁵

A preocupação com a inserção do Brasil no quadro internacional do capital revelou as características que não tinha para se tornar moderno, Nesse caso, para seguir a trilha da modernização era necessário acabar com o atraso cultural e ultrapassar a mentalidade que desejava ao País a manutenção e o fortalecimento de sua vocação rural.

O significado dessas mudanças no plano das práticas esportivas foi o destaque do remo, em detrimento do turfe, como o esporte percebido pela elite capaz de representar o dinamismo da metrópole, a civilidade, o moderno, aquilo que era novo e eficiente. O turfe, no último quartel do século XIX, serviu aos interesses aristocráticos de reconhecimento de membros das elites, dignos de exclusividade dos mais proeminentes círculos sociais. O remo, a partir da virada daquele século, ganhou visibilidade em um contexto de mudanças de comportamentos e valores, carregando consigo, se comparado ao turfe, características mais próximas às valorizadas por uma camada/cultura urbana/capitalista em formação. Nas palavras de Victor Melo:

Se o turfe já significava um avanço na estrutura social carioca, o remo incorpora perfeitamente a modernidade dos primeiros anos do século XX. O moderno tinha relação com o indivíduo audaz, conquistador, vencedor. O remo é o esporte do *exercício physico*, termo chave sempre usado pelos que defendiam e propagavam as benesses dessa prática. O remo é o esporte da saúde; do desafio, contra o outro e contra o mar, que educa o músculo e a moral; o esporte da velocidade; do progresso, do limpo e do belo, da vida e da ordem [...]. O esporte de uma juventude altiva, forte

⁶⁴ MELO, 2001, p. 38-43.

⁶⁵ SEVCENKO, 1998. p. 522.

e com “liberdade de espírito” suficiente para conduzir a nação ao progresso necessário.⁶⁶

O remo e o turfe foram usados aqui porque representaram casos paradigmáticos da relação entre o esporte e a organização social brasileira. Ao lado dessa história, correm outros casos, como, por exemplo, o do futebol, um tema bastante conhecido e estudado por melhor evidenciar as tensões entre as classes na apropriação dos bens culturais. A dinâmica de aceitação do esporte foi ganhando cada vez mais apoio de diversos grupos sociais. Não que isso significasse que não houve obstáculos para seu desenvolvimento,⁶⁷ mas a divulgação de seus benefícios foi tão bem recebida por ocasião do ideário vigente que quase não havia dúvida sobre seus efeitos positivos no estímulo do sentimento patriótico e na divulgação da necessidade da educação do corpo – física, moral e intelectual.

No desenrolar das primeiras décadas do século XX, o esporte foi, então, caracterizado por suas virtudes e pelas imagens que carregava relacionadas com um estilo de vida urbano e com a modernidade. Se a nação brasileira ainda era algo a se formar, o esporte teria então papel relevante nesse processo. Os valores agregados a ele, quando praticado nos limites da concepção da elite urbana da capital do País, ajustaram-se plenamente como uma das marcas do projeto de modernização, resultando na substituição e destruição de práticas e espaços sociais julgados inadequados, segundo o padrão que interessava à elite dirigente.⁶⁸

O que se pode acompanhar nos centros urbanos brasileiros em crescimento, na passagem para o século XX, é a mobilização de parcela dos governantes e da intelectualidade no sentido de repensar os espaços urbanos diante do novo fluxo de relações sociais baseado em um conjunto de idéias a respeito da disciplina, do trabalho, da moral, da civilidade, da higiene, da modernidade e da educação, dentro do qual o esporte certamente teve importante participação. Esperava-se que a república brasileira fosse transformada em uma nação desenvolvida, inserida no mundo capitalista, preparada para a modernização anunciada. Entretanto, não foi isso o que aconteceu. O que se observou foi um quadro de acentuada miséria e o caos urbano.

Foi nesse contexto que o discurso médico-higienista se situou como uma instância competente para ordenar e higienizar a população dos centros urbanos brasileiros. Para Carmen Lúcia

⁶⁶ MELO, 2001, p. 77.

⁶⁷ Para conhecer as críticas feitas ao desenvolvimento das práticas esportivas no País consultar Santos (2000).

⁶⁸ MELO, 2001.

Soares⁶⁹, o conhecimento produzido no mundo europeu foi apropriado pelos médicos higienistas no Brasil, apoiados pelo poder do Estado, para a construção de uma nova ordem política, econômica e social, na qual a medicina ocupou lugar destacado na formação de um novo homem para o País, sem o qual a sociedade idealizada não se tornaria realidade.

Se pensarmos com o Ricardo Lucena e Victor Melo, veremos que o esporte tinha legitimação social como agente de educação das elites. Mas, segundo Jorge Artur dos Santos⁷⁰, desde o século XIX encontramos alguns intelectuais defendendo o esporte como um elemento regenerador da raça. Esse discurso apologético manteve a crença nas virtudes de que o esporte não era apenas a forma mais adequada de educação do corpo, mas a forma por excelência de educação integral. Para o autor, o que se sobressai é a ênfase no nacionalismo, pensado em função da influência do grande fluxo de imigrantes, negros e mestiços na formação da nação brasileira. Para aqueles intelectuais, as vantagens do desenvolvimento físico, especialmente por meio do esporte, seria fator de fortalecimento do patriotismo, da inteligência, do caráter e da moral.

A campanha em prol dos esportes estimulou, na década de 1910, a criação de clubes e ligas nacionalistas, que se expandiram devido ao impacto da guerra, dando visibilidade para as questões de defesa nacional, como a difusão das idéias de combate à estrangeirização do País, a erradicação do analfabetismo e a obrigatoriedade do serviço militar. “*Regenerar a população brasileira, núcleo da nacionalidade, tornando-a saudável, disciplinada e produtiva, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional*”.⁷¹ Educar, curar, civilizar, modernizar, disciplinar e tornar-se útil: máximas que o ideal republicano, na esteira das exigências do progresso, buscou para o crescimento do País e projetou para a formação do homem brasileiro.

Nesse sentido, a educação física escolar, tendo a ginástica como principal conteúdo, privilegiou uma perspectiva de base anatomofisiológica e, conjugada com o pensamento pedagógico, ganhou valor como componente curricular de acentuado caráter higiênico, eugênico e moral. Isso foi parte da resposta que o país, de forma lenta e progressiva, deu às demandas da sua abertura ao capital em um processo de intervenção sobre a classe

⁶⁹ SOARES, 1994.

⁷⁰ SANTOS, 2002.

⁷¹ CARVALHO, Maria Marta Chagas de. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 10.

trabalhadora, associando educação, saúde e trabalho como estratégias de transformação da sociedade brasileira. Tratou-se de uma intervenção respaldada na ciência positivista que movimentou a política e a educação para estruturar um pensamento sobre a formação da população brasileira. A escola impôs-se como um recurso de incorporação generalizada das populações à ordem política, social e econômica.

A análise de Luciana Marcassa⁷² sobre a demarcação social do espaço e do tempo na cidade de São Paulo e, com isso, sobre o processo de institucionalização do lazer corrobora as palavras de Chalhoub. A autora destaca que a educação física, os esportes, juntamente com o processo de educação moral e intelectual do indivíduo burguês, colaboraram, higienizando as mentalidades, refinando gostos e costumes, cultivando cientificamente as formas de instrução, criando a figura do indivíduo civilizado e disciplinado, o *gentleman*.⁷³ Subjacente ao rótulo do novo, do moderno, do higiênico e do civilizado, estava o pensamento pedagógico que, mediante o discurso científico, justificava a necessidade da instrução formal como estratégia de moralização e controle das relações sociais, o que, então, ganhava visibilidade, na medida em que tornava pública uma preocupação aparente com o povo e para o povo.⁷⁴ Foi essa ambigüidade das investidas médicas e pedagógicas, que iam desde a normatização do cotidiano dos indivíduos até a redistribuição do espaço social, que criou um modo de intervenção sobre os trabalhadores, a parcela mais carente e problemática da sociedade, segundo os preceitos vigentes, tentando higienizá-la, esquadrinhá-la e discipliná-la. Em São Paulo, por exemplo, a partir das primeiras décadas do século XX, observou-se um processo de reordenamento urbano associado aos novos significados atribuídos ao corpo e às relações sociais. Mas foi a partir dos anos de 1920 que esse conjunto de reformas urbanas provocou, como diz a autora, uma sensação de estranhamento diante do crescimento virtuoso da urbe, de medo e fantasia diante das novas formas de trabalho, circulação, convivência e diversão, bem como de desespero em face das contradições sociais e dos contrastes urbanos que envolveram toda a população, colocando a cidade de São Paulo sob os códigos da nova ideologia, representada como *ícone* dos novos estatutos simbólicos e culturais.⁷⁵ Soma-se a isso o discurso médico associado à propaganda da escola como instâncias capazes de disciplinar e orientar as atividades de diversão. Assim sendo, não poderiam deixar de incluir as modernas e educativas práticas da recreação, representando

⁷² MARCASSA, 2002.

⁷³ Ibid., p. 63.

⁷⁴ Ibid., p. 63.

⁷⁵ Ibid., p. 65.

[...] não só uma preocupação com os usos "ilícitos" do tempo livre, mas também a intervenção sobre o ócio e a alteração dos hábitos e tipos de divertimentos tradicionais. A ociosidade, entendida como produtora da violência, da criminalidade, da capoeiragem, da vagabundagem, dos vícios, das doenças e das epidemias, seria a principal atividade do cotidiano familiar a ser questionada, enquadrada e combatida. A orientação pedagógica contida nas atividades de recreação desenvolvidas na escola visava disciplinar o corpo no sentido de que, no tempo livre, não se flexibilizasse com a preguiça nem com o desconforto físico.⁷⁶

Nesse contexto, a educação e as práticas corporais, na forma de atividades físicas, esportes ou recreação, cumpriram uma finalidade pedagógica de orientar o cotidiano dos trabalhadores e suas famílias. Essa é uma posição muito próxima à de Carmen Soares, quando a autora se expressa sobre a relação entre o pensamento médico higienista e a educação física, destacando o papel desta na ordenação do meio urbano:

Impõe-se uma disciplina corporal que seria, evidentemente, mais adequada ao trabalho fabril, que pudesse tornar os corpos mais dóceis e submissos sob a ótica do poder e, ao mesmo tempo (e por isso mesmo), mais ágeis, fortes e robustos sob a ótica da produção enquanto expressão do poder e da ordem. Essa disciplina corporal foi elemento constitutivo da educação higiênica do trabalhador, a qual deveria se dar na escola, caso ele viesse a freqüentá-la. E freqüentar a escola tornava-se necessário para o tipo de desenvolvimento que se encaminha a jovem sociedade republicana.⁷⁷

O movimento para disciplinar, educar e curar passou a ser a tarefa redentora da dívida republicana. Ficou evidente que a educação física escolar daria impulso àquela figura do homem trabalhador, produtivo, disciplinado e moralizado. A moral do trabalho foi um elemento presente nesse novo brasileiro, para quem a saúde física e mental estaria a par das idéias de regeneração da população. E foi nesses termos de valorização da vida nacional pelo trabalho e pela educação que o esporte foi chamado a contribuir.

Para Jorge Nagle⁷⁸, foi nesse período que se fortaleceram as discussões para um amplo desenvolvimento do sistema escolar, agregado ao esforço de incorporar ao Estado Liberal uma orientação de caráter intervencionista. Para o autor, tratou-se de um movimento de *republicanização da república* pela difusão do processo educacional de matiz nacionalista, voltado, principalmente, para a escola primária e popular. Mas a percepção romântica dos problemas da sociedade brasileira e de suas soluções resultou em uma superestimação do

⁷⁶ MARCASSA, 2002, p. 64.

⁷⁷ SOARES, 1994, p. 121.

⁷⁸ NAGLE, Jorge. Educação na primeira república. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1978. t. 3, v.2, p. 259-291.

processo educacional e, assim, como elemento regenerador do homem, ele seria, conseqüentemente, o regenerador de toda a sociedade. Os resultados mais objetivos desse movimento foram a ampliação da rede de ensino e da clientela escolar, a implantação da administração escolar, bem como o uso de instrumentos de planejamento, como os recenseamentos, o surgimento dos educadores profissionais. Para Maria Marta Chagas de Carvalho⁷⁹, o intento de expandir a escola e nacionalizar o povo, fundamentalmente as populações operárias rebeldes à ordem republicana instaurada, evidenciou os limites e a inadequação do modelo escolar republicano.

Foi levantado, então, um caloroso debate que apelou para o sentimento patriótico e a formação do homem tipicamente brasileiro, dentro do quadro de reformulações que se almejava para o País imputando no excessivo valor atribuído aos exercícios corporais e aos hábitos saudáveis à função de cumprir o papel que lhes dizia respeito na formação cultural da sociedade brasileira. Foi assim que a Educação Física formalizada em sistemas e métodos, e também os esportes se tornaram o meio responsável de demarcação social entre o corpo higiênico e o corpo relapso do indivíduo colonial, ditando os preceitos acerca do trabalho, dos hábitos cotidianos e dos demais padrões étnicos não condizentes com o modelo de homem branco e europeu. Segundo o conhecido estudo de Jurandir Freire Costa, o corpo saudável e higiênico fez da premissa racial o núcleo da consciência de classe, creditando à consciência da “superioridade” biológico-social do corpo um momento indispensável à sua formação.⁸⁰

Se a importância do esporte cresceu juntamente com o desenvolvimento das cidades e de um estilo de vida urbano, seria razoável pensar que as práticas esportivas foram ganhando o gosto popular por razões tanto dos discursos e práticas de intervenção quanto da apropriação do esporte por outros valores que não só o de mera diversão ou higiene e saúde. Como foi, então, que esse outro tipo de apropriação/participação aconteceu? Qual foi a atitude daqueles que se viram excluídos das práticas esportivas? Como se deram as práticas culturais daquela parcela da população que foi alvo de intervenções normativas da medicina e da educação?

A segmentação social no esporte aconteceu, mas não impediu a participação da classe trabalhadora, que achou outros espaços, incentivo e apoio para a prática esportiva. É preciso

⁷⁹ CARVALHO, Maria Marta Chagas de (2003). *A república, a escola e os perigos do alfabeto*. In.: _____ (Org.). *A escola e a república e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

⁸⁰ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 13

atentar para a diferenciação dos interesses envolvidos na apreciação do esporte. A proliferação de pequenos centros esportivos nos subúrbios das cidades manteve relações ambíguas com aquele discurso da força transformadora do esporte e suas finalidades socioeducativas e regeneradoras. A participação dos trabalhadores parece não se ter dado somente por interesses higiênicos e moralistas, mas também por divertimento, por interesse em ganhar alguma soma de dinheiro, pela perspectiva de ascensão social ou, em alguns casos, por resistência à substituição de uma tradição cultural popular por outra cultura de valores que não eram os deles.⁸¹

Para o início do século XX, o argumento de Vitor Melo era de que as camadas populares não só assistiam aos eventos esportivos como também participavam deles. Entretanto, essa participação foi restrita, pois, naquele momento, não era permitido aos praticantes de esporte dessa origem a ascensão aos cargos dirigentes nem a associação aos clubes, o que mais tarde dificultou ainda mais a inclusão de atletas das camadas populares em provas esportivas.⁸² Mas já vimos que esse quadro foi modificado, de modo muito específico, em função de uma concepção de que as atividades esportivas eram benéficas para o processo de formação cultural do homem brasileiro.

O que ecoou dessa concepção para as décadas seguintes foi o esquema de controle do cotidiano operário, mais bem evidenciado nas práticas culturais proletárias e na administração do tempo livre. Segundo o trabalho de Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, a disciplina do lazer no meio operário, em função de uma mentalidade urbana voltada para a industrialização e para o trabalho, foi uma das metas dos poderes públicos que, envolvidos com as pretensões eugênicas, tiveram seu lugar nos intuitos de preparação e preservação do operário em um ambiente sadio.⁸³

Baseando-nos no estudo de Luciana Marcassa, mais uma vez podemos afirmar que o cinema, a dança e o futebol eram os divertimentos mais populares da cidade de São Paulo, sendo muito comum também nos bairros operários, os bailes, as associações recreativas e o teatro amador.⁸⁴ Uma vez que os divertimentos das camadas populares eram desenvolvidos de

⁸¹ MELO, 2001.

⁸² Ibid.

⁸³ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. São Paulo: Paz e terra, 1987. p. 91.

⁸⁴ MARCASSA (2002, p. 82).

acordo com suas condições de vida, essas práticas eram frequentemente associadas aos vícios herdados da tradição colonial, o que provocava uma certa repulsa por parte dos ideólogos da modernização e do progresso.⁸⁵ Então, o ócio e as atividades de descanso e divertimento que não fossem compatíveis com a racionalidade produtiva em ascensão deveriam ser banidos do cotidiano da cidade, se não bastasse, associados à debilidade corporal, Hábitos como o ócio vão aparecer no palco social como características de uma sociedade ultrapassada em que a preguiça e a contemplação significavam perda de tempo.⁸⁶ Segundo a autora, o sujeito ocioso era identificado como vadio e, como tal, criminoso, pois aquele que não tivesse uma atividade econômica regular e que, por isso, ficasse a vagar pelas noites paulistanas, estava sujeito à aquisição de vícios destruidores da moral, da virtude e da civilidade. Eis aí o momento da associação entre ócio e criminalidade.⁸⁷ A incidência dessas propostas sobre os trabalhadores urbanos teve, no discurso educacional voltado à escolarização e à disciplinarização da população brasileira, a evidência da preocupação com o desenvolvimento moral, com a diminuição da delinqüência, com a higiene, com o aperfeiçoamento da raça, sendo também nítido o incentivo à aquisição de hábitos corporais, à prática de atividades lúdicas compensatórias do desgaste provocado pelo trabalho e destrutivas dos vícios devastadores da sociedade.⁸⁸

Nesse contexto, as teses higienistas possibilitaram a estruturação de serviços de educação e propaganda sanitária principalmente direcionada aos meios pobres. Esses serviços desdobraram-se, no final dos anos de 1920, na criação de espaços destinados à recreação e à prática de esportes para os filhos dos operários, os chamados “programas de parques infantis”, com os quais foi desenvolvida a idéia de um lazer dirigido, de caráter disciplinador e formativo.⁸⁹

O desenvolvimento dos centros urbanos para locais produtores de novas formas de sociabilidade e interação social influenciou o modo de organização operária. Desde a segunda metade do século XIX, os trabalhadores urbanos livres e mais qualificados organizavam-se em sociedades e agrupações com a finalidade de exercer a solidariedade, zelar pelos interesses

⁸⁵ Ibid., p. 84.

⁸⁶ Ibid., p. 84.

⁸⁷ Ibid., p. 84.

⁸⁸ Ibid., p. 65.

⁸⁹ DECCA, 1987; MARCASSA, 2002.

comuns e prover divertimentos.⁹⁰ O contínuo crescimento das atividades comerciais e industriais e o aumento do número de trabalhadores circulando nos centros urbanos diversificaram as formas de organização operária, revelando um universo peculiar de manifestações culturais e associativas. Esse tipo de experiência tão diversificada, materializada em associações dançantes, carnavalescas, musicais, educativas e esportivas, produziu espaços de sociabilidade nos quais as atividades exercidas nem sempre tinham um caráter militante, o que é importante destacar, causando, às vezes, desconfiança e hostilidade de outros setores organizados, por não enfatizarem um conteúdo de classe.⁹¹

A experiência associativa dos trabalhadores fazia parte das atividades relacionadas à organização operária em torno de objetivos em comuns que, da reivindicação pela melhoria das condições de vida à prática do lazer, eram bastante diversos. Não obstante as dificuldades cotidianas típicas da falta de recursos, esses espaços levavam adiante atividades mais diretamente ligadas ao trabalho ou ao uso do tempo livre.⁹² Foi essa experiência associativa um dos meios que possibilitaram aos trabalhadores o desfrute do esporte organizado em ligas, associações, federações amadoras ou profissionais. É o que mostra o trabalho de Uassyr Siqueira sobre o bairro do Bom Retiro em São Paulo, durante os anos de 1915 a 1924.⁹³ Para o autor, o caráter diversificado das associações fundadas pelos trabalhadores paulistanos era bastante visível nesse bairro, porém, com 54 sociedades diferentes grande parte dedicava-se a as práticas esportivas que não se limitavam à participação em jogos ou torneios, mas também em bailes e saraus. Mas a prática do esporte, principalmente o futebol, era a principal atividade dessas agremiações.⁹⁴

Segundo Uassyr Siqueira, em 1916, quando a *Associação de Sports Atléticos do Rio de Janeiro* e a *Associação Paulista de Esportes Amadores* proibiram a participação de operários nos quadros dos clubes a elas filiados, outros canais foram imediatamente criados para a prática de jogos, como foi o caso da, Ligas Esportivas do bairro Bom Retiro e vizinhanças. O sucesso e o desempenho dos jogadores nesses campeonatos promovidos por essas organizações suburbanas foram tão significativos que na década de 1920, alguns deles conseguiram o apoio da Associação Paulista como reconhecimento por sua competência e

⁹⁰ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 14-20.

⁹¹ *Ibid.*, p. 63.

⁹² SIQUEIRA, 2002.

⁹³ *Ibid.*

⁹⁴ *Ibid.*, p. 44.

respeitabilidade diante da opinião pública e das autoridades que controlavam o funcionamento dos clubes e associações da cidade.⁹⁵

Sobre a apropriação do esporte pela classe trabalhadora há outros estudos que merecem ser mencionados para a elucidação desta pesquisa. É o caso do trabalho de Fátima Antunes,⁹⁶ que analisou o futebol praticado nas fábricas de São Paulo entre o final do século XIX até meados do século seguinte. A pesquisa de Fátima Antunes percorreu um grande período histórico abarcando momentos importantes da história do esporte em nosso País, e defendia uma forma de participação muito complexa relacionada ao jogo de interesses sobre a prática esportiva. Para a autora, que estudou detidamente o futebol de fábrica na cidade de São Paulo, a democratização desse esporte implicou o surgimento de interesses diversos, os quais, conscientes ou não, determinaram transformações nessa prática. Os clubes de fábrica foram criados por iniciativa dos operários, com o objetivo de proporcionar atividades esportivas como passatempo. Assim, formaram uma tradição de futebol amador praticado nesses clubes, que, apoiados material e financeiramente pelas empresas, tornaram possível a continuidade da iniciativa. Aos poucos, outros interesses foram adicionados a essa atividade, como a descoberta do potencial do futebol para a fábrica pelos empresários.

Ele [o clube] permitia a manutenção de certo grau de controle e de disciplina sobre o tempo livre dos trabalhadores. Mas, acima de tudo, o clube passou a funcionar como vitrine da empresa. Além da publicidade de seus produtos, a empresa veiculava uma imagem positiva através do futebol, de uma instituição preocupada com o fortalecimento físico e o divertimento de seus trabalhadores.⁹⁷

O investimento financeiro nos clubes de fábrica, expressão do interesse dos dirigentes, quase sempre foi direcionado à conquista de bons resultados nos campeonatos, visando, conseqüentemente, à melhoria da imagem da empresa vencedora. Com a crescente participação dos trabalhadores, tal conjunto de interesses auxiliou na caracterização do esporte na fábrica como atividade profissional. Para os operários, o passatempo acessível e barato do clube de fábrica possibilitava aventar a hipótese de se transformarem em jogadores profissionais, abandonando sua condição operária.

⁹⁵ SIQUEIRA, 2002, p. 104.

⁹⁶ ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. *Futebol de fábrica em São Paulo*. 1992. 219f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

⁹⁷ Ibid., p. 5.

Seu desempenho como jogadores podia favorecer a mobilidade no interior da própria fábrica, promovendo-os a funções mais leves ou melhor remuneradas [...] abriu-se um campo de mobilidade social, ainda que restrito, aos trabalhadores que jogavam futebol e que poderiam desenvolvê-lo como atividade profissional paralela ao emprego na fábrica.⁹⁸

Com o crescimento dessa atividade, o auxílio da fábrica foi fundamental para dar conta de todos os custos que a prática do futebol, nos moldes desejados, exigia. E assim, se estabeleceu uma relação entre a organização dos times e a gerência administrativa das fábricas: a direção da fábrica colaborava subsidiando as atividades do clube, mas exigia um retorno dos investimentos, o que se efetivou na forma de gerenciamento das atividades esportivas. Os diretores foram recrutados dos próprios quadros burocráticos da empresa, e aos operários, de quem partira a iniciativa de organização do futebol, restou a prática do esporte e uma posição secundária na direção. Para a autora, esboçava-se uma primeira forma de controle sobre o clube.

Leonardo Pereira,⁹⁹ estudando a disseminação do futebol no Rio de Janeiro, aproxima-se das conclusões de Antunes quando afirma que o desenvolvimento do esporte na cidade ganhou diferentes sentidos associados aos interesses das classes sociais. Analisando os estatutos dos clubes que proliferaram nos bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro, o autor encontrou diferenças óbvias nos critérios de aceitação de associados e nos preços das mensalidades, mas a diferença sutil estaria nas finalidades dos clubes declaradas nos estatutos. Segundo o autor, era freqüente nos estatutos a afirmação de intenções, como assegurar a boa camaradagem entre os vizinhos do bairro, promover o desenvolvimento físico e estimular o espírito de solidariedade. Tais finalidades estavam associadas aos princípios morais e higiênicos defendidos por intelectuais como preceitos ideais de disciplina, ordem e educação. Entretanto, a disparidade entre esses princípios e a prática da maior parte dos membros desses clubes localizados na periferia emergiam no interesse dos jogadores em obter vantagens e ascensão social e na busca para consolidar uma prática de diversão que não estivesse atrelada aos ditames da moral higiênica.

Os anos que seguiram a I Guerra Mundial trouxeram grandes mudanças para o contexto brasileiro, inclusive para o que envolvia a organização dos esportes, a educação e a classe trabalhadora. Esses três temas guardaram uma forte relação entre si, reforçando, muitas vezes,

⁹⁸ ANTUNES, 1992, p. 5.

⁹⁹ PEREIRA, Leonardo. Afonso Miranda *Footballmania*: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

idéias já gestadas anteriormente, como foi o caso das práticas sociais destinadas ao controle do cotidiano operário. Outras vezes essa poderosa relação renovou estruturas já consolidadas sob novos moldes. É paradigmático aqui o exemplo de o esporte ganhar *status* de profissão e de espetáculo e da ascensão da classe operária com a atuação dos comunistas. Quanto ao primeiro caso, a renovação do movimento em torno da causa educacional, que reuniu intelectuais de diferentes categorias profissionais, ganhou, na década de 1920, forte acento na organização do trabalho nacional como um problema colocado para a escola. De acordo com Maria Marta Chagas de Carvalho¹⁰⁰, nesse momento foi possível perceber uma sutil mutação no discurso pedagógico no Brasil, quando as novas práticas visualizadas pela Pedagogia da Escola Nova¹⁰¹ entraram em cena redefinindo princípios, objetivos, livrando-se dos limites postos pelo cientificismo e apresentando-se otimistas em relação ao poder da educação. Segundo a autora, tratava-se de uma

[...] aposta em uma sociedade nova, moderna, que as lições da guerra, mediatamente aprendidas, faziam entrever como dependente de uma nova educação, redefinida em seus princípios e largamente baseada na ciência [...]. Era aposta no poder disciplinarizador do progresso que essa ‘nova compreensão’ entrevia embutido no processo de racionalização das relações sociais sob o modelo de fábrica. A regra que organizava as novas práticas pedagógicas não deriva mais, senão mediatizadamente, da ciência. Ele é metáfora dos ritmos impostos aos corpos e às mentes pela vida moderna, império da indústria e da técnica.¹⁰²

Para Carmen Soares,¹⁰³ o campo de intervenção do saber médico sanitário redefiniu-se em formas mais sutis e educativas, voltando-se aos cuidados com a infância e com as condições de trabalho da indústria. Foram componentes dessa mudança a orientação de medidas higiênicas para o bom funcionamento das fábricas, das escolas e dos locais públicos e a responsabilização de empresários pelo descaso com a degeneração da classe operária. A educação do povo assentou-se no jogo de espelhos entre saúde, moral e educação: “ [...] hábitos saudáveis moralizam, uma vida virtuosa é saudável; moralidade e saúde são condição e decorrência de hábitos de trabalho, uma vida laboriosa é uma vida essencialmente moral e saudável”.¹⁰⁴ Nessa redefinição de prioridades, a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924, teve um importante papel. Uma das iniciativas marcantes da sua presença no contexto da reforma moral e intelectual foram as Semanas de Educação, uma medida

¹⁰⁰ CARVALHO, Marta Maria Chagas de, Quando a história da educação é uma história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

¹⁰¹ Id., 1989. Especialmente entre as páginas 54-80.

¹⁰² Id., 1997, p. 280.

¹⁰³ SOARES, 1994.

¹⁰⁴ CARVALHO, op. cit., p. 284. Nota 100.

inovadora da Associação baseada em práticas comemorativas diversas que celebraram condutas ideais na escola, no lar e no trabalho. Para a ABE, a saúde

[...] não era somente um dos temas preferidos das preleções cívicas das festividades, como também objeto da celebração em inúmeras competições esportivas oferecidas em espetáculos como modelos exemplares de comportamento. O esporte e a vida saudável simbolizam a energia, o vigor, a força, a operosidade, signos de progresso inscritos no corpo que conhece o movimento adequado e útil para cada ato.¹⁰⁵

Em relação ao segundo caso, no período pós-guerra a cultura esportiva e a celebração da potencialidade físico-maquinal do corpo receberam destaque e prestígio social por conta dos valores e códigos que expressavam. Essa percepção, para os centros urbanos do País em desenvolvimento, como São Paulo, significou estar a par das últimas descobertas tecnológicas e reunir em si efeitos integradores em uma época de conflituosa renovação político-cultural.¹⁰⁶ A racionalização do trabalho e da vida moderna produziu novas sensibilidades e, nesse processo, “[...] a pedagogia deixava-se impregnar pelos novos ritmos da sociedade da técnica e do maquinismo. Ritmos que faziam entrever modalidades inéditas de intervenção disciplinar”.¹⁰⁷

A crescente popularização dos esportes, notadamente do futebol, estimulada por um ambiente de esportivização, disciplina e patriotismo, colocava a cultura física na ordem do dia, propiciando grandes emoções aos praticantes e espectadores do esporte e um entusiasmo geral pelas competições. Mas deve-se destacar que esse interesse pelos esportes, que Sevcenko¹⁰⁸ descreve como a febre esportiva que assolou o século XX desde os seus primórdios e, efusivamente, os anos de 1920 e 1930 concebendo a generalização da ética do ativismo, estava associado ao contexto de mudanças conhecido como a crise dos anos de 1920, que apontou novos rumos à sociedade brasileira e colocou em questão padrões culturais e políticos vigentes até então.

¹⁰⁵ CARVALHO, 1984, p. 78.

¹⁰⁶ SEVCENKO, 2003.

¹⁰⁷ CARVALHO, 1997, p. 285.

¹⁰⁸ SEVCENKO, 1998.

1.2 Esporte e política: entram em cena os comunistas

O início dos anos de 1920 em nosso País foi um fecundo período para a reformulação das idéias modernas advindas com a República. A educação e o trabalho foram, mais uma vez, chamados para participar desse processo de reestruturação econômica, social e cultural em curso. A narração desse período pode ser elaborada a partir de eventos paradigmáticos para aquele momento da história do nosso País, por exemplo, a criação do PCB, as agitações tenentistas e a crise política, o centenário da Independência, a Semana da Arte Moderna, o Manifesto da Escola Nova, a fundação da ABE, entre outros. Tudo isso é expressão das preocupações e intervenções construídas nesse contexto.

Os efeitos, ainda recentes, da I Guerra Mundial e da Revolução Soviética também influenciaram o contexto brasileiro, favorecendo e estimulando sua transformação em diversos aspectos, como, por exemplo, no cenário político, que, no início dos anos de 1920, viveu uma crescente insatisfação por parte de militares e setores civis, apontaram rupturas cada vez mais evidentes na hegemonia política exercida pela oligarquia.¹⁰⁹ A insatisfação latente da classe média e de camadas populares, além da divisão das Forças Armadas, formou uma onda inconformista que, uma vez saturados aqueles setores sociais da opressão político-social pela classe dirigente, iniciou um novo processo de relações de classe.¹¹⁰ No aspecto econômico, o País viveu, por um lado, momentos de transição e instabilidade; por outro, um processo de expansão marcado pela complexificação e pela ampliação dos setores urbanos com o crescimento das camadas médias, da classe trabalhadora e a diversificação de interesses no interior das próprias elites econômicas.¹¹¹ No trabalho, os industriais, engenheiros, educadores e sanitaristas afeitos ao discurso da racionalização e da administração científica defenderam a organização racional e o máximo rendimento como forma de criar um Brasil mais produtivo, eficiente e moderno.¹¹²

Se na transição para o século XX a palavra de ordem foi *civilizar*, nos anos de 1920, sobretudo na década de 1930, a questão fundamental foi realizar uma espécie de ajuste de

¹⁰⁹ FAUSTO, Boris. Crise dos anos vinte e a revolução de trinta. In: _____. *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1978. t. 3, v.2, p. 401-426.

¹¹⁰ CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Atica, 1989.

¹¹¹ FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 389-415.

¹¹² WEINSTEIN, Barbara. (Re)formação da classe operária no Brasil (1920-1964). São Paulo: Cortez, 2000.

contas entre o conjunto das idéias modernas e a realidade institucional do País.¹¹³ Nesse plano geral, essas transformações seriam os estímulos e os subsídios de estratégias de um novo ordenamento político-cultural que transformou, no que diz respeito ao nosso objeto de estudo, a visibilidade do esporte em nossa sociedade e a maneira como a classe operária, mais especificamente o PCB, lidou com a organização da classe. Decerto não houve um fator determinante que conduziu a relação que os comunistas estabeleceram com o esporte, mas a combinação de fatores relacionados com a dinâmica interna do País e também com o contexto internacional da classe trabalhadora.

A narração histórica até aqui construída demonstrou uma relação quase sempre conflituosa entre classe operária e esporte, do ponto de vista dos preceitos normativos tanto de militantes quanto de intervenções do poder público. Mas a conjuntura que se abriu na segunda e terceira décadas do século XX permitiu visualizar mudanças nessa relação, exigindo explorar os significados e repercussões da expansão do esporte nesses anos e da dinâmica de organização da classe operária nesse período.

Necessariamente, a combinação da trajetória da organização esportiva em nosso País com as transformações da política operária no contexto estudado levou-nos a elencar alguns fatores fundamentais para a compreensão dos motivos que levaram ao envolvimento dos comunistas com o esporte nesse contexto. Desenvolvemos aqui o grande salto que a organização esportiva teve na indústria do entretenimento, a cisão no movimento operário, a ascensão dos comunistas e sua absorção do debate internacional sobre o esporte proletário.

Na década de 1920 a prática do esporte ganhou grande notoriedade em função dos valores que carregava, relacionados com o contexto que se abriu após a Grande Guerra. Neste contexto, a retomada das Olimpíadas no continente europeu contagiou o mundo todo com o hasteamento, pela primeira vez, da bandeira branca com os cinco anéis, ou seja, a representação dos continentes, e com a revoada de pombos simbolizando a paz e atualizando ideal olímpico de amizade e solidariedade entre os povos. No Brasil, ainda se comemorava a conquista do terceiro Campeonato Sul-Americano de Futebol, um título inédito que veio junto com o estado de euforia e felicidade pelo fim de um período de tormento, coroando também uma vívida manifestação popular de orgulho patriótico. A vitória dos brasileiros não significou

¹¹³ HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

apenas a conquista de um campeonato de um jogo popular: foi a demarcação de um novo referencial da identidade nacional.

Se o esporte pode ser uma chave de leitura do contexto em questão, o futebol é a modalidade que oferece as melhores possibilidades para pensar sobre esse entusiasmo esportivo. Devido ao seu potencial integrador, à sua facilidade de improvisação e ao grande poder de mobilização que causou, o futebol rapidamente se popularizou,¹¹⁴ e os clubes esportivos, já em profusão nesse período, que tinham essa modalidade como principal atrativo, ganharam cada vez mais destaque e incentivo para a realização de jogos e campeonatos.

A disseminação da prática do futebol veio acompanhada de muitos conflitos, dividindo opiniões a respeito dos benefícios desse esporte. Segundo Franzini, o entusiasmado interesse pela bola construiu um campo comum de práticas e experiências que levou à forçosa aproximação das classes sociais historicamente separadas.¹¹⁵ Segundo o autor, se, para alguns, a presença dessa prática por toda a cidade e as querelas e brigas originadas pelos resultados dos jogos eram motivo de desintegração nacional e degeneração cultural, para outros, o futebol era um ambicioso projeto de regeneração da sociedade brasileira calcado na valorização do sentimento patriótico e da cultura física.¹¹⁶

A opinião de Negreiros é a de que, quando essas elites detinham o futebol como um espaço exclusivo, reservavam a esse esporte elogios e tarefas que permitiriam a redenção da Nação, em função da construção de uma elite dirigente capaz e de um povo forte.¹¹⁷ Mas quando esse esporte deixou de ser o lugar de encontro de uma elite, por fatores aqui já colocados, novos setores sociais fizeram-se presentes, e o futebol foi perdendo seu caráter branco, elitista, e seu prestígio social, tornando-se, então, a expressão da irracionalidade, do atraso, da desordem, da violência, da ausência de caráter educativo.¹¹⁸ Porém, sua popularização atingiu tal alcance que não havia como fazê-lo desaparecer. Segundo o autor, era preciso discipliná-lo, era preciso uma ordenação que viesse de cima, a partir da intervenção do poder público. Assim, a desordem foi substituída pela ordem das elites e coube ao futebol, apesar das múltiplas

¹¹⁴ FRANZINI, Fábio. *Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 18.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 33.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 34.

¹¹⁷ NEGREIROS, Plínio José Labriola. Futebol nos anos 1930 e 1940: construindo a identidade nacional. *História: questões e debates*. Curitiba, n. 39, p. 121-151, 2003, p. 124.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 124.

restrições que lhe foram feitas, contribuir para que a construção da nação brasileira se concretizasse, e tornar-se uma das atividades mais adequadas às novas exigências que a constituição de uma metrópole apontava.¹¹⁹

Na emergência dos conflitos, principalmente a partir dos anos de 1920, com as multidões legitimando o sucesso do futebol, o debate sobre a profissionalização do esporte possibilitou ver as relações que foram estabelecendo-se entre o frêmito por esse esporte e os interesses financeiros sobre ele, ou seja, tornar o sucesso do futebol um espetáculo lucrativo tinha também a finalidade de manter a autonomia financeira dos departamentos esportivos dos clubes e, assim, estes teriam possibilidades de oferecer gratificações aos jogadores como forma de estímulo à vitória.¹²⁰ Mas, neste momento, o que interessa para nosso estudo é a questão marcante em relação aos conflitos decorrentes da prática do futebol entre os trabalhadores.

Sendo o jogo de futebol um esporte muito popular entre os trabalhadores, como já evidenciado nos trabalhos de Uassyr Siqueira, Fátima Antunes e Leonardo Pereira, é através dessa relação que se podem perceber as primeiras manifestações da profissionalização do esporte no País. No caso dos clubes de fábricas, muitos trabalhadores vislumbraram a possibilidade de ampliar seus horizontes profissionais. Segundo Antunes, no início, o incentivo financeiro era modesto e diversificado, mas, posteriormente, com o aumento da concorrência entre os clubes envolvidos nos campeonatos, foi necessário tornar as equipes mais competitivas, o que implicou a seleção de um bom futebolista na seleção de um bom operário, e a remuneração ganhou um caráter especial, sendo vista, muitas vezes, como um segundo salário.¹²¹ Com o propósito de complementar os ganhos provenientes do trabalho nas fábricas muitos trabalhadores viam-se estimulados a se lançar em disputar por uma posição no time.¹²²

Para os jogadores, segundo Fábio Franzini, o futebol permitiu a sobrevivência imediata e, muitas vezes, a ascensão econômica para muitos daqueles que não encontravam essa oportunidade pelo trabalho. Por outro lado, tornou o esporte um meio de trabalho para

¹¹⁹ NEGREIROS, 2003, p. 24.

¹²⁰ ANTUNES, 1992, p. 22.

¹²¹ Ibid., p. 53.

¹²² Ibid., p. 53.

assegurar a força dos clubes e o vigor dos espetáculos.¹²³ Esse não foi um processo sem conflitos e, ao que interessava à classe operária, essa relação despertou a crítica feita ao jogo pelas lideranças sindicais com o argumento de que, incentivado pelos patrões em algumas empresas, o esporte seria visto como forma de afastar as classes trabalhadoras dos sindicatos.¹²⁴

Houve muitas razões para argumentos dessa ordem terem grande força na crítica ao esporte feita pelo movimento operário no início dos anos de 1920. A origem de alguns motivos teve relação com o peculiar contexto político de reordenação das forças operárias, que exigiram coesão do movimento e combate permanente à política burguesa. A cisão que ocorreu na classe operária brasileira, marcando a diferença entre comunistas e anarquistas, apresenta-se como um outro fator que, ao lado do avanço da espetacularização e da profissionalização dos esportes, mais tarde influenciaria a aproximação dos comunistas com o esporte.

A crise que inaugurou os anos de 1920 teve correspondência direta na esfera da política e também grande influência nas reordenações no mundo do trabalho, na legislação social e na organização operária. As disputas em torno da sucessão presidencial de 1922 expressaram, em alguma medida, o descontentamento com o modelo político vigente até então. Uma expressão dessa discordância foi a candidatura de Nilo Peçanha pela Reação Republicana. As agitações operárias do período de 1917-19 colocaram em evidência o debate acerca da questão social e não podiam mais ser ignoradas. O discurso de Peçanha afirmava:

O mundo não pode ser mais o domínio egoístico dos ricos, e [...] só teremos paz de verdade, e uma paz de justiça, quando nas nossas propriedades [...] e nas nossas consciências, sobretudo, forem tão legítimos os direitos do trabalho como os do capital. Não é mais possível a nenhum governo brasileiro deixar de respeitar, dentro da ordem, a liberdade, a liberdade operária, o pensamento operário.¹²⁵

Como um movimento de expressão política do período, a reação republicana não foi uma ruptura com o modelo oligárquico em vigor, mas uma tentativa de construção de um eixo alternativo de poder que incluía a crítica ao imperialismo dos Estados de maior evidência e a regeneração dos costumes políticos.¹²⁶ Havia também um grande interesse em mobilizar as massas urbanas pelo destaque dado à questão social, um debate que já carregava em si um

¹²³ FRANZINI, 2003, p. 64.

¹²⁴ SIQUEIRA, 2002, p. 110.

¹²⁵ PEÇANHA, apud FERREIRA; PINTO, 2003, p. 395.

¹²⁶ Ibid., p. 395.

histórico de agitações operárias em torno da relação entre capital e trabalho. Até 1920, a maior parte das medidas sociais que beneficiavam a classe trabalhadora, conquistadas por meio das lutas por melhorias na condição de vida e trabalho, restringia-se a determinados grupos de ofício, aqueles providos de estruturas mais organizadas. Entretanto, o momento seguinte a esse período foi de desenvolvimento das relações entre as classes e de um aumento no aparato legislativo devido a muitos fatores, entre eles, a organização e pressão operária e a criação de organismos sociais destinados a equilibrar o antagonismo entre classes.¹²⁷

O ascenso da classe operária nos centros urbanos do País viabilizou uma alteração não só nas relações entre os grupos sociais, mas também entre os grupos da própria classe trabalhadora. A configuração de novas relações e novas perspectivas políticas foi o que possibilitou a formação do PCB, em 1922, e a projeção de sua influência para toda uma geração de trabalhadores, estudantes e intelectuais em determinado período da história do Brasil. No contexto dos anos de 1920-1930, algumas tendências do movimento operário reorganizaram-se em função das novas demandas políticas, modificando suas estratégias sindicais e formas de mobilização, o que gerou grandes tensões no interior do movimento.

Foi nesse momento que o PCB, seguindo o rastro da Revolução Russa e da cisão movimento operário, despontou como uma nova corrente ideológica no Brasil, como um “[...] acontecimento *sui generis* no movimento operário. Pela primeira vez tentou-se superar, com novo arcabouço de organização e nova formulação ideológica, os limites do passado”.¹²⁸ Tal superação respondeu, como relata Carone,¹²⁹ a um processo de modernização positiva do movimento operário decorrente da aceitação de uma nova conjuntura mundial. Em poucos anos, o PCB experimentou significativas modificações em sua linha política geral, que foram fundamentais para compor, entre os anos de 1928-1935, sua relação com o movimento esportivo e os usos dele feitos: a ruptura com os anarquistas, a política de Frente Única, o processo de bolchevização/proletarização do Partido e a política de classe contra classe. A fundação do PCB renovou a organização e a formulação ideológica da luta operária no País, preconizando o caráter da centralização e da disciplina partidária que exigia o abandono das idéias de espontaneísmo e a adesão livre e sem obrigações com o Partido.¹³⁰

¹²⁷ BATALHA, 2003.

¹²⁸ CARONE, 1989. p. 93.

¹²⁹ BATALHA, 2003.

¹³⁰ Ibid.

A origem do PCB foi uma peculiaridade do PCB no Brasil, surgindo de uma cisão do movimento anarquista. Os anarquistas, até pouco depois da Revolução Russa, eram a maioria entre os operários, mas os comunistas revolucionários foram responsáveis pelo estabelecimento definitivo dos antagonismos entre comunistas e anarquistas em nosso País. A partir dela as polêmicas teóricas e a nova situação econômica e social exigiam das lideranças operárias revolucionárias uma nova postura a que a tendência anarquista não soube se adaptar.¹³¹ Nesse sentido, paradigmático é o relato de Basbaum, em princípios de 1927, de passagem pela Bahia, sobre o encontro com um militante anarquista chamado João Pacífico de Souza, que desejava ingressar no PCB:

[...] era um homem cansado de lutas, e um tanto desiludido. [...] Seu estado de espírito, todavia, não abalou o meu. Eram duas gerações que se encontravam, era o símbolo do anarquismo que morria, enquanto outras gerações e outras ideologias iam surgindo. Mas era uma boa criatura, um batalhador leal, um guerreiro necessitando de repouso. Não pude fazer nada por ele nem ele por mim [...] ele apenas admirado de minha juventude.¹³²

Além das transformações no trato político, a partir dos anos de 1920 o campo de ação cultural da classe trabalhadora também passou por um processo de modificação, e o caráter das celebrações e solenidades operárias foi a expressão disso.¹³³ Segundo Cláudio Henrique Batalha, as celebrações, antes realizadas em locais fechados, adquiriram aspecto popular e mais lúdico, sendo realizados ao ar livre, em locais como parques, e incluíram na programação, além das conferências e a presença de oradores, atrações capazes de atrair mais público.¹³⁴ Ainda segundo esse autor, essa mudança na cultura operária militante teve reflexos na relação com o esporte. Assim, ao invés de encarar o futebol com desconfiança, algumas associações, particularmente aquelas que já nos anos de 1920 estavam sob influência dos comunistas, passaram a estimular a criação de times de trabalhadores, aproximando a cultura operária militante da cultura dos trabalhadores não militantes.¹³⁵

Segundo Del Roio, o PCB ganhou relevância nesse contexto porque foi a única organização política vinculada ao movimento operário que, a despeito da sua fragilidade numérica, organizativa e teórica, se esforçou para elaborar um projeto de inserção da classe operária

¹³¹ PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-omega, 1984, p. 69).

¹³² BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. 2ª edição. São Paulo: Alfa Omega, 1976, p. 45.

¹³³ BATALHA, 2002, p. 65-66.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 66.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 66.

como sujeito político que visasse à transformação revolucionária.¹³⁶ Nos primeiros anos de sua existência, teve que enfrentar as muitas tensões originadas pelo processo de ruptura e diferenciação de outras tendências operárias, principalmente a anarquista. As negativas anarquistas não admitiram, entre outros pontos, as organizações sindical e partidária comunista, justamente dois dos pilares da política de arregimentação do proletariado implementados pelo PCB.

Durante quase toda a década de 1920, o PCB perseguiu uma identidade própria, buscando consolidar a ruptura que provocou no interior do movimento operário brasileiro e diferenciar-se dos quadros anarquistas, investindo numa política sindical agressiva, disputando o controle de sindicatos dominados por outras correntes.¹³⁷ A atuação do partido na sociedade brasileira, até meados da década, estava voltada predominantemente para setores operários, buscando conquistar os sindicatos anarquistas e reformistas ou criar novos sindicatos.¹³⁸ Colhendo os resultados da sua postura unitária, o PCB, em 1926-27, conseguiu absorver a tensão com os anarquistas, que, por sua vez, cedeu lugar à expansão comunista no meio operário.

A partir de então, a transição para a década de 1930 foi marcada pelo jogo ambíguo e instável do domínio sobre a organização social, que, recompondo as relações de trabalho e da luta política em favor da homogeneização, buscou apagar a complexidade da vida material e cultural e suas indetermináveis formas de sociabilidade. Em meio a esse turbilhão, o PCB, consolidando a diferenciação teórica e prática de sua matriz anarco-sindicalista, teve de lidar com eventos de grande magnitude e apurar suas estratégias de ação/intervenção na sociedade a cada nova guinada da história.

O PCB lançou-se na política sindical de Frente Única, que encontrou na ampla movimentação das massas o lema da ação comunista. Em 1928, quando prenúncios da crise econômica se acumularam com as tensões políticas da década, a classe operária pôde avançar nas brechas da dominação oligárquica, uma vez que o PCB já se encontrava inserido e estabelecido no meio operário. Esse foi o momento em que o Partido, com sua base partidária consolidada e com definido papel ideológico, iniciou uma luta para conquistas de novos espaços políticos e

¹³⁶ DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

¹³⁷ CARONE, 1989.

¹³⁸ RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In. FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1978. t. 3, v.2, p. 361-433.

sociais e se mostrou presente em posições de liderança política na sociedade brasileira, mesmo lidando com facções sociais diversificadas.¹³⁹

Desde 1925, o PCB mantinha a proposta de frente única proletária de luta conjunta de todos os operários (sem Partido ou pertencentes a outros) para a defesa dos interesses elementares e vitais da classe operária contra a burguesia e para a união das massas operárias pela agitação e pela organização.¹⁴⁰ Para a efetivação da frente única proletária o Partido defendeu a criação de uma Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e desenvolveu uma ampla campanha de sindicalização. A Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro (FSRRJ), esteio para se chegar à fundação do CTGB, em nota à *A Classe Operária*, no dia 1º de maio de 1928, comemorou um ano de atuação com as seguintes palavras:

[...] a classe operária possuirá um organismo centralizado que resolverá em definitivo o problema da conjunção de forças. Para tanto torna-se preciso que todos os dirigentes dos sindicatos adherentes façam, sempre que lhes permitem as circunstancias, a propaganda da FSRRJ para espantar do pensamento dos seus associados a estreiteza imperativista, causa principal da debilidade das reclamações proletárias.¹⁴¹

No exemplar seguinte de *A Classe Operária*, onde foram publicadas as avaliações das mobilizações de 1º de maio, a FSRRJ publicou um apelo para a sua consolidação e para o fomento de novas federações:

[A federação sindical do Rio de Janeiro] Appella para as camadas mais pobres dos operarios, dos empregados, dos lavradores pobres, dos pequenos funcionarios, das mulheres e dos jovens trabalhadores no sentido do reforçamento das associações actuaes e da criação de novas organizações syndicaes das corporações desorganizadas.

Apóia a frente unica proletária, a unidade syndical e a obra que o jornal a CLASSE OPERARIA vae realizar no sentido da organização e da educação do proletariado.¹⁴²

Iniciativas dessa ordem foram importantes no que diz respeito à uma maior tolerância para com a diversidade do movimento operário e ao bloqueio do processo de cooptação da classe operária pelo Estado.¹⁴³ Foi nesse momento de consolidação que o PCB se organizou também

¹³⁹ CARONE, 1989; RODRIGUES, 1978.

¹⁴⁰ CARONE, 1989.

¹⁴¹ O PROBLEMA da centralização das forças operárias resolvido. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 3, 1º maio 1928.

¹⁴² MILHÕES de operários, de empregados, de lavradores pobres e de mulheres e jovens trabalhadores – Organizae-vos nas associações de classe. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 1, 5 maio 1928.

¹⁴³ DEL ROIO, 1990.

no campo esportivo. A *Classe Operária*, retomando publicações, em 1º de maio de 1928 lançou a coluna *Juventude Proletária*, como forma de convidar os jovens trabalhadores a participar do movimento operário, e publicou um artigo intitulado “Sport proletario – todo operario footballer deve ingressar nos clubs proletarios”, pelo qual o jornal reconhecia a presença do esporte no meio operário e a exploração capitalista por meio dele e estimulou os trabalhadores a pensar sobre um contraponto cultural na proletarização do esporte.

Evidentemente esses não foram os primeiros artigos relacionados ao movimento esportivo da classe trabalhadora publicados pelos meios de comunicação operários. Na história do Partido, podemos observar que já na sua organização o PCB contava com a JC no ramo especial de atividades. Conta Leôncio Basbaum¹⁴⁴ que em 1924, o Partido empreendeu algumas discussões sobre juventude e esporte; em 1925, na ocasião do II congresso do PCB, constava na pauta de discussão um novo debate sobre a organização da JC. Em 1927, foi criada a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) com um clube de futebol. Mas foi somente a partir de 1928 que observamos uma movimentação mais sistemática em torno do tema da proletarização do esporte e sua relação com a JC.

Interessa marcar que a campanha do esporte proletário aconteceu no final dos anos de 1920, quando o PCB enfrentou dissidências partidárias e acatou as novas determinações da linha política do VI Congresso da Internacional Comunista, cujo resultado foi a radicalização da política partidária, o esforço de proletarização do Partido mediante a promoção de militantes de origem operária e a rejeição dos intelectuais de origem burguesa.¹⁴⁵ Em 17 de abril de 1930, o jornal *A Classe Operária* divulgou uma Resolução do Secretariado Político da Internacional Comunista sobre a questão brasileira, pela qual a tarefa imediata do PCB seria:

O partido deve depurar resolutamente os quadros dirigentes de todos os elementos liquidacionistas, oportunistas de direita que se arrastam a reboque da massa e escolher a composição dos órgãos dirigentes de modo a assegurar a realização consequente e firme da politica proletária revolucionaria.¹⁴⁶

Inferimos que esse movimento esportivo comunista só se tenha fortalecido no Brasil a partir de 1928, por conta dos próprios arranjos da IC em relação ao PCB e ao cenário esportivo

¹⁴⁴ BASBAUM, 1978.

¹⁴⁵ RODRIGUES, 1978.

¹⁴⁶ SECRETARIADO..., *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 3, 17 abr. 1930. Coincidência ou não, a seção em que esse artigo foi publicado mudou de nome, neste número do jornal, de Movimento Sindical para Vida do Partido.

mundial. Na ocasião do VI Congresso da IC, em 1927, houve dois eventos marcantes, que devemos discutir, que influenciaram o PCB e seu empreendimento na área esportiva: o esforço de bolchevização das seções da IC e a visibilidade da América Latina.

A política de bolchevização da IC e, conseqüentemente, dos partidos comunistas, teve início em 1924, com o V Congresso da IC, e visou uniformizar as normas organizativas dos partidos comunistas segundo o modelo bolchevique, privilegiando as células por local de trabalho em detrimento das territoriais, mas permitindo sempre a existência de frações no interior do Partido.¹⁴⁷ Segundo Pinheiro¹⁴⁸, foi somente a partir do VI Congresso, em 1928, que essa política se consolidou. Justamente no mesmo período em que a América Latina ganhava notoriedade pela IC por ocasião do agravamento da luta imperialista.

O quadro que se apresentou, a partir de 1928, no meio proletário mundial, foi de um movimento de inflexão para a esquerda dirigido pela IC. Essa fase, que durou até 1934-35, teve repercussões mundiais para os quadros comunistas. Essa inflexão consistiu na radicalização da política comunista e na ascensão do Estado Soviético sobre a IC. A implicação imediata desse processo foi que a IC se tornou uma agência de repasse das análises das relações internacionais pela perspectiva do Estado Soviético para o movimento operário internacional,¹⁴⁹ e a política de bolchevização, elevada à escala internacional, transformou-se numa política de subordinação dos militantes aos códigos do Partido, que, por sua vez, elaborou toda uma maneira de comportamentos e obrigações, toda uma série de regras estabelecidas.¹⁵⁰

No VI Congresso, a visibilidade da América Latina deveu-se a análises sobre o agravamento da luta imperialista. Segundo as representações, ainda que falsas, os delegados latino-americanos, mas, principalmente, os comunistas brasileiros debruçaram-se sobre a existência de uma situação pré-revolucionária no Brasil em função da inserção capitalista no País e do agravamento das contradições de classe.¹⁵¹ Os delegados da América Latina teceram articulações diretas entre o imperialismo e a política interna de cada país, tomando isso como instrumento de inserção ideológica. Era necessário contrapor-se ao imperialismo. E tal foi o

¹⁴⁷ DEL ROIO, 1990, p. 102.

¹⁴⁸ PINHEIRO, Paulo Sergio. *Estratégias da Ilusão: a revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁴⁹ Ibid., p. 178.

¹⁵⁰ CARONE, 1989, p. 152.

¹⁵¹ PINHEIRO, 1991, p. 167.

caso do esporte quando Sala, que na ocasião do VI Congresso era o delegado do Uruguai, indicou a necessidade de levar ao esporte a luta contra o imperialismo. “Nós devemos lutar contra as associações esportivas burguesas, tendo um caráter definido de classe”.¹⁵² Para Pinheiro, a articulação agora estreita entre a IC e a América Latina não implicava o avanço na estratégia revolucionária. O que estava em jogo era a defesa da União Soviética e, assim, os partidos comunistas da América Latina ganharam notoriedade na época porque foram considerados como instrumentos de sobrevivência da Revolução Russa e da República dos Soviéticos.¹⁵³

Quando o delegado uruguaio Sala proferiu essas palavras de apoio ao esporte proletário (em 1927 no VI Congresso da IC), o movimento esportivo operário europeu já estava vivendo uma fase delicada em função das relações estabelecidas entre a IVS e a política esportiva da União Soviética, também nos moldes de subordinação ao Estado Soviético. Em 1928, após o VI Congresso, o PCB lançou-se na campanha de *proletarização do esporte*,¹⁵⁴ alçando a JC nesse processo que pretendeu, segundo as orientações da IC e da Internacional da Juventude Comunista (IJC), um contraponto à ordem esportiva burguesa vigente.

No Brasil, o movimento comunista em torno da questão esportiva encontrou expressão, basicamente, em duas ações: na formação de clubes “tipicamente” proletários e na construção de críticas dirigidas aos valores de competição e exploração financeira do esporte burguês. É importante destacar que o PCB, mais uma vez, em pouco mais de cinco anos de existência e apesar da crise interna que começava a se desenvolver, absorveu um intenso debate sobre o esporte proletário na Europa e se alinhou à política esportiva internacional.

O movimento esportivo proletário no Brasil respondia a uma diretriz da IC. A direção desse movimento estava subordinada às determinações da IVS surgida em 1921 com o objetivo de criar e aglutinar as organizações de ginástica e esportes proletários revolucionários de todos os países e transformá-los em centros de apoio para o proletariado em sua luta de classe.¹⁵⁵ A IVS expedia diretivas para as seções nacionais, especialmente para a JC, visando impedir os

¹⁵² SALA, apud PINHEIRO, 1991, p.168.

¹⁵³ Ibid., p. 179.

¹⁵⁴ DECCA, 1987; SANTOS, 2000.

¹⁵⁵ GOUNOT, André. Sport or political organization? structures and characteristics of the Red Sport International (1921-1937). 2001. p. 23-39., vol. 1, n. 1. p. 23

Disponível em: <http://www.aafra.org/SportsLibrary/JSH/JSH2001/JSH2801/JSH2801d.pdf>. Acesso em: 15 out 2006. As referências a André Gounot (1994; 2001) foram feitas todas em português e por livre tradução.

trabalhadores de permanecer em contato com influências e organizações burguesas. Segundo Gounout, a criação da IVS foi o reflexo da divisão do movimento operário internacional entre comunistas e socialistas reformistas após a 1ª Guerra Mundial e, conseqüentemente, um contraponto a Internacional Esportiva de Lucerna (de orientação socialista reformista), criada em 1920.¹⁵⁶ Para o autor, apesar de o estabelecimento das duas Internacionais ter elevado o debate sobre o movimento esportivo operário, a criação da IVE foi um duro golpe para seu desenvolvimento.¹⁵⁷

Assim, a partir de 1928, os comunistas lançaram-se numa campanha de proletarização do esporte, aliada ao novo ordenamento partidário da Internacional Comunista, com o objetivo de agregar os trabalhadores e ampliar seu espaço de luta, tendo na organização esportiva um meio para doutrinação da classe, para libertação do proletariado e para desenvolvimento da consciência de classe. Nesse processo, grupos comunistas e simpatizantes dessa tendência utilizaram o esporte como elemento aglutinador da classe operária, concebendo-o como um campo de luta de classe pela emancipação e autonomia proletária. Não foi sem motivo a existência de uma página esportiva no exíguo espaço de quatro folhas dos jornais operários e a manutenção de departamentos esportivos dentro dos sindicatos¹⁵⁸, “[...] realizando assim o objectivo de uma velha e inadiável aspiração: a proletarização do esporte”.¹⁵⁹

Na impossibilidade de interromper a relação que inúmeros trabalhadores estabeleceram com o esporte e mesmo de negar o potencial aglutinador das práticas esportivas, os comunistas não se preocuparam com a prática em si, mas com aquilo que ela poderia trazer, ou seja, a aglomeração de trabalhadores praticantes do esporte, reunidos em clubes e participando de campeonatos operários com o propósito de disseminar a militância comunista e combater a política burguesa. Nesse campo, a década de 1930 iria apresentar embates muito mais tensos em torno da questão esportiva para os trabalhadores, e as lideranças do Partido tiveram que refinar sua crítica e buscar um contraponto para as intervenções burguesas.

¹⁵⁶ GOUNOUT, André. Sport réformiste ou sport révolutionnaire? Les débuts des Internationales sportives ouvrières. In: ARNAUD, Pierre. *Les origines du sport ouvrier em Europe*. Paris: L'harmattan, 1994. p. 219-246 Id., 2001.

¹⁵⁷ Id., 1994, p.221.

¹⁵⁸ Como foi o caso dos jornais *O Trabalhador Graphico* e *O Internacional*.

¹⁵⁹ O DEPARTAMENTO esportivo da UTG. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, n. 96, p. 5, 25 maio 1928.

Capítulo II

2 INTELLECTUAIS, EMPRESÁRIOS E OPERÁRIOS: RELAÇÃO E INTERVENÇÃO NO TERRENO ESPORTIVO

Neste capítulo, confrontamos as diferentes perspectivas sobre o esporte que surgiram no final dos anos de 1920 e início de 1930, quando o PCB lançou, no final dos anos 1920, a idéia de um esporte proletário como tática de mobilização do operariado e como contraponto ao esporte burguês. Discutimos os pontos de divergência e contato, no plano do esporte, entre os ideais formadores da classe operária e da intervenção burguesa, investindo em um diálogo entre fontes proletárias e fontes que representassem as “idéias burguesas”: buscamos, primeiramente, através de um periódico específico da Educação Física, as perspectivas sobre a educação do corpo que viabilizaram intervenções no meio operário utilizando as práticas esportivas. Em outro momento, investigamos a percepção proletária sobre o esporte burguês, explorando nos jornais aqueles argumentos que diferenciam a prática do esporte proletário da prática burguesa, assim qualificados. O objetivo é identificar as críticas que marcaram a diferença entre as classes no plano da prática esportiva tentando compreender como os trabalhadores empreenderam a discussão do esporte na sua história.

Analisar tais questões requer estabelecer nexos históricos com o panorama político e cultural do período, uma vez que esteve atrelado a questões conjunturais e estruturais. Assim, interrogamos as fontes através de um recorte que privilegiou os temas da racionalização e da exploração pelo trabalho, da emergência do debate sobre a legislação social e da educação moral e física por meio das práticas esportivas – temas correntes tanto nos jornais operários quanto na revista da área da Educação Física, que tinham entre seus meios de aplicação o esporte e o discurso da saúde.

2.1 Moderno, eficiente e produtivo: o discurso de intelectuais, empresários sobre a prática esportiva

A Educação Physica está hoje em dia, sem dúvida nenhuma, integrada no quadro da educação geral. O equilíbrio physiologico e psychologico, imprescindível ao ser humano, só é conseguido com o desenvolvimento paralelo e racional do cérebro e do corpo. É a confirmação do velho adágio de Juvenal 'Mens sana in corpore sano'.¹⁶⁰

Com o crescimento do antagonismo de classe entre a sociedade capitalista e o proletariado, cresce igualmente a luta em todos os dominios pela influencia das massas laboriosas. Ella se manifesta particularmente no dominio da gymnastica e dos sports, de que a burguezia se utiliza como meio de exercer sua influencia ideologica sobre consideraveis massas de trabalhadores, especialmente a juventude obreira, afim de militarizar e exporal-as de maneira intensíssima.¹⁶¹

A partir de 1928, os conflitos envolvendo industriais, legislação trabalhista, Estado e proletariado configuraram um momento importante para a luta operária no Brasil, o que, em muitos aspectos, aumentou os pontos de contato e de conflitos entre esses distintos grupos sociais. Certamente essa situação, que possibilitou o diálogo entre intelectuais, industriais, o Governo e a classe operária, de forma sistemática e legítima, por meio da legislação social, encontrou grande expressão não só na regulamentação das leis referentes ao mundo do trabalho, mas também em muitos aspectos de um universo fora e/ou em torno dele, como a educação, a preocupação com a saúde e o bem-estar social.

E se compreendemos que, em nosso País, nos centros mais populosos e desenvolvidos, durante a transição entre as décadas de 1920 e 1930, vivemos um processo de grande tensão política, no qual os interesses de classe se apresentaram nas disputas por espaço e poder, dominando, resistindo ou coexistindo, temos, então, Estado, classe trabalhadora e burguesia em processo de elaboração de consciência e perspectivas, agindo e planejando uma realidade que melhor adequasse as suas respectivas necessidades e aspirações. As formas de ação e compreensão sobre a realidade foram constituídas a partir de processos e experiências históricas singulares dessa época e transformaram os fundamentos de um determinado tipo de homem e de organização sociocultural. E assim, em nome dos interesses de classe, muita

¹⁶⁰ DEFINIÇÕES de educação physica. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 3, s/p, set. 1933.

¹⁶¹ RODRIGUES, Benigno Fernandes. Considerações em torno do esporte proletário. *Cultura*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 8-10, nov. 1928.

atenção foi dada ao debate sobre os modelos educativos, às experiências culturais, ao movimento político. Enfim, a questão fundamental era realizar um ajuste de contas entre forças envolvendo, por um lado, o impacto da crise política e econômica do País que possibilitava a emergência da classe operária no horizonte do Estado e da burguesia e, por outro, a busca incessante pelo desenvolvimento econômico da sociedade brasileira por meio do discurso da “ordem e do progresso”.

Dessa forma, para alcançar esses objetivos, Estado, intelectuais, empresários, médicos, educadores foram convidados a elaborar normas de comportamento embasadas nas novas referências em voga, especialmente voltadas para a expansão do sistema educacional e para a aquisição de hábitos saudáveis para a população, mormente para a classe trabalhadora. O mundo do trabalho e a visibilidade do corpo educado e produtivo foram grandes chaves de leitura que permitiram projetar as transformações necessárias que colocariam o Brasil na rota do desenvolvimento econômico. Essa situação projetou a polêmica e conflituosa relação entre legislação social e a racionalização do processo de trabalho, dando visibilidade também ao necessário investimento sobre a saúde e a educação como um campo de ação, disputa e contestação no qual participou a classe trabalhadora organizada.

Quando analisamos os periódicos em questão percebemos que parte dessa celeuma encontrou expressão, no caso da revista, na discussão sobre eficiência e mecanização no trabalho, sua relação com a educação física, a prática de esportes, a educação para o lazer, entre outros temas; com os jornais pudemos acompanhar todo um esforço da classe operária em desmitificar a legislação social, em denunciar a carestia de vida e, sobretudo, em construir uma visão social de mundo a partir da política proletária e fortalecer a idéia de uma cultura de classe que se apropria dos bens culturais e os produz com interesses de classe.

Foi ao longo da década de 1920 que o debate sobre a questão do trabalho no Brasil foi sendo firmado. Após as greves de 1917-19, os empresários foram forçados a reconhecer essa questão, fazendo concessões diante da pressão operária. Esses fatos tiveram importantes desdobramentos, já que a aceitação, pelo menos formal, da legislação social indicou, por um lado, que ela foi um instrumento de controle da classe operária e não uma armadilha sobre os

industriais; E por outro, ela delimitou um novo papel do Estado na questão da regulamentação das condições de trabalho.¹⁶²

Foram inúmeros os embates causados pela radicalização dos conflitos entre os interesses de classes sobre a questão trabalhista. A emergência do processo de elaboração de leis sociais foi um marco na história do trabalho no Brasil e, segundo Gomes, debate que não poderia mais ser detido ou postergado após os avanços conquistados nas disputas sobre a votação de leis contra Acidentes do Trabalho, Férias e Código de Menores.¹⁶³ Entretanto, a participação do patronato nesse processo de elaboração caracterizou-se pelos enormes atrasos em sua regulamentação, pelas constantes reformas e pelo efetivo e explícito não-cumprimento de uma série de dispositivos nelas elencados.

Um episódio a ser destacado foi a greve dos gráficos em 1928-29. O não-cumprimento da lei de Férias provocou uma forte agitação no meio operário. Foi constituída uma delegação de sindicalistas paulistas para dialogar com o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), que, por sua vez, cedendo à pressão do movimento operário, acatou as reivindicações da categoria. Mas essa situação tornou-se ainda mais conflituosa quando o CNT, meses depois, cancelou todos os recursos enviados pelo comitê central, provocando a greve. Esse foi o episódio, segundo Munakata,¹⁶⁴ em que o Estado passou a aceitar os sindicatos como parte ativa na fiscalização da lei, implicando a relação do patronato com o operariado, que, da sua parte, deveria reconhecer os sindicatos como interlocutores legítimos.

A greve sofreu repressão e arrefeceu. A Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), criada em 1928 por uma cisão com a Associação Comercial de São Paulo, também contribuiu para a derrota da greve dos gráficos. Essa Associação, representando os interesses dos industriais, articulou um movimento ofensivo contra o operariado e, segundo Gomes,¹⁶⁵ desempenhou o papel de instituição intermediária, agindo em nome dos interesses do comércio e da indústria, diante das pressões não só do movimento operário, como principalmente do Estado. Esta fração da classe burguesa teve condições de interferir,

¹⁶² GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Campus: Rio de Janeiro, 1979. p. 154.

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹⁶⁵ GOMES, op. cit., p. 117. nota 162

naturalmente dentro de certos limites, no curso do processo decisório de algumas questões essenciais – entre elas a questão social – com grande eficácia e sucesso.¹⁶⁶

O que acompanhamos nos jornais foi uma intensa movimentação de denúncias do não-cumprimento da legislação social e um forte apelo à participação dos trabalhadores para a exigência de sua efetivação, principalmente das leis referentes às férias e à regulamentação da jornada de trabalho. Um colaborador do jornal *O Trabalhador Graphico* escreveu um artigo intitulado “Os industriaes e a aplicação da lei de férias”, já vislumbrando o fim dessa discussão, e adiantou: “Pode a lei de férias ser revogada. O congresso tudo fará para agradar os industriaes. Mas não será sem o protesto da classe proletária do Brasil”.¹⁶⁷ Dois anos depois, o jornal *A Classe Operária* publicava o artigo “A legislação social fascista” que, com ironia, dizia:

[...] a ‘legislação social’ é uma pura burla. As classes dominantes, por intermédio de seus lacaios do parlamento, da imprensa, do partido trabalhista e dos sindicatos amarelos, só se lembram della quando sentem crescer os rumos da revolta das massas exploradas e oprimidas. Lançam estão a estas, para aplacar o seu desespero, as migalhas da lei de accidentes, da lei de aposentadorias, da lei de férias, do feriado de 1º de maio – ao mesmo tempo que reforça, no trabalho a exploração dos operários e redobra de maneira inaudita a opressão policial fascista contra os proletários revolucionários que lutam contra essa exploração. Mas para que servem todas essas leis? Praticamente para nada. A de férias, por exemplo, é accintosamente, cynicamente, desrespeitada pelos patrões – e quando os operários reclamam o seu cumprimento são presos, espancados, torturados pela polícia patronal.¹⁶⁸

O final dos anos de 1920 ficou marcado por grandes reordenações nas relações que envolveram Estado, processo de legislação social, empresários e classe operária. A crise econômica causou, imediatamente, o enfraquecimento da orientação agroexportadora do País, problema que os industriais já vinham apontando e reconheciam que, para a superação dessa crise, seria preciso, além do investimento nas atividades agrárias, mais atenção com a indústria e o comércio nacionais.¹⁶⁹ Mas a questão candente na sociedade brasileira foi o estabelecimento de uma crescente conjuntura de oposição às oligarquias, que possibilitou o fortalecimento das intenções revolucionárias, projetando um movimento de contestação. Esse momento de ruptura com o vigente pacto político aumentou significativamente as

¹⁶⁶ GOMES, 1979, p. 117.

¹⁶⁷ OS INDUSTRIAES e a aplicação da lei de férias. *O Trabalhador Graphico*, Rio de Janeiro, n. 97, p. 8, 1 jul. 1928.

¹⁶⁸ A LEGISLAÇÃO social fascista. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 93, p. 2, 19 jul. 1930.

¹⁶⁹ GOMES, op. cit, p. 200. Nota 162.

possibilidades de atuação de diversos setores sociais sobre problemas econômicos ainda sem solução e sem uma única resposta formal e comprovada.¹⁷⁰

A partir de 1930, a disposição desse debate, na ótica dos interesses da burguesia, alterava-se favoravelmente, e o Estado dedicou especial atenção ao problema da legislação social. Esta deixou de ser encarada como um entrave ao desenvolvimento dos interesses da burguesia comercial e industrial e passou a ser discutida e exigida como um direito social e um dever político. Política e ideologicamente, ela deixava o estatuto de arma de ataque para se constituir em arma de defesa e promoção dos interesses da burguesia.¹⁷¹

O universo no qual foi gerada a elaboração de leis sociais para a regulamentação das condições de trabalho havia-se modificado significativamente e, nessa transição, novos desdobramentos foram surgindo na relação entre Estado, classe operária e burguesia. O patronato não abandonou sua posição de crítica e resistência às leis de regulamentação do trabalho. Afinal, o proletariado organizado estava muito bem localizado no debate sobre a legislação social e a industrialização e conseguia avançar nas brechas políticas institucionais, por isso “Não era apenas a luta contra as leis sociais o objetivo político final da proposta da burguesia industrial; ela visava também à liquidação sistemática de toda a organização da classe operária – tanto dos seus sindicatos como de seu partido parlamentar [o Bloco Operário e Camponês]”.¹⁷²

O que podemos acompanhar desse processo é que, a partir da crise econômica de 1929, o debate sobre a questão social e sobre os assuntos relacionados às atividades industriais foi colocado em novos termos. Importante é afirmar que a aproximação do Estado e do empresariado das leis sociais atendeu a necessidade de criar um clima favorável ao crescimento econômico com segurança, com a chamada “paz social”. A reavaliação das experiências anteriores na Primeira República e da fragilidade político-econômica da situação abriram um rico momento de possibilidades de ação para os grupos políticos com especial ênfase no trato da política social. O que deve ser destacado é que a convergência entre o consenso em favor da regulamentação das relações de trabalho pelo Estado e o crescente entusiasmo dos intelectuais e industriais pela organização racional e pelo ocultamento das

¹⁷⁰ GOMES, 1979, p. 202.

¹⁷¹ Ibid., p. 204.

¹⁷² DECCA, Edgard. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 196.

diferenças entre as classes resultaram na afirmação de que a legislação trabalhista poderia assegurar a paz social e o desenvolvimento econômico.¹⁷³

O problema do trabalho ganhou duplo sentido e objetivo: sem dúvida a formulação das leis sociais foi um avanço no histórico dos conflitos trabalhistas e tratou de defender medidas protetoras aos operários, mas sobretudo de proteger uma concepção de sociedade fundada na “coexistência” das classes.¹⁷⁴ Essa nova abordagem do problema possibilitou a constituição de um projeto corporativista que pensou uma sociedade harmônica, na qual a luta de classe seria substituída pela cooperação de todos os indivíduos na busca do bem-estar de toda a Nação.¹⁷⁵ Um grande incentivo ao corporativismo veio da Igreja Católica influenciando profundamente parte dos intelectuais brasileiros. Assim, Estado e Igreja ofereceram uma solução alternativa para a questão social no Brasil, desempenhando papéis centrais e complementares na tarefa de conciliar capital e trabalho, tarefa impossível para o jornal *A Classe Operária*:

[...] enquanto os trabalhadores do Brazil morrem de fome nos campos e nas cidades, elles procuram distrahir-os com um mez de ‘estudo’ de reformas legaes [...]. [...] elles nada dizem sobre o desemprego, a carestia de vida, a diminuição dos salários, o augmento das horas de trabalho, os golpes fascistas que nos ameaçam [...]. Nada dizem sobre regimen de opressão feudal em que vivemos, e chegam a garantir cynicamente que ‘estão respeitando os direitos constituicionaes’ para os trabalhadores e que a ‘legislação do Brazil’ é uma das mais adiantadas do mundo! [...] Acenam aos trabalhadores com o Código de Trabalho, prometido por Julio Prestes, o mesmo que esmagou ferozmente os grevistas graphicos de São Paulo, porque reclamavam o cumprimento da lei de férias e do Código de Menores! Mystificadores cynicos e sem vergonha! [...] Trabalhadores organizados nos sindicatos reformistas, catholicos, anarchistas; que vos illudis com as promessas dos trahidores reformistas e ‘trabalhistas’, agentes da burguezia; formai conosco a frente única de todos os trabalhadores, organizai a vossa opposição nesses sindicatos!¹⁷⁶

Mas a nova política social deveria romper com todos esses aspectos do passado e pautar-se pelo moderno conceito de trabalho e pelo atual papel interventor do Estado na harmonização dos interesses de patrões e operários. Além disso, junto com a espiritualização das relações de classe promovida pela Igreja, havia também o processo de racionalização do trabalho que-se figurava como umas das principais investidas modernizadoras dessa política social. Não é de

¹⁷³ GOMES, 1979; WEINSTEIN, 2000.

¹⁷⁴ GOMES, 1979, p. 206.

¹⁷⁵ ARÊAS, Luciana Barbosa. *Consentimento e resistência: um estudo sobre as relações entre trabalhadores e Estado no Rio de Janeiro*. 2000. 343f. Doutorado (Doutorado em História) – Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2000.p. 46.

¹⁷⁶ COMO os “trabalhistas” escarnecem da miséria dos trabalhadores. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 2, 28 de julho de 1930.

se desprezar a ajuda que o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), criado em 1931, dispensava ao Ministério do Trabalho na sua política de controle das relações trabalhistas. Fundado e mantido por técnicos e por uma parcela do empresariado paulista, o principal objetivo desse Instituto foi promover a implantação de métodos de organização racional em fábricas, empresas, associações profissionais e órgãos estatais.¹⁷⁷ Contudo, a influência das propostas racionalizadoras não se restringiu ao setor industrial paulista, pois essa nova estratégia de organização social, legitimando o Estado como agente saneador e regulamentador, possibilitou o imperativo de sua intervenção no mercado de trabalho (disciplinando o operariado) e no mercado financeiro, alcançando ainda outras instâncias da vida material e cultural, nunca perdendo o foco na racionalização do trabalho.¹⁷⁸

Os industriais, desde o início dos anos de 1920, juntamente com engenheiros, sanitaristas, médicos, educadores e intelectuais, foram co-partícipes na configuração do paradigma de um Brasil moderno calcado na idéia de uma consciência/identidade nacional e na revitalização da força nativa. Mas esse empreendimento só ganhou impulso expressivo a partir de 1930, como mostramos acima, quando, juntamente com a legislação social, a administração científica do trabalho e a racionalização surgiram como uma forma de tornar o trabalho mais eficiente e produtivo, criando, assim, um melhor padrão de vida para todos. Opinião muito diferente da manifestado peça CGTB que destacou o processo de racionalização como a causa da miséria dos trabalhadores: “No Brasil, paiz dominado pelos ricos nacionaes, vendidos aos ricaços estrangeiros (imperialistas), só pode fazer racionalização capitalista, que é a racionalização da miséria do proletariado!”¹⁷⁹

Acrescente-se ainda que o contexto das décadas de 1920 e 1930 criou condições ideológicas e sociais favoráveis não só ao ascenso de idéias e valores autoritários,¹⁸⁰ mas também à absorção de alguns preceitos da racionalização e dos princípios do taylorismo e do fordismo,¹⁸¹ que, em sua determinação de transformar o ambiente de trabalho associando mudanças na vida cotidiana, estendeu aos trabalhadores serviços e benefícios para o aperfeiçoamento de seu caráter moral. Esses serviços podem ser denominados de políticas de bem-estar social e entre suas formas de efetivação mais comuns estavam a oferta de moradia

¹⁷⁷ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. *A vitória da razão (?): o Idort e a sociedade paulista*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

¹⁷⁸Ibid, p. 100.

¹⁷⁹CONFEDERAÇÃO Geral do Trabalho. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 86, p. 2, 22 fev. 1930.

¹⁸⁰RODRIGUES, 1986, p. 516.

¹⁸¹ANTONACCI, op. cit. p. 78-92 passim. Nota 177.

nas proximidades da empresa aos trabalhadores mais disciplinados e produtivos, serviços médicos, cooperativas de alimentação, escolas, clubes esportivos e meios de recreação e Educação Física, visando não só à saúde do trabalhador mas também à identificação do operário com a empresa.¹⁸² É o que se denominou de racionalização, um amplo conjunto de estratégias para a reorganização do trabalho e da vida cotidiana, que deveria apagar os métodos empíricos baseados na prática e na tradição em favor de princípios científicos, autoridade competente, neutra e impessoal de técnicos e métodos desenvolvidos por especialistas, visando à maior eficiência e produtividade de empresas e empregados.¹⁸³

O contexto reformista dos anos de 1920 foi o ensejo das intervenções de alguns grupos de industriais brasileiros que procuraram, de forma agressiva, disputar a liderança pela reorganização das relações industriais e pela construção de uma nova sociedade urbano-industrial. Inicialmente, o empresariado resistiu à transferência de seu papel social e intelectual a um Estado corporativo, mas não poderia negar que, no Brasil, um país essencialmente agrícola, a efetividade dos princípios que colocaram a fábrica como instrumento irradiador da reorganização social e da transformação econômica teria pouco impacto sem o apoio do Estado.¹⁸⁴

O processo de racionalização no Brasil encontrou diversas dificuldades, como a alta rotatividade dos trabalhadores nas fábricas, a predominância do setor cafeeiro, pouca credibilidade da indústria em relação à sua contribuição para o desenvolvimento econômico do País (acusada de fomentar a luta de classes e aumentar o custo de vida) e a prática paternalista adotada em algumas empresas.¹⁸⁵ Deve-se ainda ressaltar o caráter irregular desse processo em um país marcado pela desigualdade da força de trabalho e pela fraqueza de sua economia. Nesse sentido, deve-se considerar que para observar a efetividade de ações inovadoras eficientes na esfera do trabalho, convinha voltar para uma definição menos rigorosa da racionalização, mesmo porque, como sugere Weinstein,¹⁸⁶ a indústria brasileira não tinha condições de suportar métodos racionais e científicos em larga escala. Só assim, haveria condições favoráveis à implementação de novos métodos e de novas formas de administração do trabalho.

¹⁸² ANTONACCI, 1993; WEINSTEIN, 2000.

¹⁸³ WEINSTEIN, 2000.

¹⁸⁴ GOMES, 1979.

¹⁸⁵ ANTONACCI, op. cit. p. 93-108, passim, nota 177. Para maiores informações sobre a relação entre industriais e o processo de racionalização.

¹⁸⁶ WEINSTEIN, 2000.

Diante desse quadro, ao pretenderem reformular as relações de trabalho, os industriais tiveram que reestruturar a si mesmos para minar os problemas que atingiam as bases das condições de seu desenvolvimento.¹⁸⁷ Reunidos em torno dos seus interesses pela administração científica, projetaram o eixo fundamental das idéias de reformulação da sociedade em torno das melhorias sociais e do bem-estar da população, sobretudo da classe operária, advindas com o desenvolvimento da indústria.

Sob esse ponto de vista, o bem-estar dos trabalhadores estaria subordinado ao aumento da produtividade da empresa, banindo-se da legislação trabalhista elementos relacionados aos direitos e identidades dos trabalhadores, principalmente aqueles ligados à vida social, que sofriam múltiplas e variadas intervenções com a reordenação de tempos, gestos e movimentos, desencadeando necessidades em termos de controle e disciplinarização social e colocando, de maneira intensa, o debate em torno de educação, habitação, saúde, higiene, assistência, lazer, entre outros.¹⁸⁸

Para Weinstein e Antonacci,¹⁸⁹ o significado desse arranjo foi a retirada do debate sobre as condições de trabalho da esfera política para recolocá-lo em um contexto científico e despolitizado, transformando a questão social em um problema técnico. Assim, os industriais, permeáveis ao discurso reformista afirmaram a necessidade da reforma social, mas sobre as bases científicas relacionadas ao desenvolvimento da indústria e do bem-estar da Nação.

Após 1930, em pleno processo de reestruturação econômica e rearranjo dos interesses coletivos da burguesia, os trabalhadores tiveram que lidar com inúmeros conflitos envolvendo a intervenção do Estado e do empresariado. A expansão da legislação trabalhista, bem como das políticas públicas específicas para a classe trabalhadora, do ponto de vista do empresariado, atenuariam os problemas relacionados ao trabalho e à produção, mas deveria também encontrar correspondência nas questões relacionadas ao cotidiano operário, à sua família, à sua educação e saúde. Idéias higienistas ligadas à racionalidade técnica ditaram à classe trabalhadora normas do comportamento saudável, estimularam a criação de valores sobre moralidade, disciplina e gosto pelo trabalho. Como relatavam os jornais, a presença da

¹⁸⁷ GOMES, 1979; WEINSTEIN, 2000.

¹⁸⁸ ANTONACCI, 1993.

¹⁸⁹ WEINSTEIN, 2000; ANTONACCI, 1993.

burguesia era marcante nos bairros operários na década de 1930. O jornal *A Plebe*, em artigo de primeira página intitulado “A intromissão suspeita dos intelectuais da burguesia nos assuntos proletários”, alertava o proletariado para repelir qualquer manifestação de “fingido carinho” de organismos burgueses:

[...] todas as forças ‘fascistas’ do país estão de acôrdo nesta tarefa: ‘domestificar o operariado’. Com este fim estão sendo organizadas campanhas mascaradas com os mais nobres objetivos: querem acabar com a tuberculose, com a sífilis, com a caspa e com o analfabetismo do proletariado... Essa gente que nos chama de ‘canalhas das ruas’ e que dividiu São Paulo em duas partes, a da ‘porteira pra cá’ e da ‘porteira pra lá’, tomou-se inexperadamente de um grande ‘amor’ pelos trabalhadores. Esse ‘amor’, no entanto não impede que, ao lado das campanhas beneficentes sejam tomadas medidas draconianas contra o pensamento proletário. Proletário não deve pensar, não deve agir. Sua função limita-se... a ser feliz e nada mais. É isto o que eles querem.¹⁹⁰

Entretanto, a resposta que o movimento dos trabalhadores apresentou ao conjunto de mudanças ocorridas na esfera do trabalho e da vida cotidiana não foi unilateral, pois “[...] a natureza irregular do desenvolvimento industrial fazia com que os trabalhadores tivessem sempre que pesar as vantagens e desvantagens de várias inovações”.¹⁹¹ Como foi o caso do jornal *O Trabalhador Graphico* que, em 7 de fevereiro de 1933, data comemorativa do ofício no Brasil, se referiu a um proletariado concentrado, educado e disciplinado, fruto da grande indústria moderna, afirmando: “[...] não existe contradição entre seus interesses materiais e o progresso técnico e que a reconstrução da civilização em bases mais justas será obtida pelo domínio da natureza e da máquina”.¹⁹²

Existia a exploração camuflada da força de trabalho pelos métodos científicos da racionalização e pelo discurso do bem-estar social, mas não se pode refutar o auxílio na execução das tarefas de alguns setores industriais originados pela modernização do maquinário e uma pequena melhora das condições de vida através da assistência social.¹⁹³ Uma situação como essa corrobora a idéia dos industriais de que a organização racional beneficiaria todas as classes, mas nesse caso o que deve ser levado em consideração são os diferentes interesses em jogo na defesa da racionalização como paradigma social ou como medida para a qualificação da força do trabalho.

¹⁹⁰ZAMBY, Ganga. A intromissão suspeita dos intelectuais da burguesia nos assuntos proletários. *A Plebe*, São Paulo, n. 53, p. 1, 13 jan. 1934.

¹⁹¹WEINSTEIN, 2000, p. 58.

¹⁹²E AGORA para frente. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, n. 8, p. 17 fev.1933. Para mais exemplos de como os gráficos interpretaram a racionalização do trabalho, ver Weinstein, 2000, especialmente entre as páginas 57-69.

¹⁹³WEINSTEIN, op. cit. Nota 112.

O período precedente aos acontecimentos de outubro de 1930 evidenciou os conflitos políticos e culturais entre as classes sociais na tentativa de implementação de recursos que garantissem a educação e a conscientização dos seus pares, o que expressou as diferentes concepções de formação sociocultural. Se por um lado temos a racionalidade como meio de equacionamento dos problemas sociais, incidindo radicalmente sobre o cotidiano operário, por outro, temos a luta operária orientada pela afirmação de sua cultura e de sua experiência própria de classe voltada para melhorias nas condições de trabalho e para a formação da consciência política dos trabalhadores. Configurava-se uma via de mão dupla, onde o prudente seria afirmar a existência de uma indeterminação no grau de intervenção que um lado incidia sobre o outro, ou seja, apostar na ambigüidade dos interesses sem deixar de evidenciar o que marcava a diferença. Embora a formação do operariado brasileiro pudesse ocorrer por meio da sua experiência de classe, das suas atividades e manifestações culturais, da identidade fomentada pela imprensa operária e pela militância, um novo e moderno discurso sobre formação sociocultural instalou-se como solução para as diversas tensões sociais, camuflando as inúmeras contradições e colocando no centro dessa reforma as instituições educacionais e o trabalho como os únicos meios competentes para educar a população brasileira.

Essa conjuntura de modernização da organização do trabalho, de fortalecimento do Estado e de conciliação entre as classes produziu uma necessidade de colaboração nacional em prol do desenvolvimento do País, motivo pelo qual houve tantas tentativas intervencionistas nas mais distintas instâncias da sociedade em busca de um novo trabalhador.

Após a contextualização necessária da conjuntura na qual os argumentos em favor dos esportes buscaram fundamentação, é preciso enfatizar as distintas intervenções no terreno esportivo e na resposta do proletariado, ou seja, realçar a compreensão do papel do esporte ante os elementos emergentes nessa nova ordem social – a legislação social, o processo de racionalização e a relação entre educação e saúde – e suas articulações possíveis. A partir do reconhecimento dos principais temas que estavam no horizonte político-ideológico do período em questão, ficou destacado que a educação do corpo, em sentido amplo, e, em uma perspectiva mais focada, as práticas esportivas tiveram grande valorização nos anos de 1930 e nas décadas seguintes pelas relações que permitiram estabelecer e pelas distintas idéias que possibilitaram disseminar: o papel conferido aos esportes no âmbito de um projeto político do

exército, as propriedades conferidas à educação física de regenerar o povo brasileiro através do aperfeiçoamento da raça, o apelo aos seus benefícios sobre o desgaste no trabalho e na ocupação do tempo livre, o conteúdo fascistizante das práticas esportivas sob o estado autoritário.

A revista Educação Physica auxiliou no nosso propósito de evidenciar aquilo que já fora o espírito de uma época, captado pelas suas páginas: expressão da produção de um tempo de significativas mudanças econômicas, sociais, culturais na e da sociedade brasileira, ela expressa e registra diferentes perspectivas de educar o corpo de mulheres e homens, cuja energia física é observada como pontencializadora de um gesto eficiente capaz de produzir mais e com maior rapidez.¹⁹⁴

Embora editada no Rio de Janeiro entre os anos de 1932 e 1945, a revista não teve seus limites circunscritos apenas a essa região. Ela possuía correspondentes e representantes em vários estados do Brasil e em alguns países da América Latina e da Europa, pessoas encarregadas de captar matérias, notícias sobre esporte nos vários estados ou em outros países e enviá-las para a redação.¹⁹⁵ Durante o período em que circulou, a revista informou aos leitores, desde o primeiro número, os seus objetivos. Com a regularidade com que foram veiculados e o destaque que a eles foi dado, os objetivos da revista foram apresentados na forma de seis princípios, atualizando o projeto cultural do periódico¹⁹⁶ nas seguintes tarefas:

Vulgarizando os princípios científicos que servem de base à educação physica;
Favorecendo o surto dos esportes, como factor de aperfeiçoamento da raça;
Incentivando a formação de technicos especialistas;
Propagando os fins moraes e sociais das actividades physicas;
Despertando a atenção pública para esses aspectos do problema educativo;
Coadjuvando o governo e instituições particulares na execução de seus programmas de educação physica;
Promovendo a união entre indivíduos e entidades que propugnam pelo progresso da educação physica.¹⁹⁷

No editorial do quarto número, limite do nosso recorte temporal, reforçaram-se as intenções dos editores. Para eles, a revista tinha surgido para a realização de um ideal, ela “ [...] foi gizada e lançada por um grupo de sonhadores que desejavam ver implantada no espírito de

¹⁹⁴ GOELLNER, 2003, p. 127.

¹⁹⁵ SCHNEIDER. Omar. *A revista de educação physica (1932 – 1945): estratégias editoriais e prescrições educacionais*, 2003. 344 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

¹⁹⁶ Ibid.

¹⁹⁷ Editorial, *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 3, 1932.

nossa gente uma compreensão mais ampla, mais viva e mais real da verdadeira finalidade da educação”.¹⁹⁸

Conforme os editores, a necessidade de lançar um periódico voltado para a Educação Física nesse período ocorria por perceberem que a verdadeira educação deveria levar em conta as três dimensões: a intelectual, a moral e a física. Segundo eles, “[...] os grandes educadores têm proclamado com eloqüência, com profunda verdade, a complexidade e o alcance da verdadeira e moderna educação”.¹⁹⁹ Trabalhando com essas três dimensões, a educação moderna alcançaria o seu objetivo, que seria “[...] criar o homem integral, o homem forte *physica*, moral e *intellectualmente*”.²⁰⁰

Com esse cenário em mente, torna-se possível articular historicamente o passado da valorização dos esportes no interior das páginas dos periódicos em questão – cômicos de que isso não significa conhecê-lo como foi, mas, sim, apropriar-se de alguma de suas reminiscências – com os interesses que definiram a tarefa de preparação para o mundo do trabalho. Acompanhada, de um projeto educacional mais amplo, as práticas esportivas integraram-se a um movimento em proveito da legitimação de uma racionalidade escolar na produção de indivíduos aptos à sociedade do trabalho.²⁰¹ Afinal,

[...] movimentar o corpo indolente, mais que uma vontade individual, é também uma intervenção política de controle e de cerceamento, pois sobre ele depositaram-se saberes e poderes disciplinares orientados pela lógica do trabalho e da produção. Razão pela qual as práticas corporais e esportivas são amplamente incentivadas pois, como possibilidade de divertimento e disciplinação, tomam-se representativas de uma sociedade que para se coroar prescinde tanto da liberação como da canalização produtiva de um gesto educado.²⁰²

Era o aprender a trabalhar associado ao modo de viver no espaço urbano-fábril. Com o corpo e com a máquina era preciso ter agilidade e atenção, obediência e regularidade com as novas tarefas, cadência, retorno ao sempre igual em meio ao transitório cotidiano moderno.²⁰³

¹⁹⁸ Editorial, 1934, n. 4, p. 11.

¹⁹⁹ Ibid.

²⁰⁰ Ibid.

²⁰¹ ANTONACCI, 1993, p. 74.

²⁰² GOELLNER, 2003, p. 137.

²⁰³ ANTONACCI, op. cit., p. 75. Nota 177.

O engajamento físico–corporal necessário ao mundo do trabalho conferiu um papel histórico à educação física escolar e aos esportes, uma vez que a eles coube proporcionar ao cidadão brasileiro uma boa preparação física e moral.²⁰⁴ A Educação Física, seguindo uma tendência do campo educacional mais amplo, por sua vez, não ficou alheia às reordenações das atividades produtivas. As novas necessidades advindas desse processo de mudanças pelo qual passava a sociedade brasileira exigiam do sistema educacional uma postura diferente ante os novos imperativos sociais. Nesse bojo, a Educação Física precisava reordenar seus propósitos em função do ritmo geral dessa cultura, correspondendo quase que invariavelmente às idéias sociais, econômicas e científicas vigentes nesse momento histórico,

[...] a verdadeira finalidade moderna da Educação Physica [...] não é mais crear simplesmente homens fortes, mas homens aptos à vida social, capazes de se engrenar útil, intelligente, fecundamente na collectividade. [...] a idade moderna precisa de homens efficientes e optimistas. [...] Fará com que cada um dos seus hábitos physicos contribua para o augmento da sua efficacia e não para a sua diminuição. [...] A idade nova requer homens de iniciativa, viços, criteriosos [...]. A nova Educação Physica pede homens equilibrados e senhores de si mesmos [...]. A nova Educação Physica deve fazer os músculos, em vez de grandes, fortes. Não deve consumir a energia nervosa, como o fizeram muitos dos nossos esportes athleticos. Ao contrario, tratará de economizá-la e armazená-la porque a idade moderna precisa muito desse valioso elemento. Procurará a maneira de evitar todo esforço violento e fatigante, de exigir pouco a atenção e permitir o repouso, ensinando tanto o descanso como o trabalho [...].²⁰⁵

Essa preocupação com a cultura física ou, em outros termos, com o corpo do trabalhador, a fim de torná-lo útil e produtivo para a Nação, pôde ser sentida em diversas áreas no período, não só referente à Educação Física. Iniciativas de estender essa prática à classe operária partira de órgãos oficiais e pontualmente das fábricas.²⁰⁶

[...] [Tais iniciativas] podem ser entendidas numa preocupação mais ampla de garantir a saúde, rendimento e eficiência do trabalhador [...] contribuindo para a

²⁰⁴ Todavia, encontramos argumentações que relativizavam a importância da aptidão física para o processo produtivo na fábrica; tais afirmações, como doravante veremos, baseavam-se na idéia de que a mecanização da vida (devido à industrialização) permitia ao homem prescindir, em larga medida, da sua força física para a realização do seu trabalho. Isso se, por um lado, relativizava a importância das práticas esportivas como promotora da aptidão física, por outro, lhe conferia enorme importância por entender que o sedentarismo, resultado da vida mecanizada, poderia ser combatido pela prática de exercício físico metodicamente realizado, daí a importância de uma educação física racional, metódica e científica. O debate sobre a mecanização da vida e do trabalho estendeu-se para além do recorte aqui realizado, ganhando grande notoriedade a partir dos anos 1940.

²⁰⁵ FISHER, Irving. A nova educação physica. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, n 4, p. 12, mar. 1934. Durante o período em que a revista esteve em circulação, essa foi uma matéria veiculada seis vezes, demonstrando que, em certa medida, os editores concordavam com as idéias ali explicitadas. As revistas que a publicaram foram: n. 4 (1934), n. 9 (1937), n. 13 (1937), n. 25 (1938), n. 32 (1939), n. 73 (1943).

²⁰⁶ BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *'Ser forte para fazer a nação forte': a Educação Física no Brasil (1932-1945)*. Dissertação (mestrado em História Social). FLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. p. 141.

formação do novo cidadão trabalhador brasileiro, vale dizer, colaborando na sua adequação enquanto força de trabalho e exercendo um papel de controle social.²⁰⁷

A saúde física representava o único capital do trabalhador, aproximando, dessa forma, a Educação Física e as práticas esportivas do mundo do trabalho, atuando, assim, na formação do novo trabalhador, “[...] não só na garantia da sua manutenção e reprodução como força de trabalho útil, mas também relacionada à reordenação da mão-de-obra para seu bom desempenho na sociedade urbano-industrial que se formava”.²⁰⁸

A vinculação entre a Educação Física e o mundo do trabalho esteve presente em inúmeros artigos da revista.²⁰⁹ Estes relacionavam o melhor rendimento no trabalho à prática de exercícios físicos. Atrelado a esse discurso estava o da formação moral do novo trabalhador brasileiro, em prol, é claro, de um país desenvolvido. No artigo de George Démeny, *Definições de Educação Physica*, lia-se: “A Educação Physica é, essencialmente, o conjunto dos meios destinados a ensinar ao homem executar um trabalho mecânico qualquer, com a maior economia possível nas despesas da força muscular”.²¹⁰ Essa *campanha contra o desperdício de energia física* foi disseminada pelos centros urbanos do País, cujo processo de industrialização havia tido um candente crescimento. Fomentando a produção de uma série de estudos sobre o tempo e o movimento dos trabalhadores, essa ciência da racionalização “[...] visava eliminar os movimentos improdutivos do operário, extrair dados exatos sobre a duração dos serviços e descobrir possíveis economias de tempo através de eventuais mudanças no método de trabalho [...]”.²¹¹ Assim sendo, dizia-se “[...] o trabalho é planejado e ininterrupto, de movimentos mecanizados e o trabalhador deve manter a atenção permanentemente fixa no que faz, no que circunda, refletir ininterruptamente sobre o que está executando, para rever e inovar [...]”.²¹²

Para os editores da revista, todo o esforço na formação de *homens novos, mais fortes e melhores*, ou seja, adequados às exigências do desenvolvimento, expressava *uma força de grande possibilidade criadora* para um país que vivia um momento de incerteza e transição.²¹³ Afirmando que a revista “[...] não visava apenas sugerir, propagar, fazer

²⁰⁷ BERCITO, 1991, p. 147-148.

²⁰⁸ Ibid., p. 171.

²⁰⁹ Principalmente a partir de 1936.

²¹⁰ DEFINIÇÕES ..., 1933, s/p.

²¹¹ LENHARO, Alcyr. *Sacralização da Política*. Campinas: Papyrus, 1986. p. 95.

²¹² Ibid., p. 92.

²¹³ EDITORIAL, 1934, n. 4, p. 11.

compreender [...] [mas também] desejava persuadir, estimular, levar a realizar”,²¹⁴ os editores percebiam que esse momento era oportuno para ações que tivessem o ideal de educar não só os leitores do impresso, mas também o Estado, para que fosse possível formar aquele modelo de homem. Por isso a revista congregou, na sua produção, os “apóstolos” da Educação Física: “[...] directores de collegios, directores de associações esportivas, educadores, jornalistas, cultores do esporte, organizações e indivíduos [...] expressões mais significativas da nossa intellectualidade e dos nossos meios esportivos”.²¹⁵

Figuras tão expressivas da intelectualidade e dos meios esportivos construíram aquilo que seria o fio condutor do trabalho de formação de novos homens: saúde, moral e trabalho. Para o pensamento vigente os hábitos saudáveis moralizam; uma vida virtuosa é saudável; moralidade e saúde são condição e decorrência de hábitos de trabalho; uma vida laboriosa é uma vida essencialmente moral e saudável.²¹⁶ E as atividades físicas canalizaram todos esses valores, transformando-se, assim, num elemento indispensável à educação integral, como atesta a revista:

A educação intellectual concebe, prepara e dirige as outras. A educação moral ajuda o ser humano a dirigir seus esforços para um fim elevado, útil e nobre. A Educação Physica – por um tratamento racional e progressivo – dá à machina humana a potencia necessária para completar a perfeita execução de todas as suas necessidades. A Educação Physica está hoje em dia, sem dúvida nenhuma, integrada no quadro da educação geral. O equilíbrio physicologico e psychologico, imprescindível ao ser humano, só é conseguido com o desenvolvimento paralelo e racional do cérebro e do corpo. É a confirmação do velho adágio de Juvenal ‘Mens sana in corpore sano’.²¹⁷

Para Carvalho, tratava-se da construção de novas práticas de intervenção na formação do homem brasileiro visualizadas para a redefinição de princípios e objetivos do discurso pedagógico no Brasil, construção que estava empenhada na

[...] aposta em uma sociedade nova, moderna, que as lições da guerra, mediatamente aprendidas, faziam entrever como dependente de uma nova educação, redefinida em seus princípios e largamente baseada na ciência. [...] Era aposta no poder disciplinador do progresso que essa nova ‘compreensão’ entevia embutido no processo de racionalização das relações sociais sob o modelo da fábrica. [...] É a metáfora dos ritmos impostos aos corpos e às mentes pela vida moderna, império da indústria e da técnica.²¹⁸

²¹⁴ EDITORIAL, 1934, n. 4, p. 11.

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ CARVALHO, 1997, p. 306.

²¹⁷ DEFINIÇÕES ..., 1933, n. 3, s/p.

²¹⁸ CARVALHO, op. cit., p. 302. Nota 100.

Segundo Omar Schneider, o projeto cultural da revista Educação Physica alcançou esse pensamento, uma vez que se percebia no periódico a vinculação entre o processo de modernização e de desenvolvimento e as transformações no campo da Educação Física voltadas para a valorização do esporte, em uma evidência da adaptação às novas necessidades oriundas do processo produtivo.²¹⁹ Travando uma polêmica entre os métodos ginásticos e os esportes, a revista publicou um artigo do professor Elmer Berry,²²⁰ diagnosticando que o principal fator de os sistemas ginásticos estarem sendo deixados de lado era a grande dificuldade que muitos sentiam em realizar as séries de exercícios que eram propostas. Por isso muitos povos que cultivavam os métodos ginásticos os estavam abandonando e adotando o esporte como meio de cultivar o corpo, ao mesmo tempo em que percebiam as possibilidades que os esportes ofereciam na mobilização da juventude. Já muitos estavam compreendendo que os esportes “[...] possuem grande valores sociaes ethicos e emocionaes, que os transformam, mercê de sabia e adequada direcção, em verdadeiros laboratorios de formação de character”.²²¹ Assim, portador de valores intrínsecos, “[...] qualquer ‘systema’ moderno de educação physica, deve dedicar grande espaço aos campos de esportes”.²²² Para Berry a verdade da assertiva despontou depois da Grande Guerra “[...] que ofereceu oportunidade para melhor analyse critica e comparação do valor dos differentes typos nacionaes de educação physica”.²²³

Houve um processo de esportivização da educação física que foi paradigmático para expressar a forma como ela correspondeu às necessidades advindas do celeríssimo movimento de modernização e industrialização da sociedade brasileira. Alicerçando-se nas metáforas da disciplina e da eficiência propostas por Carvalho,²²⁴ Schneider aponta que esse deslocamento de sentidos sobre as práticas corporais ocorrido na redefinição dos objetivos do campo educacional, que passava de uma concepção ortopédica para uma concepção que se projetava em termos de eficiência, possuía pontos de contato com o movimento que buscou redefinir os

²¹⁹ SCHNEIDER, 2003.

²²⁰ Diretor da Escola Internacional de Educação Física de Genebra – Suíça.

²²¹ BERRY, Elmer. Sistemas de educação physica: suas características e valores. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 18, 1932.

²²² Ibid.

²²³ Ibid.

²²⁴ CARVALHO, 1997.

discursos da Educação Física, que se materializou como disciplina escolar entre as décadas de 1930 e 1940.²²⁵

De acordo com Linhales, podemos dizer que o processo de construção da hegemonia do esporte, em relação às demais atividades físicas, que se iniciou no período em questão, também guardava relação com a idéia de modernidade e progresso.²²⁶ O esporte era a atividade corporal de movimento em pleno crescimento nos países desenvolvidos, cabendo ao Brasil adotá-lo também como parte de suas metas de modernização, sustentadas pela racionalidade e pela eficiência.²²⁷

Para Linhales, a construção de um Brasil moderno e industrializado demandava ações e projetos capazes de educar a Nação, ou, mais especificamente, a classe trabalhadora, no sentido do desenvolvimento produtivo, baseado na racionalidade e na eficiência. Nesse prisma, o esporte recebeu e deu sua contribuição.²²⁸ Numa sociedade que se projetava para ser competitiva, em que o paradigma educacional se orientava segundo o molde da fábrica, em que o ritmo da cidade insistia que o homem fosse cada vez mais competitivo e especializado, não havia dúvidas de que o esporte passava a ser o conteúdo privilegiado do método oficial.²²⁹ O esporte, símbolo da eficiência, da parcimônia de energia, da sutileza dos gestos, portador de códigos que se aproximavam aos do mundo do trabalho industrializado²³⁰ poderia contribuir para o homem alcançar a almejada eficiência na sociedade que se projetava. A nova Educação Física, disse o Dr. Irving Fisher,

[...] deve ser antes de tudo objectiva do que subjectiva [...]. Os esportes actuaes são objectivos [...]. Neste o que importa são os resultados. Antigamente dava-se valor aos equipamentos e aos materiaes a empregar. Agora, aos indivíduos que com elles serão beneficiados. A idade moderna precisa de homens efficientes e optimistas. A nova educação physica dará, por isso, grande importância a hygiene. Ensinara o homem a viver da melhor maneira possível. Fará com que cada um dos seus habitos physicos contribua para o augmento da sua efficacia e não para a sua diminuição.²³¹

²²⁵ SCHNEIDER, 2003, p. 117.

²²⁶ LINHALES, Meyli. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. p. 103.

²²⁷ Ibid., p. 103.

²²⁸ Ibid., p. 102.

²²⁹ SCHNEIDER, op. cit., p. 131. Nota 195

²³⁰ Tais como especialização dos papéis, competição, rendimento, recorde, racionalização do treinamento, cientifização, quantificação etc.

²³¹ FISHER, 1934, p. 13-14.

O esporte, no âmbito da Educação Física, correspondia cabalmente à mutação que se operara no campo pedagógico com o advento do propalado otimismo pedagógico, resultando num processo em que a pedagogia se deixava impregnar pelos novos ritmos da sociedade, da técnica e do maquinismo, cabendo, agora, ao professor “guiar” a “liberdade” do aluno de modo a garantir que o “máximo de frutos” fosse “obtido com o mínimo de tempo e esforço perdidos”.²³² A partir da Educação Física e dos esportes incluídos no sistema educacional, novas sensibilidades foram projetadas e, mesmo que não se concretizassem nas ações do dia-a-dia, pelo menos foram um parâmetro da nova racionalidade que se projetou para a sociedade e um objetivo a ser perseguido.

De forma geral, as teses que circularam nos textos pertencentes ao âmbito da Educação Física no período aqui abordado enfatizam os três pontos, a saber: a moralização do corpo pelo exercício físico; o aprimoramento eugênico incorporado à raça; e a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho.²³³ Durante o período em que a revista circulou, inúmeras foram as iniciativas legais que diziam respeito à Educação Física e aos esportes.²³⁴ Na reforma realizada pelo Ministro dos Negócios da Educação e da Saúde Pública,²³⁵ o jurista Francisco Campos atestou que “[...] os exercícios de Educação Física eram obrigatórios nos estabelecimentos de ensino secundário, durante o ano letivo, para todas as classes”.²³⁶ O artigo 41 do anteprojeto de lei de 1929²³⁷ determinou que, enquanto não fosse criado o método nacional de Educação Física, ficaria adotado em todo o território brasileiro o denominado Método Francês, sob o título de Regulamento Geral de Educação Física.²³⁸ Gustavo Capanema, que assumiu a pasta do referido Ministério no lugar de Francisco Campos, foi responsável pela criação da Divisão de Educação Física, da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, pela Juventude Brasileira, pelo Conselho Nacional de Desportos, entre outros.²³⁹

²³² CARVALHO, 1997, p. 307.

²³³ LENHARO, 1987, p. 78.

²³⁴ Para um estudo da legislação da educação física escolar brasileira e esportiva, ver Lucena (1994), Cantarino Filho (1982) e Linhales (1996; 1997).

²³⁵ Através dos decretos 19.890, de 18 de abril de 1931 e 21.241, de 04 de abril de 1932.

²³⁶ CANTARINO FILHO, Mário. *A educação física no Estado Novo: História e doutrina brasileira*. 217f. Dissertação (Mestrado em Educação) Brasília: UnB, 1982. p. 123.

²³⁷ LUCENA, 1994, p. 35.

²³⁸ Ibid.

²³⁹ Para maiores informações, ver Lucena (1994, p. 35-48). De acordo com um levantamento realizado por Inezil Penna Marinho, disse Linhales (1996, p. 113), entre 1937 e 1945 “[...] o poder público emitiu nada menos do que 116 legislações relativas à Educação Física, recreação, esportes e ações correlatas. São decretos, portarias, atos ou instruções, em sua maioria publicados pelo Governo Federal e pelos Governos Estaduais. [...] [Além disso] a

A partir da análise desse arcabouço legal e das propostas para a classe trabalhadora, é possível dizer que as pretensões do Estado, das indústrias e da Igreja coincidiam com as demandas do mundo do trabalho e da produção. E a formação do trabalhador dentro do sistema de valores que projetou o esporte sob os códigos dessa demanda poderia contribuir para a adaptação da classe operária ao sistema econômico, social, político e cultural desejado.

Percebe-se a evidência da configuração de um projeto de educação do corpo com relação ao trabalhador por meio das práticas esportivas, mostrando uma intenção de controle social embutida na proposta de moralização e preparação física em que a regeneração social caminhou lado a lado com a adequação para o trabalho.²⁴⁰ A partir disso, Goellner aponta que não é difícil compreender por que o esporte teve plena e oficial aceitação no governo Vargas, pois foi nesse contexto que o nacionalismo adquiriu notoriedade e foi amplamente divulgado, pregando a integração da força nacional.²⁴¹ Ainda de acordo com a autora, o Governo buscou a unidade nacional aprovando uma estratégia que comportava a necessidade de um homem brasileiro, de uma raça brasileira homogênea, produtiva e obediente.²⁴² E a Educação Física, chamada para contribuir nessa tarefa,

[...]deverá formar um homem typico que tenha as seguintes características: detalhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, pelle sã, ágil, desperto, erecto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sincero, honesto, puro de actos e de pensamentos, dotado com o senso da honra e da justiça, participando no companheirismo de seus semelhantes, e levando o amor de Deus e dos homens no seu coração.²⁴³

Caberia à educação física escolar e aos esportes, segundo os intelectuais da revista, cumprir adequadamente o papel que lhe cabia na consecução de uma nação estável e, por meio das atividades esportivas, garantir o excelente funcionamento da maravilhosa máquina humana, dotando de saúde os cidadãos para que pudessem cumprir suas obrigações perante a Nação que ia insurgir vitoriosa.

obrigatoriedade do ensino de Educação Física em todos os níveis de ensino, a implementação do processo de formação de professores para esse conteúdo, bem como a constituição de setores administrativos para a Educação Física, tanto no âmbito do Ministério da Educação e Saúde quanto no âmbito das secretarias estaduais correspondentes, são ações características da era Vargas, principalmente no Estado Novo”.

²⁴⁰ BERCITO, 1991, p. 143.

²⁴¹ GOELLNER, 1992, p. 134.

²⁴² Ibid., p. 135.

²⁴³ FISHER, 1934, p. 13-14.

Com a intenção de criar e modelar novos hábitos para o povo brasileiro através do adestramento físico como capacitação da força produtiva, a revista projetou que a educação física fosse capaz de tornar os corpos fortes, sadios, eugenizados, disciplinados e higienizados. A todo esse conjunto de objetivos estava implícito um rigoroso controle disciplinar manifesto nos desdobramentos de cada método ginástico, nas práticas esportivas bem como na concepção de ser humano estritamente vinculado a seu plano biológico. As pretensões de formação de um homem forte por meio da exercitação corporal asseguravam o fortalecimento da raça e o melhoramento da saúde, cujos fins últimos residiam na defesa da pátria e na consolidação de uma nova ordem social, oriunda do modo de produção capitalista que então continuava a se afirmar. E os esportes foram um excelente chamado para a tarefa de coesão nacional, segundo um colaborador da revista *Educação Physica* afirma:

[...] dois grandes factores concorrem para fortalecer a unidade espiritual do povo brasileiro: a musica carnavalesca do Rio de Janeiro e o foot-ball [...]. O interesse que desperta, em todo o Brasil esportivo, as competições cariocas de foot-ball, são a prova de que há mais realidade do que parece nas minhas afirmativas. Estou, pois, intimamente convencido de que a unidade nacional, fadada a desaparecer por circunstâncias mesológicas e, sobretudo, pelo desmensurado affluxo de populações de índole completamente diversa da nossa, como succede no sul do paiz, ainda, na musica popular e nos sports associativos (e não nos individuaes, como o boxe, esgrima) a força de cohesão necessária para nos conservar um mínimo irreductível de affinidade emocional.²⁴⁴

O apelo ao esporte veio responder a um conjunto de intervenções e necessidades colocadas por uma sociedade cada vez mais industrializada e competitiva, exigindo a formação do homem brasileiro apto ao trabalho. Mas, quanto à classe operária, qual a percepção construída por ela sobre o esporte burguês? Quais argumentos e estratégias diferenciaram a prática do esporte proletário daquela burguesa? Na história da classe operária, como os trabalhadores empreenderam a discussão do esporte e sua relação com a sociedade?

2.2 JORNAIS OPERÁRIOS: EM BUSCA DA CULTURA ESPORTIVA PROLETÁRIA

Enquanto houve um esforço por parte de industriais, Estado, intelectuais e Igreja em construir uma nova mentalidade sobre a ordem social por meio de diversas medidas relacionadas com o

²⁴⁴ REZENDE, Octavio Murgel. Os esportes como elemento de coesão nacional. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 51, dez. 1932.

trabalho, a educação e o esporte, setores do operariado organizado responderam de maneiras diferentes às investidas disciplinares. A concepção de um corpo eficiente e produtivo e sua relação com as práticas físicas destinadas à restauração das energias do trabalhador chegou ao meio operário por diversas vias: escola, formação para o trabalho, clubes esportivos, relação com a fábrica, leis sociais, sindicalização, entre outros. Mas os interesses que levaram a classe operária a aceitar ou repelir tais propostas nem sempre foram homogêneos e fáceis de captar. A relação que os trabalhadores estabeleceram com o Estado e com o processo de reordenação das forças produtivas carrega uma diversidade de sentidos construídos ao longo da história e, em alguns casos, ter em perspectiva sentidos ambivalentes pode ser uma chave de leitura para compreender essa relação. O caso dos trabalhadores gráficos na recepção das inovações técnicas no setor, citado anteriormente, foi um exemplo.

Para a relação que nos interessa, o esporte e a classe operária, podemos afirmar semelhante sentença. Existem críticas diretas à idéia de regeneração da classe trabalhadora, à formação vigiada de hábitos e condutas, à disciplina e às práticas esportivas tidas como burguesas. Mas nem sempre se consegue captar as múltiplas e possíveis apropriações que os trabalhadores fazem, em seus diferentes níveis de organização, dos processos dirigidos à sua conformação e adaptação a códigos outros que não os seus. No caso do esporte, então, um fenômeno que serviu tanto a burgueses quanto a proletários, os sentidos das práticas podem ter ainda muitas finalidades, se não pela ideologia que carregam, então, pelo próprio contexto social de frenéticas mudanças.

A sociedade brasileira transformava-se e a organização dos trabalhadores foi ganhando contornos outros que permitiram sua articulação no cenário político. Na década de 1920, enquanto na Europa o proletariado vivia seu momento revolucionário juntamente com a instabilidade da pequena burguesia, no Brasil foi o período de amadurecimento e consolidação das bases estruturais dos sindicatos e dos partidos, mesmo sofrendo com a política autoritária do Estado. A ideologia marxista também cresceu entre o operariado brasileiro, apresentando-se como a única concepção de mundo e de luta capaz de responder às novas necessidades dos trabalhadores, assim se pensava.²⁴⁵ Como demonstrado no capítulo anterior, o PCB renovou algumas de suas táticas, principalmente àquelas relacionadas ao trato com o esporte, para agregar o maior número possível de trabalhadores no Partido. Seguindo

²⁴⁵ CARONE, 1989.

orientações da IC os jornais operários ligados a essa tendência publicaram qual foi, então, a elaboração que os comunistas construíram para lidar com o fenômeno esportivo já bastante disseminado no meio operário.

Em linhas gerais, o conteúdo analisado desses jornais proletários apresentou-se atrelado politicamente à idéia de emancipação da classe operária e de crítica ao capitalismo. Orientações proletárias alternativas à ordem hegemônica do capitalismo industrial apareceram no apelo à educação da classe trabalhadora, na divulgação de centros de cultura que se constituíram em um espaço importante para a difusão dos ideais proletários de educação e emancipação e na defesa do esporte como meio de união e resistência. Os jornais cumpriram a função de informar e discutir assuntos referentes à luta política e à organização da classe. Desse modo, encontramos reivindicações pela ampliação dos direitos sociais, políticos e culturais, discussões sobre as concepções e ideais do anarquismo e do comunismo, relatos e reflexões sobre o cotidiano operário, debate sobre criação e manutenção de organizações operárias em diferentes esferas de ação, notadamente a política e a cultural, além do esforço pela instrução e conscientização do operariado.

Como vimos, as intervenções burguesas e as investidas do Estado sobre a classe operária alcançaram não só o local de trabalho como também o cotidiano dos trabalhadores e das suas famílias. No que se refere às intervenções sobre higiene, saúde, educação, trabalho e lazer (todos em ações conjuntas com o esporte), as críticas e elaborações dessas medidas estavam presentes nas colunas dedicadas ao jovem trabalhador, nos artigos sobre o debate da relação entre esporte e operários e nas problematizações sobre formação e educação da classe operária. Destacamos desse contexto de ocorrência da temática esportiva três eixos: a) a percepção operária do esporte burguês; b) a proletarização do esporte e a tensão com a profissionalização; c) a relação entre o esporte e a juventude proletária. É através desses eixos que outros temas se desdobram e trazem para o debate, por exemplo, as questões relacionadas à exploração burguesa, à racionalização e à exploração financeira do esporte.²⁴⁶

A presença do esporte no meio operário não foi obra dos comunistas, mas, como pudemos acompanhar pelos jornais, o PCB e seus militantes tiveram participação importante na organização e difusão da idéia de um esporte de classe, de uma prática esportiva que, na sua

²⁴⁶ Trabalharemos, a partir deste momento do texto, com esses eixos elencados, porém o último, referente à relação entre esporte e juventude, mereceu um capítulo a parte (capítulo III).

origem, estabeleceu um contraponto cultural no meio operário. Como pontuou Santos, os comunistas deram um passo que os anarquistas se recusaram a dar: aceitaram o esporte como um fato consumado na vida operária e, além disso, incentivaram a sua prática como método de arregimentação, abandonando qualquer atitude antiesportiva.²⁴⁷ Entre o final dos anos de 1920 e início de 1930, alguns grupos pertencentes a essa tendência utilizaram o esporte como elemento aglutinador da classe operária, concebendo-o como um campo a mais na luta de classe pela emancipação. A existência de uma página esportiva no exíguo espaço de quatro folhas dos jornais operários e a manutenção de um departamento esportivo dentro dos sindicatos²⁴⁸ talvez sirva como evidência da satisfação de “[...] uma velha e inadiável aspiração: a proletarianização do esporte”.²⁴⁹ Codificar o esporte sob os princípios proletários exigiu a demarcação dessa atividade a partir de outras referências/finalidades diferentes daquele esporte intitulado burguês.

2.2.1 A percepção operária sobre o esporte burguês

A tarefa de proletarianização do esporte permitiu/exigiu do movimento operário a construção de uma percepção do que eles chamaram de esporte burguês e a elaboração de críticas contra esse movimento. O fenômeno esportivo era visto pelo movimento proletário, ao mesmo tempo, como um forte mecanismo/dispositivo de exploração e alienação e como um meio possível de propagar os ideais proletários, fomentando a união dos trabalhadores, ou seja, “[...] o esporte [foi] um meio de luta contra o capital”.²⁵⁰ A discussão empreendida pelos jornais operários sobre o esporte burguês estava atrelada à percepção de uma cultura proletária que o classificava, sobretudo, como instrumento de dominação ideológica que reproduzia a exploração capitalista, e o transformava em mercadoria. Para os comunistas

[...] o esporte é vítima do mercantilismo e da exploração das associações burguezas, cujo objetivo não é nem pode ser outro a não ser o proveito material e a exploração, ao mesmo tempo que a ilusão dos que o praticam e dos espectadores. [...] O esportista da sociedade burgueza é (e a isto não se pode fugir) o escravo do mercantilismo e da exploração como o são igualmente o artista e o cientista.²⁵¹

²⁴⁷ SANTOS, 2001, p. 140.

²⁴⁸ Como é o caso dos jornais *O Trabalhador Graphico* e *O Internacional*.

²⁴⁹ O DEPARTAMENTO esportivo da UTG. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, n. 95, p. 5, 1 maio 1928.

²⁵⁰ ASSOCIAÇÃO Graphica de Esportes. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, n. 97, p. 7, 1 jul 1928.

²⁵¹ A. FRES. Pelo esporte proletario contra o esporte burguez. *O Internacional*, São Paulo, n. 143, p. 2, 1 out. 1928.

Investir, então, nessa concepção de esporte implicava em aceitar que, na perspectiva comunista, ele é um fenômeno ambíguo, cuja caracterização e sentidos dependeriam do contexto em que ele ocorria. E se ele acontecesse fora dos meios operários ele serviria, necessariamente, para explorar, oprimir, mitificar, enfraquecer. Sob os códigos proletários, o esporte não era mais considerado como uma atividade burguesa em si, mas como um elemento neutro na sociedade:²⁵² utilizado pela burguesia, tornava-se um instrumento, uma arma, servindo aos interesses de criação de novas formas de lucro e de dominação de classe; porém, utilizado pelos operários, serviria para fomentar a solidariedade de classe e ajudá-los no combate pela sua libertação e emancipação:²⁵³ “O desporto bem organizado e melhor orientado, será uma arma terrível em nossas mãos”.²⁵⁴

Afirmavam os comunistas que *por todo o mundo* havia uma formidável porcentagem de trabalhadores adeptos dos esportes, mas havia quem argumentasse:

[...] como actualmente se verifica ser o esporte uma fonte de renda para a burguesia, ressalta nítida a inconsciência dos trabalhadores que se prestam à pratica esportiva dentro dos domínios burguezes [...]. É incompreensível como possa um trabalhador combater systematicamente a classe burgueza com o fito de obter a sua emancipação politica-economica e, ao mesmo tempo no terreno do esporte, serve de instrumento lucrativo a essa mesma burguezia!²⁵⁵

De acordo com a visão de classe, nas mãos da burguesia a prática esportiva se desvirtuava e impossibilitava o trabalhador de usufruí-la como tal, como ela deveria ser, porque a perspectiva burguesa se impunha caracterizando-a como um mercado de possibilidades físicas e estéticas.²⁵⁶ Para os comunistas a relação era exata: à medida que o esporte burguês se intensificava, ganhando terreno como prática hegemônica, a exploração também se acentuava.²⁵⁷

Essa exploração contava com uma vasta rede de influências. Os métodos mais bárbaros de exploração e opressão eram usados pelos *ricachos* e pelo seu Estado,²⁵⁸ eles “[...] têm por si as tradições milenares, têm a riqueza, têm as instituições governamentais, têm a grande imprensa

²⁵² DECCA, 1987, p. 119-127.

²⁵³ Essa distinção já foi observada por Santos, 2000, p. 170.

²⁵⁴ COMENTANDO... . *A Nação*, Rio de Janeiro, p. 4, 5 jan 1927.

²⁵⁵ NEO. O esporte entre os trabalhadores. *O Internacional*, São Paulo, s/p, 31 out 1928.

²⁵⁶ Ibid.

²⁵⁷ A. FRES., 1928.

²⁵⁸ CARTA Aberta. *Nossa Voz*, São Paulo, n 33, p. 5,1 jan. 1935.

na sua totalidade, têm as forças armadas, têm a religião que embrutece e a escola que mistifica e desarma [...]”.²⁵⁹ Além disso,

O radio, a imprensa, o cinema, a escola, etc., também são armas que os nossos sangue-sugas utilizam para melhor nos explorar e opprimir, dizendo que nos querem educar physica e intellectualmente com seus clubs recreativos, esportivos e culturaes, não tendo outro objectivo senão entorpecer os nossos sentimentos de classe e auferir, a nossa custa.²⁶⁰

As críticas que o movimento operário tecia às finalidades educacionais e sociais que as instituições esportivas e também a escola e a Igreja tentavam empregar estavam inseridas no entendimento de que essas instituições (ou a possibilidade educativa desses locais) favoreciam as condições de conformação das subjetividades; para o proletariado, a educação do povo era a condição *sine qua non* da revolução social:

A ideologia de toda classe revolucionaria tem a função de articular os seus componentes no objetivo commum, ensinando-os e mostrando-lhes o caminho das conquistas, reforça a acção, sommando os elementos e organizando-os, e, mais do que tudo educa-os para a acção revolucionaria nos seus dois tempos: O 1º de destruição da sociedade caduca e nociva, e o 2º tempo de dirigir a construcção de uma nova sociedade, em novas bases [...].

As nossas necessidades espalhadas na superficie da terra, convergem para um objeto único, e comprehender isto é comprehender a ideologia correspondente. Por sua vez a ideologia organiza os necessitados para a acção, ensina-os e a acção os educa. O effeito que tem uma ideologia como organizador de uma classe para as suas finalidades históricas, deve ser comprehendido como doutrina e educação, assim é que a ideologia educa e ensina uma classe para atingir suas finalidades: organiza, articula os componentes dessa classe para a derrubada da dominante, fallida e estorvante.²⁶¹

Nesse sentido, os centros de cultura proletária desempenhavam um papel importante na promoção do proletariado: eram verdadeiros centros difusores da cultura e da educação concebidos como espaços de lazer, de descanso, de encontro, de instrução “[...] com o intuito de divulgar entre o povo e os trabalhadores os conhecimentos científicos das modernas concepções sociais, científicas e filosóficas [...]”.²⁶²

Esses locais, juntamente com os sindicatos e outras formas de associação, em muito contribuíram para o fortalecimento do sentimento de união da classe operária que, uma vez coesa em um determinado projeto, buscava melhorias de condição de vida, de trabalho, de

²⁵⁹ OS TRABALHADORES e suas agrupações. *A Plebe*, São Paulo, n. 8, p.1, 14 jan 1933.

²⁶⁰ CARTA Aberta, 1935, n. 33, p. 5.

²⁶¹ CULTURA burguesa e cultura proletária. *Nossa Voz*, São Paulo, n 24, p. 4,15 ago. 1934.

²⁶² CENTRO de cultura social. *A Plebe*, São Paulo, n. 8, p.1, 14 jan. 1933.

educação, de lazer. E, nesse projeto, que tomava como contraponto as instituições burguesas, anarquistas e comunistas tinham idéias semelhantes:

A associação deve ser o lugar de reunião de todos aqueles que lhe dediquem as suas atividades, lhe consagrem todos os ócios, lhe reconheçam toda a bondade e finalidade e onde se refugiem das atrações banais que os cercam e lhes acenam para lhes arrebatam o dinheiro e a saúde.

Deve ser um centro de estudos sociais onde os bons amigos se encontrem, onde haja livros e jornais que possam ser lidos e consultados deleitando e instruindo o espírito simultaneamente.

Os burguezes têm os seus centros, as suas associações, as suas federações onde conspiram contra o sossego e os interesses físicos, economicos e morais dos trabalhadores; têm os seus clubes onde se encontram para seus divertimentos ou para as suas jogatinas!

Pois os trabalhadores precisarão ter também os seus recintos associativos, modestos, é verdade, como de gente pobre que são, mas onde não falte o jornal, o livro, a brochura, onde discutam os seus interesses coletivos, onde possam até tomar seu café, onde organizem as suas palestras educativas ou de orientação para não serem tomados de surpresa e terem de fazer à pressa, de tudo improvisar sem o necessário preparo, quando o tempo urge e os acontecimentos se precipitam.²⁶³

Apesar da existência de uma organização operária em torno de clubes, centros e escolas, a influência das instituições esportivas burguesas foi sempre ressaltada nos jornais. A coexistência de diferentes sentidos nas práticas esportivas colocava uma vigilância constante das idéias e avaliações produzidas sobre o esporte e sobre o fenômeno mais expressivo da cultura esportiva, o futebol, “[...] que tomou grande impulso em todas as camadas sociais”,²⁶⁴ congregou o sentido mais agudo dessa tensão produzida pelas disputas sobre a possibilidade de potencializar o esporte como meio de luta ou de exploração. Um artigo sobre futebol no jornal *Nossa Voz*, afirmando o sucesso dessa prática esportiva, perguntava:

Por acaso companheiros, já se puseram algum dia a examinar o que vem a ser de facto o futebol e outros esportes? Só o proletariado consciente sabe o que representa e o que é [...]. O Futebol (que é o mais importante dos esportes e o que mais tem aficionados), principalmente, é uma indústria rendosa.²⁶⁵

Para os comunistas, a lógica da exploração era uma só: “No régimen em que vivemos tudo está mercantilizado, nada há de são em esporte; a podridão de um é a conseqüência da gangrena do outro”.²⁶⁶

²⁶³ OS TRABALHADORES..., 1933, n. 8, p.1.

²⁶⁴ FIRPO. Futebol, *Nossa Voz*, São Paulo, n 22, p. 2, 15 jul 1934.

²⁶⁵ Ibid. p. 2.

²⁶⁶ Ibid., p. 2.

Os colaboradores dos jornais pensavam conhecer os mecanismos de exploração e dominação ideológica e identificavam nas ações burguesas de fomento educacional e esportivo um dos maiores problemas enfrentados pelas associações esportivas proletárias. O desafio era perceber como os trabalhadores organizados resistiam à tentativa de massificação/popularização do esporte bem como entender o que o movimento tinha da realidade do mercado do esporte. O movimento operário, conhecedor das questões sociais que envolviam e possibilitavam a difusão do esporte burguês, afirmava:

O futebol, sendo o esporte dominante na actualidade não é, no entanto, praticado com reaes vantagens para a classe trabalhadora. O operario luta pela vida, trabalhando todos os dias, nas fabricas, esgotando as suas forças para poder alimentar-se pouco. Nem sequer tem tempo para descansar das fadigas diárias. Quem explora? Naturalmente a classe capitalista, pois bem; essa mesma classe tambem domina os esportes em geral para obter o maximo lucro monetário.²⁶⁷

Além da exploração latente, “[...] si não nos dias de carnaval, é aos domingos nos campos de football burguez”²⁶⁸, os esportes também serviam ao trabalho de minar a construção da consciência de classe do operariado, “Com eles os abutres diluem o instinto revolucionário dos trabalhadores, hoje seus escravos”.²⁶⁹ Diversos argumentos corroboravam: “[...] o esporte entre nós não é, nem mais nem menos, do que um monopólio da burguezia para melhor explorar os trabalhadores e um agente de embrutecimento e de mystificação no seio das mais vastas massas do proletariado”.²⁷⁰ Assim, temos a configuração de um esporte burguês que, na sua finalidade, pretendia desviar a atenção da luta de classe,²⁷¹ embrutecer o operariado,²⁷² entorpecer os sentimentos de classe,²⁷³ extrair lucros,²⁷⁴ dividir o proletariado.²⁷⁵

Os jornais reclamavam que uma das conseqüências mais graves da exploração pelo esporte era o envolvimento inconsciente do trabalhador: “Um dos males que mais affectam o

²⁶⁷ AOS OPERÁRIOS esportistas. *O Trabalhador Ghapico*, São Paulo, n 98, p. 4, 1 agos 1928.

²⁶⁸ VOCÊ me conhece?. *O Internacional*, São Paulo, n 155, p. 3, 1 maio 1929.

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 3.

²⁷⁰ A. FRES., 1928, p. 2.

²⁷¹ *A Classe Operária* de 1-5-1928 e 19-5-1928; *Nossa Voz* de 15-8-1934.

²⁷² *O Internacional* de 1-10-1928; *A Plebe* de 7-1-1933 e 3-6-1933.

²⁷³ *Nossa voz* de 15-8-1934.

²⁷⁴ *A Classe Operária* de 1-5-1928; *O Internacional* de 1-10-1928; *Nossa Voz* de 15-8-1934; *O Trabalhador Graphyico* de 1-8-1928 e 10-1-1929.

²⁷⁵ *O Trabalhador Graphyico* n. 97, 1/7/1928 e n. 98, 1-8-1928.

proletariado é a falta de ‘consciencia de classe’”.²⁷⁶ Isso gerou, muitas vezes, a divisão de classe e a desorganização sindical. A burguesia sabe perfeitamente disso, e é por isso que quer incutir na alma do proletariado sentimentos corruptores de pequeno individualismo, intrigando-o, separando-o em nacionalidades e regionalismos e até em massa de grupos esportistas.²⁷⁷ O problema da divisão da classe operária implicava o arrefecimento do movimento operário na luta pela sua emancipação, e a propagação dos valores burgueses aplicados ao esporte era vista como um fator ideológico que afastava os trabalhadores dos sindicatos. O assunto mereceu até um apelo publicado no jornal *O Trabalhador Graphyco*:

Camaradas! É com grande pesar que lanço mão da penna para dirigir-vos este apelo, porquanto estou vendo a inconsciência que reina entre os esportistas graphics, que se emprestam para jogar em clubs e clubécos que andam por ahi a fora, e muitos dos quaes não passam de instrumentos da burguezia para afastar os operários dos seus sindicatos de classe, único elemento com quem nós operários podemos contar para a conquista de nossos direitos.

Por isso, camaradas, engrossai no nosso departamento esportivo único centro esportivo em que se pratica o esporte pelo esporte e não o esporte pelo dinheiro.

Portanto, esportistas graphics, vinde fortalecer as nossas turmas de futebol, pois é vergonhoso dizer-se que no meio de seis mil graphics não se possam tirar dois quadros de futebol, para enfrentar os mais aguerridos quadros de S. Paulo, quando quase todos os campeões paulistas de futebol pertencem a nossa corporação.²⁷⁸

Para os comunistas, tratava-se mesmo de uma luta sobre todos os domínios pela influência ideológica das massas laboriosas, uma luta que se intensificava juntamente com o crescimento do antagonismo de classe entre a sociedade capitalista e o proletariado:²⁷⁹

Ella se manifesta particularmente no dominio da gymnastica e dos sports, de que a burguezia se utiliza como meio de exercer sua influencia ideologica sobre consideraveis massas de trabalhadores, especialmente a juventude obreira, afim de militarizar e exporal-as de maneira intensíssima.²⁸⁰

Podemos compreender que explorar de maneira “intensíssima” diz respeito às ações de intervenção no ambiente de trabalho como uma via de mão dupla que só tem a finalidade de intensificar a exploração. Quando tais ações extrapolavam esse ambiente e alcançavam o cotidiano operário, nesse caso, através do esporte, essas ações retornavam com muito mais

²⁷⁶ CONSCIÊNCIA de classe. *O trabalhador gráfico*, São Paulo, n 95, p. 7, 1 maio 1928.

²⁷⁷ *Ibid.*, 1928, p. 7.

²⁷⁸ UM APPELO aos esportistas graphics. *O Trabalhador Graphyco*, São Paulo, n 98, p. 4, 1 ago 1928.

²⁷⁹ RODRIGUES, 1928, p. 8-10.

²⁸⁰ *Ibid.*

força adequando toda a vida do operário em torno da produção e do rendimento. Por isso as organizações burguesas de esportes não poderiam ser consideradas como agentes neutros:

[...] ellas constituem um instrumento nas mãos dos capitalistas na luta contra a classe proletaria; ellas são hostis à classe productora e por isso devemos combatel-as de modo organizado e systematico, não somente no meio das organizações proletarias de educação, mas tambem, no meio de todas as organizações operarias de classe. Explica-se a irradiação da acção burgueza no sport pela intensificação do trabalho de sapa da burguezia no terreno da educação physica, que lhe é summamente util para o augmento da pujança de seu exercito e, assim, explorar ampla e desabridamente o proletariado.

O sport burguez tem por si, em consideravel extensão, o concurso que lhe é dado pelos diversos reformistas que, em sabotando a luta contra o movimento burguez do sport e gymnastica, collaboram indiscutivelmente nesse movimento, reforçando as posições da burguezia.²⁸¹

Os jornais referiam-se aqui à racionalização do trabalho e seu papel conjunto com o incentivo ao esporte nas organizações burguesas. As denúncias dos jornais traziam que as *medidas de reação* tomadas pela burguesia contra a luta do proletariado eram “[...] ainda mais agravadas com as chamadas ‘leis de proteção aos menores’, ‘assistenciais’, ‘institutos disciplinares’”,²⁸² evidentemente demonstrando que as reformas sociais em curso e institutos, como o IDORT, voltados a atender as exigências dos trabalhadores e adaptá-las às novas demandas de produção, nem sempre beneficiavam os trabalhadores, pelo contrário, subjogavam e oprimiam. Sobre a inserção dos esportes nas fábricas, as críticas eram mais explícitas e não de avaliar sua função atrelada ao trabalho:

Os sports de fabrica e de usina, e as pausas no trabalho, fazem parte da racionalização capitalista e têm por finalidade intensificar a exploração dos trabalhadores. Os capitalistas procuram abertamente a palavra de ordem: “faizei mais sport para que possaes trabalhar melhor. [...]”

A luta contra os sports de fabrica e usinas, e contra as folgas e pausas, deve, ser ligada á luta em geral contra a racionalização imperialista e contra a exploração accentuada da classe operaria. Porém, esta luta fracassará si a palavra de ordem não fôr: A unidade do movimento proletario de educação physica e o combate á acção dos “leaders” reformistas que cindiram o movimento sportivo operário.²⁸³

A questão que surgia novamente na “luta contra os esportes de fábrica” era a atenção dada ao contexto onde as práticas de exercícios aconteciam. O que deixavam interpretar alguns artigos em jornais era que os esportes e a educação física podiam ser considerados como uma atividade boa, salutar, não havendo, por parte dos comunistas, qualquer crítica ao esporte tomado em si mesmo: “Não somos contra o esporte quando elle é exercício para o

²⁸¹ RODRIGUES, 1928.

²⁸² CARTA Aberta, 1935.

²⁸³ RODRIGUES, op. cit., p. 8-19. Nota 161.

desenvolvimento físico que delle precisa por sua condição de serviço [...]”.²⁸⁴ E, como afirmavam os jornais, a prática do esporte era uma necessidade para a classe trabalhadora:

[...] sob qualquer ponto de vista o esporte é um benefício para o corpo humano, e principalmente ao trabalhador que no serviço diário desperdiça uma boa dose de energia, tanto cerebral, como física; a prática do esporte é imprescindível para retemperar a energia gasta com o trabalho cotidiano.²⁸⁵

Tal era a importância dada aos esportes para o desenvolvimento físico dos trabalhadores que, ao se questionarem se devia o trabalhador praticar esportes, “[...] a resposta [era] francamente afirmativa”,²⁸⁶ e ao lembrar ainda que isso deveria ser feito com a finalidade de tirar das práticas esportivas todos os benefícios para o movimento operário, os comunistas pareciam “admitir” seus benefícios, conferindo até mesmo respaldo científico ao raciocínio da relação esporte e saúde:

Para contrabalançar a ação nociva das oficinas anti-higiênicas, sem ar, sem luz sobre o organismo dos trabalhadores, nada melhor que a prática do esporte ao ar livre. O trabalho nas fábricas, hoje em dia, exige do operário certos e determinados movimentos. Isso ocasiona um desenvolvimento exclusivo de certos músculos, de certos órgãos. O esporte corrigirá isso, trazendo um desenvolvimento mais harmônico.²⁸⁷

A preparação física do operário não findava na manutenção da sua boa saúde ou na sua preservação contra os males do trabalho, mas era preciso manter-se em bom estado físico também para o trabalho e para além disso, pois a construção do socialismo dependia da disposição dos seus operários.

[...] porque um operário fraco e doente, não pode nunca desenvolver um trabalho tão completo e produtivo, como outro, que além de sua inteligência e conhecimento de sua responsabilidade na formação de seu país, possua uma cultura física que o ajude a levar com alegria energia suficiente a rudeza do seu trabalho ou a pesada monotonia de uma oficina.²⁸⁸

Decerto esse era um ponto paradoxal entre a classe operária e as investidas do Estado no processo de racionalização do trabalho, pois, ao mesmo tempo em que os aproximava em torno do argumento do engajamento físico ao mundo do trabalho também os afasta porque as intenções subjacentes a esse objetivo não eram semelhantes. Mas há que se considerar que, no

²⁸⁴ FOOT-BALL operário. *O Solidário*, Santos, p. 2, 20 jan. 1926.

²⁸⁵ NEO, 1928 s/p.

²⁸⁶ DEVE o trabalhador praticar esportes?. *O Proletário*, São Paulo, p. 2, 9 jun 1932.

²⁸⁷ Ibid.

²⁸⁸ A INSÍGNA esportiva soviética. *O Jovem Proletário*, Rio de Janeiro, p. 3, nov. 1934.

Brasil, naquele estágio de desenvolvimento das relações produtivas, os comunistas não tinham como objetivo usar o esporte para aumentar a produtividade do trabalho, como na URSS, mas, sim, utilizá-lo como contestação da ordem vigente.²⁸⁹

Outro ponto que gerava compreensões ambíguas era a questão da militarização. Ao mesmo tempo em que vemos o movimento operário convocar seus homens a contribuírem na defesa do seu País, por considerarem que ele necessita “de homens fortes, corajosos e bons lutadores”, incentivando a “[...] recrutar jovens operários esportistas para compor os grupos de defesa e as brigadas de choque”,²⁹⁰ acompanhamos a severa crítica à manifestação da “[...] tendência de, por meio dos sports, militarizar-se a população e, sobretudo a juventude[...]”.²⁹¹ Rodrigues acrescenta:

A instituição da educação physica nas escolas destina-se a completar a influencia ideologia da burguezia e constitue um dos meios de preparação militar. Constatamos tambem a actividade sempre crescente das organizações clericas no dominio dos sports e da gymnastica, e ainda na attenção desvelada que lhe presta o fascismo. A burguezia tenta reforçar, por novos processos e por meio do sport, as fileiras contra revolucionarias de seus paizes.²⁹²

A percepção operária da militarização por meio do esporte não foi o único ponto de debate sobre o desenvolvimento esportivo nos domínios burgueses. Para o movimento operário, a profissionalização do esporte também foi um aspecto desse desenvolvimento que deveria ser combatido através de um conteúdo de classe aplicado a essa prática.

2.2.2 Proletarização e Profissionalização do Esporte

Ultimamente, os clubs fizeram do football uma fonte de exploração do publico. Retribuem os favores que o grande público lhes concedia, principalmente o elementos proletário, que sempre foi o de maior brilho nas assistências ao football extorquindo-lhe o dinheiro por caríssimas entradas. A preocupação da renda passou a dominar todas as outras, O football passou a ser um espetáculo.²⁹³

²⁸⁹ SANTOS, 2000, p. 166.

²⁹⁰ *Deve o trabalhador praticar esportes?*, *O proletário*, 9 de junho de 1932, p. 2.

²⁹¹ RODRIGUES, 1928.

²⁹² Ibid.

²⁹³ COMENTANDO... *A Nação*, Rio de Janeiro, p. 4, 5 jan 1927.

Não menos polêmica foi a discussão sobre o embate entre a profissionalização do esporte e os princípios amadores do esporte de classe. O jornal *O Trabalhador Graphico*, em relação ao esporte, comentava: “[...] deve ser praticado dentro das normas verdadeiramente esportistas, como uma necessidade higiênica e não como uma profissão”.²⁹⁴ Tal comentário deixa transparecer que a profissionalização não era um objetivo do esporte proletário, mas, sim, um “[...] mal que tanto tem concorrido para desviar os trabalhadores do seu verdadeiro caminho [...]”²⁹⁵ e que deveria ser combatido pela classe operária. A campanha de proletarização do esporte foi mesmo um contraponto explícito à profissionalização do futebol, que, naquele período, era uma prática esportiva de grande disseminação nas diferentes classes sociais e que exercia influências nem sempre aceitas pelo movimento operário organizado. Por isso os comunistas, agentes da proletarização do esporte, tiveram que elaborar argumentos que atacassem os diversos fatores que sustentaram o reconhecimento do futebol como profissão regulamentada. Assim, a partir da constatação de que em muitas organizações burguesas se praticava o profissionalismo, que resultava em vantagens materiais para centros esportivos, o que favorecia o capitalismo,²⁹⁶ os desdobramentos de tal situação eram os mais cruéis.

Vemos que nesses últimos tempos a burguezia exerce dada influencia sobre a juventude desempregada, dando-lhe trabalho sob a forma de exercícos sportivos obrigatórios (profissionalismo). Não somente as organizações sportivas de fabricas e usinas, mas na generalidade todas as organizações burguezas sportivas fornecem os chamados “furões” de greves.²⁹⁷

Além de dois importantes elementos do movimento operário, a juventude e o movimento sindical, estarem sendo subjugados à organização esportiva burguesa, os comunistas tiveram ainda que lidar com a forte presença do Estado:

[...] organizações burguezas recebem consideraveis subvenções directas ou indirectas da parte do Estado, das municipalidades e do patronato; a imprensa burgueza auxilia-as com intensa propaganda a favor dos seus nucleos; organisam grandes provas nacionaes e internacionaes (póde citar-se a titulo de exemplo a Olympiada de Amsterdam que recebeu subsídios enormes da parte dos governos burguezes, dos bancos e emprezas capitalistas).²⁹⁸

Todo esse investimento na profissionalização do esporte trazia ainda outros prejuízos à organização esportiva operária, como, por exemplo, a evasão de jogadores dos clubes de

²⁹⁴ DEMART. Esporte proletário: a grande ilusão. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, n 8, p. 4, 7 fev. 1933.

²⁹⁵ VAMOS companheiros. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, n 8, p. 4, 7 fev. 1933.

²⁹⁶ RODRIGUES, 1928, p. 9.

²⁹⁷ Ibid., p. 9.

²⁹⁸ Ibid, p.10.

várzea para os clubes burgueses: “[...] eles ingressam nos pequenos clubes e quando estão um pouco preparados abandonam seus primeiros companheiros e vão para grandes clubes, arrastam-se para o esporte burocratizado”.²⁹⁹

Qualificando essa burocratização de indústria rendosa, os jornais não demoraram a analisar sua estrutura, denunciando que sua constituição comportava as “Associações Máximas”, grandes clubes que davam as diretrizes e rumos do esporte, dirigidos por grandes capitalistas. “E esses Ditadores da Associação Máxima e clubes incentivam por todas as formas e meios (jornais, rádios, etc) o culto e entusiasmos por esses pretensos esportes”.³⁰⁰ Em última instância, a profissionalização era a “mercantilização da consciência”³⁰¹ e “fanatizava os inconscientes”.³⁰² Esse foi um ponto para empreender a campanha de proletarização do esporte porque o operário que praticava esporte de classe era consciente. “Os trabalhadores conscientes não se iludem com as promessas do patronato, pois que conhecem de sobejo o som dessas sereias [...]”.³⁰³ A prática de esportes vinculada à consciência de classe significava mais que um instrumento de luta, sendo, portanto, utilizada “[...] como meio de educação para com isso solidificarmos cada vez mais a solidariedade proletária e no interesse único de nossa classe”.³⁰⁴

Outra razão para proletarizar o esporte é que ele era uma tentativa de aproximar os jovens das atividades sindicais. Dyster confirma:

A organização dos jovens nos sindicatos é uma questão por demais delicada que constitui um problema magno no proletariado [...]. O primeiro passo para uma sólida organização juvenil é facilitar o ingresso dos jovens nos sindicatos. [...] Para este fim, os sindicatos deveram fundar escolas para os filhos de operários, sócios ou não, e ao mesmo tempo clubs sportivos, o que traria grande vantagem de desenvolver no pequeno obreiro o espírito associativo e a capacidade organizadora.³⁰⁵

Isso constituía um interesse de renovação e perpetuação dos quadros de militância operária. Três outros objetivos formavam, assim, o ideal do esporte de classe:

²⁹⁹ DEMART, 1933, p. 4.

³⁰⁰ Ibid.

³⁰¹ NEO, 1928 s/p.

³⁰² FIRPO, 1934, p. 2.

³⁰³ NOSSA ORGANIZAÇÃO é uma só, é a UTG. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, n 11, p. 3, 4 nov.1933.

³⁰⁴ FIRPO, op. cit., p. 2. Nota 264.

³⁰⁵ DYSTER. A organização dos jovens. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 3, 19 maio1928.

Primeiro: porque esse constitue um dos meios de arrancarmos das garras da burguezia uma parcella importante de trabalhadores.
Segundo: porque conseguiremos que muitos companheiros assíduos freqüentadores dos frontões [...] desistam daquelles antros de vícios, comparecendo mais assiduamente nas sedes dos respectivos sindicatos.
Terceiro: aquelles que são jogadores de clubes burguezes converter-se-ão em fervorosos esteios dos organismos operários, emancipando-se pelo menos esportivamente da exploração da burguezia.³⁰⁶

No entendimento do proletariado de que o esporte era um elemento neutro na sociedade, porém, dominado pelo capitalismo, afirmava-se que “[...] só assim, utilizando contra a burguezia as armas que ella mesma cria para ludibriar os trabalhadores é que se poderá dar um cunho de combate ao sport, convertendo-o num factor de lucta contra a classe dominante”³⁰⁷ e “Cada trabalhador sportivo deve comprehender que esta luta não constitue mais do que uma parte da luta geral contra a sociedade capitalista”.³⁰⁸

Assim, diferentes jornais proletários publicaram o que seriam os meios de luta contra o esporte burguês. Para o jornal *A Classe Operária* era preciso criar departamentos esportivos nas organizações operárias e agrupar os clubes operários já existentes aos sindicatos.³⁰⁹ Com o jornal *Nossa Voz*, temos que a organização de clubes proletários deveria constituir-se sem interesses financeiros, animados pelo espírito solidário e atrelados aos princípios da luta de classe.³¹⁰ Entretanto, almejar a criação da Federação Operária de Esportes e buscar a consolidação da direção proletária dos clubes de várzea também era metas necessárias, segundo o *Trabalhador Graphico*. A revista *Cultura* lembrava ainda que, além da organização de clubes e do boicote sistemático às festividades esportivas burguesas, era preciso melhorar o trabalho nas diversas secções da IVS para aumentar a propaganda e aplicar os resultados científicos obtidos na União Soviética no domínio da educação física dos trabalhadores.³¹¹

Esse conjunto de meios para se conseguir proletarizar o esporte leva-nos a outro aspecto, que é o da sua utilidade. Do que foi exposto podemos, então, afirmar que o esporte era um importante meio de aglutinar operários sob a influência comunista, porque

³⁰⁶ PENHA. O proletariado e o esporte. *O Internacional*, São Paulo, n. 153, p. 3, 1 mar. 1929.

³⁰⁷ COMPANHEIROS jovens e adultos, lutemos pela completa organização do esporte proletário. *O Internacional*, São Paulo, n 155, p. 3, 1 maio 1929.

³⁰⁸ RODRIGUES, 1928, p. 8-10.

³⁰⁹ SPORT proletário: todo operario footballer deve ingressar nos clubs proletários. *A Classe operária*, Rio de Janeiro, n 1, p. 4, 1 maio 1928.

³¹⁰ FIRPO, 1934, p. 2.

³¹¹ RODRIGUES, op. cit., p. 10. Nota 161.

[...] uma vantagem de grande importância que vem reforçar a necessária prática do esporte entre os proletários: é a de trazer constantes reuniões entre trabalhadores de oficinas diversas, obtendo daí, além do conseqüente revigoramento físico, um maior entendimento entre todos os trabalhadores, uma mais forte solidariedade, ponto inicial da união tão necessária aos trabalhadores.³¹²

Mas para alcançar esse objetivo a sua utilização teria que se diferenciar do esporte burguês e aglutinar outras características que não as vigentes. Daí temos que o esporte proletário seria amador (como já mostraram os argumentos contra sua profissionalização) e solidário, fazendo com que praticassem “[...] o desporto operários e operárias em maior número possível, sem o desejo de se tornarem ‘azes’, mas de serem apenas uma utilidade para a grande e sagrada campanha de nivelção social”.³¹³ Por isso, o jornal comentava: “[...] é preciso que se divida os esportistas proletários dos esportistas burguezes para que o esporte possa ter a sua finalidade no seio dos trabalhadores”:³¹⁴ disseminar o trinômio “ordem, disciplina e confraternização”.³¹⁵ Para emancipar e libertar o proletariado, o esporte era agente aglutinador que possibilitaria não apenas a diversão, mas também o fortalecimento físico e desenvolveria a consciência de classe.

Assim, as referências à violência e à inutilidade apareceram somente no esporte burguês profissional que se baseava numa “competição absurda pelo ‘record’”.³¹⁶ Para se livrar do “argentarismo, causa principal dessa degradação do belo e violento esporte”,³¹⁷ e não correr o risco de ter a “mentalidade desviada”,³¹⁸ foi preciso investir na educação da juventude e na formação de uma militância juvenil.

A necessidade de proletarizar o esporte não estava somente no fato de ser uma prática disseminada na sociedade e nos meios operários, que, portanto, não poderia ser ignorada. Juntamente com os interesses políticos de fortalecimento do Partido e fortalecimento da militância, encontramos uma forte justificativa no argumento da necessidade incontestável do esporte, principalmente para a juventude, na perpetuação dos quadros do Partido e na propagação dos valores comunistas de unidade, solidariedade e consciência de classe. A

³¹² NEO, 1928, s/p.

³¹³ REGIME desportivo falido. *A Nação*, Rio de Janeiro, p. 4, 5 jan. 1927.

³¹⁴ NEO, op. cit., s/p. Nota 264.

³¹⁵ UM LAMENTAVEL incidente e um salutar exemplo. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, n 11, p. 3, 4 nov. 1933.

³¹⁶ COMENTANDO..., *A Nação*, Rio de Janeiro, p. 4, 12 mar. 1927.

³¹⁷ Ibid.

³¹⁸ COMENTANDO..., *A Nação*, Rio de Janeiro, p. 14, 14 mar. 1927.

juventude operária recebeu grande atenção dos comunistas porque, segundo os jornais, ela era mais vulnerável aos encantos e desvios do esporte,³¹⁹ pois a “necessidade deste é um fato incontestável para a juventude e a burguesia se aproveita [va] desse fato para canalizar todos os jovens das fábricas para seus clubes”.³²⁰ Essa obra “entorpecedora do patronato”³²¹ tinha por fim, além dos lucros sobre os espetáculos esportivos, envenenar a consciência e isolar os jovens da luta de classe,³²² minando na base esse poderoso agente de luta contra o capital,³²³ essa formidável possibilidade educacional contra a mistificação,³²⁴ esse símbolo da unidade proletária.³²⁵

Mas os comunistas, atentos às possibilidades que os esportes ofereciam, projetaram para a juventude não só a incidência dessas ações, mas também a realização dessas vantagens para o movimento operário, colocando-a como legítimo condutor desse ideal de proletarizar o esporte. Assim, “[preparando] as bases e edificando sobre os ombros solidos da juventude proletária, o grandioso edifício da Republica Proletaria do Brasil”,³²⁶ esta juventude tornava-se a parte do proletariado a requerer mais cuidado e carinho da parte dos dirigentes sindicais jovens e adultos”.³²⁷ Organizar a juventude proletária exigiria a fundação de clubes e escolas nos sindicatos, “[...] o que traria a grande vantagem de desenvolver no pequeno obreiro o espírito associativo e a capacidade organizadora preparando futuros militantes inteligentes e sábios”.³²⁸ Toda essa preocupação com o setor juvenil do movimento operário levou os comunistas a criarem a FJCB, pela qual projetos de proletarização do esporte e de formação da militância por meio de organizações esportivas tiveram empreendimentos mais destacados.

³¹⁹ COMPANHEIROS..., 1929, p. 3.

³²⁰ VIVA o esporte proletario!. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, n 97, p. 7, 1 jul 1928.

³²¹ DISCURSO do representante da juventude na praça Mauá. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n 2, p. 2, 5 maio 1928.

³²² AGOS. Juventude proletária. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, n 102, p. 3, 5 de dezembro de 1928.

³²³ ASSOCIAÇÃO Graphica de Esportes. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, n. 97, p. 7, 1 jul 1928.

³²⁴ Ibid.

³²⁵ NEO, 1928, s/p.

³²⁶ DYSTER, 1928, p. 3.

³²⁷ Ibid., p. 3.

³²⁸ Ibid., p. 3.

Capítulo III

3 FEDERAÇÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA DO BRASIL: UFANISMO E REALIDADE NA ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA OPERÁRIA

Operando, neste capítulo, com os documentos da FJCB e com a história do PCB, detivemo-nos na reconstrução da trajetória dessa instituição, privilegiando o confronto entre a perspectiva dos ideais e objetivos traçados (como registram as fontes) e as conquistas da JC no projeto de proletarização do esporte.

A FJC foi a organização que canalizou muitos dos empreendimentos para o terreno esportivo comunista. Foi por meio dela que se buscou demonstrar, a partir dos dados sobre clubes esportivos, o número de aderentes, os projetos realizados e seu nível de organização. Ao mesmo tempo pretendemos enfatizar suas prioridades de ação e intervenção e sua função político-social no movimento operário, evidenciando, assim, conflitos, erros e falhas decorrentes desse esforço de organização e proletarização do esporte caracterizado tanto pela inflexibilidade desse projeto quanto pelos seus paradoxos atrelados, muitas vezes, às (im)possibilidades de articulação entre consciência de classe, educação política e esporte.

O capítulo, por razões de organização e compreensão, está dividido em três momentos que correspondem às fases da trajetória da Federação. As divisões são mero recurso metodológico e não têm a finalidade de fixar datas e períodos específicos. Elas representam o início dos trabalhos do PCB sobre a juventude e o esporte, ainda no final dos anos de 1920; na seqüência, entrando nos anos de 1930 aproveitamos um período em que a FJCB realizou avaliações e autocríticas à linha de trabalho realizada até então e, por fim, um momento em que a Federação, sob repressão e grandes dificuldades, revisou mais uma vez sua política de trabalho no terreno esportivo em direção a um desfecho, no final do quinquênio da década de 1930.

3.1 DO INÍCIO ÀS POSSIBILIDADES: OS PROJETOS DE PROLETARIZAÇÃO DO ESPORTE

Nosso esporte proletário tem um caráter de massas, de classe, anti-militarista, anti-imperialista. Devemos realizar uma luta enérgica para a sua legalidade, isto é, pelo funcionamento livre. Porém, enquanto nossa influencia não permite forçar a burguesia a respeitar seu livre e publico funcionamento, nosso dever é organizar o movimento esportivo 'legalmente' assegurando as ligações com as amplas massas esportistas.³²⁹

É em geral muito desenvolvido o sport no Brasil, não havendo, entretanto, ainda uma linha de demarcação entre sport burguez e sport proletario. Existe, em quasi todo o Brasil, uma grande quantidade de pequenos clubs constituídos numa quasi totalidade de proletarios, principalmente jovens.³³⁰

A reunião de jovens militantes, até 21 anos, no PCB recebeu o nome de JC e teve um importante papel na renovação de quadros da militância e na perpetuação da doutrina do Partido. No Brasil, a primeira experiência comunista com a organização de jovens em torno das causas comunistas aconteceu em 1927 com a fundação, em 1º de agosto, da FJCB. Nos primeiros anos da sua existência, figuras singulares na história do PCB, entre eles Leôncio Basbaum, desempenharam importantes papéis para sua organização, sustentação e direção de uma linha de trabalho.

O curso da FJCB na história do movimento operário brasileiro está registrado em documentos de circulação interna, como relatórios, circulares, resoluções de congressos, cartas entre membros da Federação, além de um jornal intitulado *O Jovem Proletário*, que foi, durante algum tempo, seu porta-voz e seu órgão de classe.³³¹ De maneira geral, durante toda a existência da FJC (1927-1935) ficou registrado um intenso movimento entre períodos de entusiasmo e de dificuldades extremas para a realização de seus planos, metas e objetivos de organizar e auxiliar a massa juvenil em torno dos seus direitos e reivindicações. A busca pela criação não somente de uma base jovem e educada sob os princípios políticos do PCB, mas também o esforço de mobilizar operários em torno da causa comunista não hesitou em usar o

³²⁹ RESOLUÇÃO DO 2º PLENO do Comitê Central da Federação da Juventude Comunista sobre a situação do país e sobre a situação e tarefas da Juventude Comunista do Brasil, sem data. p. 3.

³³⁰ SOBRE A QUESTÃO esportiva. *Teses do 3º Congresso do PCB*, 12 fev. 1929.

³³¹ *O Jovem Proletário* circulou durante toda a existência da Federação (com interrupções), entretanto só encontramos exemplares desse jornal referentes aos anos de 1928 e 1934. Trata-se de três números especiais dedicados a Lênin, no ano de 1928, e um número no ano de 1934, todos localizados no CEDEM.

esporte, fenômeno de grande inserção no meio proletário,³³² na disputa pelo poder político e no auxílio ao confronto de classes. O que foi, então, a FJC e seu projeto de reunir e formar jovens trabalhadores através do esporte de classe? Não se deve pensar que tudo foi ufanismo, conforme admitiu o secretário da FJC: “[...] temos o prazer de poder dizer-lhes que temos trabalhado na medida das nossas forças e que temos conseguido alguma coisa”.³³³

A criação da JC no Brasil seguia uma demanda externa ditada pela IC que sujeitava todas as organizações comunistas juvenis filiadas ao Partido ao Comitê Executivo da IC, segundo o art. 35 do seu Estatuto.³³⁴ Em 1925, o PCB, após seu reconhecimento pela IC no ano anterior, realizou seu 2º Congresso, decidindo criar a JC no Brasil. Até esse momento, a JC era uma questão marginal nas questões do PCB, mas a partir desse congresso, passou a merecer grande destaque.³³⁵ Mesmo quando da sua fundação, formalizada em 1927, relata Leôncio Basbaum³³⁶, a FJC ficou por algum tempo existindo só no papel. Basbaum conta ainda que, quando da sua nomeação como encarregado do Setor Juvenil do Partido, no mesmo ano, a Federação ainda estava ociosa. O primeiro Comitê Regional (CR) da JC nasceu em Pernambuco, na ocasião de uma viagem que Basbaum fez para Recife aconselhado por Astrogildo Pereira, pois “[...] já era tempo de que o partido organizasse uma Juventude Comunista, como havia em outros países”.³³⁷ Chegando a sua terra natal com essa tarefa em mente, Basbaum, procurando membros do Partido, encontrou-os quase todos em bairros periféricos de Recife.³³⁸ Segundo esse jovem estudante de medicina encarregado de organizar a JC, esse “retrato do Brasil” impossibilitava-o de compreender como essas pessoas poderiam viver naquele estado de miséria e previa dificuldades para desenvolver o trabalho. Mas ele foi adiante:

[...] durante dois meses, passei a freqüentar três vezes por semana aquele Bairro [de Afogados, no Recife], procurando interessar os meninos e rapazes nas tarefas que me haviam sido designadas. Não era fácil enfiar problemas políticos na cabeça deles, mas alguma coisa consegui. Compreendi que era preciso primeiro uni-los em torno de alguma coisa: o mais prático era organizar times de futebol. Uma vez

³³² Principalmente o futebol. Pereira (2000) capítulos 2 e 3 e Franzini (2003), capítulos 2 e 3.

³³³ CARTA ao Secretariado da Organização do KIM, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1928.

³³⁴ ABREU, Ricardo. 75 anos de fundação da Juventude Comunista do Brasil. *Princípios*, São Paulo, n. 67. 2003. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=67&cod_not=212>. Acesso em: 17 out. 2006.

³³⁵ CARONE, 1989, p.125.

³³⁶ BASBAUM, 1976.

³³⁷ Ibid., p. 42.

³³⁸ Ibid., p. 43.

reunidos, alguma preleção sobre a Rússia e a diferença entre a vida deles e a vida na Rússia, dentro do Socialismo. Aos poucos a inteligência deles parecia despertar.³³⁹

Somente mais tarde é que a FJC se organizaria nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, onde ganhou expressão, e em outros estados da Região Nordeste, Sudeste e Sul do País. Foi nesse espírito que alguns jovens comunistas ligados ao Partido e orientados por ele criaram uma direção provisória, em abril de 1927, composta por Leôncio Basbaum, Manuel Karacik (também estudante de medicina e amigo de Leôncio) e Francisco Mangabeira (proveniente de uma família baiana influente na política e editor da revista *Cultura*). Em poucos meses essa direção recebeu mais de cem inscrições de jovens operários com idades entre 15 a 19 anos.³⁴⁰ Em agosto do mesmo ano formalizou-se a existência da JC na sede da UTG.³⁴¹ Sua primeira direção nacional, que duraria até 1929, por ocasião do I Congresso da JC, era formada por quatro operários e três estudantes (Leôncio, seu irmão mais novo, Artur, e Manuel Karacik).³⁴²

A partir da sua formalização, a FJC avançou rapidamente na organização dos jovens operários em torno de suas reivindicações e conquistou o apreço internacional quando foi aceita pela IJC, o KIM, que ofereceu uma bolsa de estudos de três anos a um jovem operário brasileiro na Escola Leninista em Moscou. A FJC, com o objetivo de ser uma organização juvenil de caráter nacional, deveria seguir a linha política do Partido, cuja

[...] ação se limitava a recrutar jovens nas fábricas e nas empresas ou no comércio, e mesmo nas escolas superiores, naquela faixa de idade, mantê-los unidos em torno de atrações de toda ordem como esportes, teatro, festinhas, piqueniques, fazer propaganda de nossas idéias marxistas e prepará-los para serem bons comunistas.³⁴³

A ação da FJC endossou as atividades do Partido nas questões educativas e na formação da militância juvenil. Segundo Basbaum,³⁴⁴ as tarefas da JC consistiam em fazer propaganda do Partido, da Rússia e do socialismo em geral, vender *A Classe Operária*, distribuir panfletos, manifestos nas portas de fábricas e ofertar cursos teóricos. Para Guiraldelli Jr,³⁴⁵ as atividades culturais e esportivas da FJC foram uma base educativa importante para o meio operário,

³³⁹ BASBAUM, 1978, p. 43.

³⁴⁰ BASBAUM, 1978; DULLES, 1977.

³⁴¹ Segundo a Correspondência Juvenil Latino-Americana, de Janeiro de 1929 (apud CARONE, 1979, p. 544), o esporte proletário teve início com a UTG, em 1927, na organização do seu departamento esportivo que, nessa primeira tentativa, fracassou.

³⁴² DULLES, John. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

³⁴³ BASBAUM, op. cit., p. 47. Nota 132.

³⁴⁴ Ibid., p. 39-40.

³⁴⁵ GHIRALDELLI Jr., Paulo. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1987. p. 157.

oferecendo desde subsídios para formação militante e combativa até, segundo Basbaum,³⁴⁶ a educação mais elementar, como foi o caso de alguns membros da Juventude que conseguiram alfabetizar-se no desenrolar das atividades da organização da Federação.

A criação da FJC no ano de 1927, após tentativas fracassadas, aconteceu em um momento oportuno. O surgimento de uma organização juvenil e de uma política esportiva comunista esteve vinculado ao período de ascensão que o PCB viveu na luta operária de ampla agitação de massas, conseguindo, segundo Carone,³⁴⁷ engendrar tarefas complexas e novas formas de ação. Foi o caso da política de Frente Única³⁴⁸ e da proletarização do esporte, que serviu para o PCB ocupar espaços mais amplos e lidar com segmentos sociais e políticos diversificados. A tática de Frente Única desempenhou

[...] um papel de summa importancia no desempenho das lutas de massa. [...] A FJC do Brasil deve compreender que sem a aplicação da tática da frente única ella não poderá transformar-se na organizadora e directora dos combates de classe da juventude explorada e oprimida. Existem formas permanentes de frente única e a federação deve desenvolvê-las em seu trabalho diário. As principais são: as secções juvenis dos syndicatos, os clubs esportivos operarios, o socorro vermelho, etc.³⁴⁹

Paradigmático foi a fundação do Centro de Jovens Proletários do Brasil, em 15 de novembro de 1928, na cidade do Rio de Janeiro,

[...] agrupando todos os jovens trabalhadores do Rio de Janeiro e arredores, sem distincção de sexo, côr, nacionalidade, profissão, credo político ou religioso, tendo por fim promover entre os seus associados uma educação *cultural, artística, desportiva e política*.³⁵⁰

As atividades culturais consistiam na criação de bibliotecas, promoção de conferências, palestras, cursos e alfabetização. Sobre os fins artísticos, o Centro dedicou-se à formação de um corpo teatral, ao ensino da música e à organização de festivais. Suas tarefas políticas não se diferenciavam das atividades de militância já em voga. Na questão esportiva, os trabalhos consistiam na organização de quadros dos mais variados esportes, de festivais esportivos, de

³⁴⁶ GHIRALDELLI Jr., Paulo. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1987. p. 157

³⁴⁷ CARONE, 1989.

³⁴⁸ Para maiores informações sobre a tática de Frente Única consultar Carone (1989), especialmente entre as páginas 175-177.

³⁴⁹ TESE do Bureau Sul-Americano da Internacional da Juventude Comunista, sem data, p. 33.

³⁵⁰ ESTATUTOS do Centro de Jovens Proletários do Brasil. Rio de Janeiro, 1929. p. 3. Grifo original.

excursões “[...] com o fim de incentivar o gosto pelos esportes e para maior progresso desportivo contribuir para a fundação da Federação Desportiva Operária do Brasil”.³⁵¹

A FJCB definiu-se então, nas palavras do Bureau Sul-Americano da Internacional da Juventude Comunista (BSA da IJC), como

[...] uma organização política de massas e de combate, subordinada à linha política do PC que luta sob a direcção deste pela applicação de sua linha dentro do sector em que actua – dentro das amplas massas juvenis exploradas e oprimidas das cidades e dos campos.³⁵²

Um militante da Juventude Comunista, assim a definia: “[...] uma organização auxiliar do PC. Tem por fim educar, organizar, conduzir as lutas das massas juvenis na linha de classe do Partido. Tem de prepará-las para a direcção de amanhã”.³⁵³ Na condição de organização subordinada ao Partido, ela viveu e sofreu com as idas e vindas da política brasileira e da IC. Assim foi que, a partir de 1928, em plena ilegalidade, sofrendo com a repressão legislativa, mas já com alguma experiência na mobilização entre os operários, a FJCB conseguiu montar organizações regionais em algumas cidades dos estados do Rio e Janeiro, de São Paulo, do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul. Leôncio Basbaum, o então Secretario-Geral do FJCB, escreveu uma carta à IJC fazendo uma breve avaliação do que foram os trabalhos da Federação até aquele momento e deu detalhes da preparação para o 1º Congresso da JC que aconteceria no ano seguinte e elegeria uma direcção para a Federação um pouco diferente da formação provisória. Em tom de entusiasmo, afirmou-se que a organização do congresso estava em pleno desenvolvimento: “[...] vamos penetrando nas fábricas e aumentando o numero de nossos adherentes, 90% dos quaes são operarios. As nossas cellulas teem trabalhado regularmente”.³⁵⁴

Adotando a mesma organização do Partido, a Federação tinha células, comitês regionais e comissões internas, encarregadas de canalizar e organizar diferentes assuntos e discussões. Foram, basicamente, as seguintes comissões: de organização, de agitação e propaganda, antimilitarismo, antiimperialismo e esporte. Nas Teses do 3º Congresso do PCB, realizado no final de dezembro de 1928, encontramos a questão esportiva pela primeira vez sistematizada

³⁵¹ ESTATUTOS..., 1929. p. 3. Grifo original.

³⁵² TESE ..., sem data, p. 3.

³⁵³ ÁLVARO. Federação de massa, federação de classe. *Boletim Interno da Juventude Comunista*, n. 2, p. 3, dez 1930.

³⁵⁴ CARTA..., 1928.

nos debates de um evento de grande importância para o movimento comunista brasileiro. As Teses concordavam que o esporte no Brasil se encontrava muito desenvolvido e que havia uma grande quantidade de pequenos clubes. Tratava-se dos chamados clubes de rua ou de esquina, a respeito dos quais as Teses diziam: “[...] não têm ideologia proletária e se desinteressam por completo das questões econômicas e políticas, que lhe dizem respeito”.³⁵⁵ Havia ainda uma outra dimensão desse envolvimento dos operários com o esporte: eram os grandes clubes das ligas burguesas que atraíam “[...] uma grande quantidade de operários jovens e adultos, criando neles uma mentalidade sportiva sem distinção de classes”.³⁵⁶ Esses dois universos, de realidade tão diferentes, integravam um quadro único de diretivas do PCB e da FJC para o esporte.

A intensificação dos trabalhos da JC em tarefas preponderantes, como na luta antimilitarista, antiimperialista e em organizações esportivas, decorreu das palavras de ordem “luta, educação e distração”.³⁵⁷ As tarefas da JC deveriam pautar-se, entre outros pontos, na necessidade de ampliar as organizações de massas, principalmente esportivas e culturais, como, por exemplo, o Centro de Jovens Proletários. Era patente a importância do esporte para a JC:

Considerando que o sport ainda é o maior atrativo para a organização, principalmente dos jovens proletários, devemos intensificar a luta pelo sport proletario, afim de crear nelles uma ideologia essencialmente proletaria, de luta de classes e subtrahil-os à influencia patronal.³⁵⁸

Mas a direção desse movimento parecia ter sido uma via de mão dupla: se foi a JC que ofereceu subsídios ao desenvolvimento dos esportes ou se foi este que possibilitou engajar politicamente a juventude proletária, a resposta dependeria do contexto em questão. Gounot³⁵⁹ sugere que em 1921 em Moscou, na ocasião dos debates sobre a criação de uma internacional esportiva revolucionária, a fascinação crescente que o esporte exerceu sobre a juventude operária depois da 1ª Guerra Mundial na Europa ajudou a convencer alguns delegados da IJC da necessidade de levar em conta esse campo de ação educativa. Já em meados dos anos de 1920, ainda na Rússia, Gounot³⁶⁰ mostrava que o processo de bolchevização da IVS criou sua submissão aos interesses políticos da IC, da União Soviética e do esporte soviético,

³⁵⁵ SOBRE A QUESTÃO esportiva. *Teses do 3º Congresso do PCB*, 12 de fevereiro de 1929.

³⁵⁶ Ibid.

³⁵⁷ SOBRE A JUVENTUDE Comunista. *Teses do 3º Congresso do PCB*, 12 de fevereiro de 1929

³⁵⁸ SOBRE A QUESTÃO ..., op. cit. 1929. Nota 355.

³⁵⁹ GOUNOT, 1994, p. 236.

³⁶⁰ Id., 2001, p. 27 e 35.

transformando-a em uma ferramenta do PC Soviético e da sua política externa. No Brasil, a organização da juventude proletária em torno da Federação estimulou a organização do desporto proletário. É o que se pode deduzir da Correspondência Juvenil Latino-Americana sobre a *Organização Juvenil Comunista* que dizia: “[...] os clubes têm sido organizados ao calor da Juventude Comunista”.³⁶¹ Em contrapartida, o esporte foi o elemento que permitiu à Federação aglutinar a juventude nas suas causas políticas, como sugeriu a citação de Leôncio Basbaum sobre a criação de um CR da JC em Recife. Isso significa que, em nosso País, a relação entre disputas políticas, comunismo e esporte não teve somente um momento preponderante, mas, sim, idas e vindas nessa dupla via, pois, antes mesmo de adentrarmos os anos de 1930, veremos que a organização esportiva proletária viveu esse dois momentos, além de transitar de uma ampla mobilização de massas que agrupava jovens *sem distinção de credo político*³⁶² para uma linha mais inflexível da proletarização do esporte.

O 3º Congresso do PCB foi um marco na história da política do Partido porque, segundo Vinhas,³⁶³ foi a resposta mais articulada que os comunistas produziram naquele período sobre o caminho da revolução do Brasil e a tática a ser adotada. Ocorrida pouco antes do Congresso da JC, essa reunião do Partido aprovou uma resolução estipulando a aceitação pela JC das suas resoluções. E, se no Congresso do PCB o esporte foi ponto de pauta, ele seria também tema corrente na JC. Foi nesse momento que a Federação assimilou as seguintes tarefas: necessidade de bolchevização do Partido, fortalecimento da JC e adaptação às resoluções da 5ª IJC (ocorrida em 1928), que incluía a criação de seções juvenis nos partidos.³⁶⁴

O 1º Congresso da FJCB,³⁶⁵ realizado em janeiro de 1929, teria também fundamental importância nos objetivos agregadores/amalgamadores da Federação, primeiro porque marcaria a atividade política da JC como entidade dentro do PCB, e segundo porque provaria o relevante papel da juventude no movimento operário comunista, promovendo-a como agente político: “Desse modo o operariado em geral começa a compreender a importância da juventude”.³⁶⁶

³⁶¹ L.G. A organização juvenil comunista. Correspondência Juvenil Latino Americana, enero 1929 apud CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979. p 544.

³⁶² ESTATUTOS ..., 1929.

³⁶³ VINHAS, Moises. *O partido: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

³⁶⁴ RELATÓRIOS dos trabalhos apresentados ao 1º Congresso da Federação da Juventude Comunista do Brasil, 26 mar. 1929.

³⁶⁵ Estavam presentes oito zonas (Rio Grande do Sul, São Paulo, Santos, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Vitória, Pernambuco, Rio de Janeiro e Niterói), dezessete delegados (sendo três do partido e um do secretariado).

³⁶⁶ CARTA ao Secretariado da org KIM, 7 de dezembro de 1928.

Fato é que a JC cresceu muito depois desses dois eventos, assim como o Partido, segundo Basbaum,³⁶⁷ e os representantes da JC estavam muito animados e envolvidos em grandes atividades. Apesar dos problemas e dificuldades que o Partido começava a enfrentar, decorrentes do questionamento da política de Frente Única, a JC estava mais forte numérica e politicamente. Já vivendo esse entusiasmo, o secretariado da JCB, em carta ao IJC, relatava os planos:

Fundamos um comitê pró-Federação Nacional do Sport Proletario com representantes de vários Estados [...]. Há muitas possibilidades de dentro de um mez organizarmos a Federação aqui no Rio de Janeiro. Vamos pedir instruções ao Sportintern [Internacional Esportiva Vermelha] e ao Secretariado Sul Americano.³⁶⁸

Nesse clima de entusiasmo, a Federação concentrou suas forças em dois grandes projetos: o investimento no Centro de Jovens Proletários (já mencionado), “organização cultural, artística, desportiva e política legal”,³⁶⁹ e o Comitê Pró-Federação Nacional dos Esportes Proletários. Esses projetos, se concretizados, seriam, sem dúvida, expressões do estabelecimento de uma organização esportiva proletária no Brasil.

O relatório dos trabalhos do 1º Congresso da JC apresentou a lista de temas, na ordem do dia, que continha, entre outros tópicos, a eleição para a comissão desportiva e a discussão sobre o esporte e a organização de massas: o esporte presente tanto como assunto de primeira importância quanto como tarefa auxiliar na mobilização das massas. Pelo relatório do Congresso seria notável que a JC se encontrasse em crescimento, em organização, funcionando. Basbaum, que acabava de chegar do congresso da IJC, confirmou, tanto em seu livro de memórias quanto em seu relatório, a adesão da FJCB à IJC.³⁷⁰ Mas a realidade brasileira apresentava obstáculos ao desenvolvimento da JC. As vinte e cinco células da FCJB eram, de acordo com o relatório, organizações muito novas. O relatório admitia a existência de uma consciência revolucionária destituída, no entanto, das mais elementares noções teóricas.³⁷¹

³⁶⁷ BASBAUM, 1976.

³⁶⁸ CARTA ..., 1928.

³⁶⁹ ESTATUTOS..., 1929.

³⁷⁰ BASBAUM op. cit, p. 60. Nota 132; RELATÓRIOS..., 1929.

³⁷¹ RELATÓRIOS..., 1929. p. 1.

Se a cada avanço da Federação havia um novo obstáculo, foi necessário desenvolver tarefas pragmáticas para organizar a juventude: seguindo o rastro do PCB e copiando seu modelo de organização, foi preciso, no entanto, “[...] adaptar os trabalhos das células da JC à mentalidade juvenil”.³⁷² “[...] luta, educação e distração devem ser as palavras em torno das quaes devemos orientar a nossa actividade”.³⁷³ Essa era a repetição das diretivas do 3º Congresso do PCB para a Federação. Aliás, a estratégia utilizada por Basbaum em Recife, quando encarregado de lá fundar a JC, talvez não tenha sido ao acaso.

O relatório do 1º Congresso registrava: “Como se vê pela ordem do dia, três assumptos foram tratados em detalhe, pela sua extrema importância para o movimento da juventude: sports e organização de massa; syndicatos e lucta economica; trabalho anti e perigos de guerra”.³⁷⁴ No que nos interessa de imediato, a questão esportiva pareceu caminhar em bom desenvolvimento quando a palavra de ordem era a inauguração da Federação Nacional de Esportes Proletários (FNEP). A estratégia foi “[...] continuar a criação de secções sportivas nos syndicatos, que tem dado bons resultados e nosso controle nos pequenos clubs de ruas ou esquinas”.³⁷⁵

Quanto ao esporte, o Congresso redigiu um relatório especial, o relatório do encarregado esportivo do JCB. Nele podemos acompanhar uma análise detalhada do que foi o desenvolvimento do esporte burguês, a perda de terreno pelos comunistas e também o caminho que os jovens, membros da Federação, escolheram para viabilizar os planos de proletarizar o esporte. O encarregado esportivo, Russildo Guimarães, adotando as resoluções da IJC ,escreveu:

Para combater as grandes organizações capitalistas [...] Para combater as organizações pequeno-burguesas [...] é que a Juventude Comunista resolveu o seguinte: fundar em todos os syndicatos secções sportivas as quaes já se acham em bom funcionamento. As secções são as que seguem: U. dos O. em Bebidas, F. Club UTG, Sport Club, Mobiliaria Sport Club, Regional Sport Club, Sapateiro Sport Club, Cosmopolita Sport Club.³⁷⁶

³⁷² RELATÓRIOS..., 1929, p. 2.

³⁷³ Ibid., p. 2.

³⁷⁴ Ibid., p. 2.

³⁷⁵ Ibid., p. 2.

³⁷⁶ RELATÓRIO do Encarregado Sportivo da Juventude Comunista do Brasil. *Relatório dos Trabalhos do 1º Congresso da Federação da Juventude Comunista do Brasil*, 26 mar. 1929.

Como o relatório deixa ver, havia mesmo a inserção comunista em clubes esportivos operários, o que cumpria a tarefa de mobilizar trabalhadores para a prática do esporte proletário. O balanço das conquistas da Federação confirmou que a reunião de operários em torno de atividades esportivas de classe era um fato, pois o relator atestou:

Os festivaes sportivos proletarios, organizados pela vanguarda do proletariado podem-se contar pelas victorias que estes representam para os trabalhadores conscientes do Brasil. O primeiro que se realizou no dia 16 de setembro de 1928 foi um magnífico festival, puramente operario; a elle compareceram vários pequenos clubs e todos os departamentos sportivos dos syndicatos. Ao contrário do que se passa entre os burgueses, estes acontecimentos realizou-se sob a melhor das ordens revestindo-se de um tal brilho-esplendor que marcou para o proletariado do Brasil uma das maiores victorias.³⁷⁷

Os relatórios prosseguem detalhando a agregação de clubes e de sócios. Diante de tal crescimento, ficou decidido, então, que os objetivos da Federação após a reunião do 1º Congresso seriam, entre outros:

[...] desenvolver ao máximo possível todos os departamentos sportivos syndicaes, manter estreitas as relações com os camaradas dos estados afim de encentival-os a cumprirem as resoluções approvadas, fundar quanto antes a federação dos sports proletarios do Brasil, conquistar 150 pequenos clubs proletarios que estão sob a influencia pequeno burguesa.³⁷⁸ Promover excursões proletárias e tudo que concerne ao sport. Incentivar os festivais de confraternizações que estiverem sob a nossa influencia. Enfim, uma serie de tarefas accessivel aos trabalhadores e outras resoluções que só poderão concorrer para o maior desenvolvimento do sport proletário do Brasil.³⁷⁹

O relatório do encarregado esportivo era valioso porque, além de apontar os caminhos percorridos para alcançar os objetivos pretendidos pela Federação trazia também uma avaliação de sentidos sobre as atividades operárias e as conquistas da Federação.

Cinco meses após o relatório do Congresso da FJCB Leôncio Basbaum e Garcia (novo encarregado do setor de esportes), em carta ao Secretariado Sul-Americano da IJC, comunicaram o andamento do trabalho esportivo da Federação. Essa nova avaliação realizou um balanço da situação nacional do esporte dirigido pelos comunistas. O Secretariado relatou:

A organização esportiva aqui acha-se em situação – até um certo ponto – regular. Constituímos uma Comissão Nacional de Esportes [...] que desenvolve

³⁷⁷ RELATÓRIO do Encarregado Sportivo da Juventude Communista do Brasil. *Relatório dos Trabalhos do 1º Congresso da Federação da Juventude Comunista do Brasil*, 26 mar. 1929.

³⁷⁸ Esses devem ser clubes de fábrica ou de bairro que recebem apoio de fábricas/patrões.

³⁷⁹ RELATÓRIO ..., 1929.

satisfatoriamente todo o trabalho político, teórico e praticamente, sempre de acordo com as nossas directivas, localizados no Rio de Janeiro.³⁸⁰

A carta seguiu dando notícias de Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo além de uma descrição detalhada do funcionamento de cada uma das Federações fundadas, relatando dificuldades, número de associados, tipos de atividades e esportes oferecidos. A Carta dizia:

O esporte proletário no interior promete bastante, estão criados comitês locais em diversas regiões devendo ser desenvolvidos na medida do possível; no Rio Grande do Sul fundou-se a Federação dos Desportos Proletários do R.G. do Sul. com sede em Pelotas (capital) na conferência realizada em 11 de março do corrente ano, contando com 11 clubes aderentes, disputando o campeonato e sendo dirigida pelo respectivo encarregado esportivo regional da JC auxiliado por alguns companheiros militantes, porém, até agora, sem ideologia, não sendo difícil fazel-os ingressar em nossas fileiras pois são bem dedicados.

Em S. Paulo. fundou-se a Federação Operária Esportiva de Santos (principal porto do país) em 12 de dezembro deste anno, possui um bom número de adherentes, faltando orientações práticas aos camaradas que constituem o comitê provisório, que receiam perder a direção da Federação. que por esse motivo ainda não deu início ao campeonato.

No Rio fundou-se a Federação dos Esportes Proletários do Rio de Janeiro, na Conferência Regional dos Pequenos Clubes, realizada em 27 de março e 4 de abril — data da fundação — sua direção é comunista, a maior parte dos dirigentes são membros da Comissão Nacional de Esportes, camaradas bem experimentados e regularmente conhecedores da organização esportiva proletária, mas por falta absoluta de capital necessário que possa desenvolver a F.E.P. do R. de Janeiro, ainda não começou o campeonato estando paralisada, assim como em Santos, o que muito nos atraza.

A reação desencadeada no Rio dificultou, ainda mais, a marcha da federação, que graças a iniciativa dos nossos camaradas que a dirigem, já tinham conseguido a confecção do material necessário para o início do campeonato; A okrana³⁸¹ desenfreada invadiu a Confederação Geral do Trabalho do Brasil, onde se achava localizada a Federação E. P. [esporte proletário] do R. de Janeiro, levando todo o material (restando apenas o livro de actas da fundação e algumas folhas de papel de cartas que se achavam em poder do secretario geral da FEP para correspondência.

Atualmente lutamos aqui para registrarmos os estatutos da F.E.P. do Rio a fim de melhor nos ajeitarmos (devido à reação) porém a burocracia burguesa exige grande dispêndio monetário e os nossos clubes são verdadeiramente pobres e muito sacrifício estamos fazendo para tal conseguir.

A F.E.P.[Federação de Esportes Proletários] do Rio tem vinte clubes aderentes genuinamente operários, sendo (praticamente) regularmente desenvolvidos possuindo dentre eles, além do futebol, basquetebol, pingue-pongue, atletismo ligeiro, arte cênica e seção feminina, embora que vivendo com dificuldades.³⁸²

³⁸⁰ CARTA do Secretariado do Comitê Central da Federação da Juventude Comunista do Brasil ao Secretariado Sul-Americano da Internacional da Juventude Comunista, 5 agos. 1929.

³⁸¹ Polícia política.

³⁸² É importante notar alguma variedade das práticas esportivas ofertadas pelas organizações operárias, o que indica que o futebol não foi o único foco das iniciativas comunistas pelo esporte.

As frações comunistas existem aqui no Rio nos clubes sindicais, e nos clubes locais, contamos um bom número de simpatizantes. Em Santos somente existe o comitê provisório, sendo bastante necessário enviarmos para lá um instructor, pelas razões de dificuldades financeiras, (como já citamos) ainda não pudemos enviar um da Comissão Nacional de Esportes para esse fim. No Rio Grande do Sul, existe somente um jovem que é o Secretário Geral contando também um número de simpatizantes que o auxiliam.

O movimento esportivo sindical, aqui no Rio, é bom contamos oito clubes que aguardam a palavra de ordem da Federação. Muitos são os clubes de oficinas, fábricas, uzinas etc.. Uma grande parte está com dirigentes pequenos burguezes e com o patronato, esperamos o desenvolver da Federação para arrastal-os. porque uma boa parte dos jogadores são sócios dos sindicatos.³⁸³

Como semelhante análise só se realizaria em 1935, essa carta mereceu uma longa citação porque é expressão de um momento singular na Federação. A sua peculiaridade está na riqueza dos dados e no tom otimista (mesmo que contido) das realizações e promessas da Federação. Apesar das contrariedades (repressão, falta de recursos financeiros e teóricos, etc), a JC contabilizou vinte clubes no Rio de Janeiro e onze no Rio Grande do Sul, além dos chamados “simpatizantes”, clubes sindicais e de bairro. Esse dois fatores expressam, em alguma medida, que esse era um momento, se não positivo, ao menos de crescimento para a Federação, no qual ela avaliou os resultados de dois anos de trabalho acumulado e, pela primeira vez, os publicou em documento timbrado da Federação dos Esportes Proletários do Rio de Janeiro (FEPRJ) para conhecimento das instâncias internacionais do movimento comunista. Pelos acontecimentos que seguem após 1929/30, tal carta talvez seja mesmo, como arrisca Santos³⁸⁴, o ponto máximo da organização dos esportes que chegaram os comunistas no Brasil.

Ainda em outubro de 1929 aconteceu o 2º Pleno do Comitê Central da FJCB, na sequência do 3º Pleno do PCB, que, na esteira do entusiasmo das conquistas da Federação, trouxe grandes expectativas de novas adesões. Esse Pleno, cumprindo uma importante função política, qual seja, “[...] de organizar a Federação numa hora extraordinariamente séria para a vida do Partido decorrente das tensões colocadas para a cena política brasileira”,³⁸⁵ lançou uma palavra de ordem:

[...] fortificação do trabalho de base e um intenso recrutamento concretizado na palavra de ordem: **mil aderentes até 1 de janeiro de 1930**. Claro está que esta palavra de ordem não manifesta apenas a nossa vontade de aumentar os efectivos

³⁸³ CARTA..., 1929.

³⁸⁴ SANTOS, 2000.

³⁸⁵ CIRCULAR sobre o 2º pleno da Federação da Juventude Comunista do Brasil, 25 out. 1929.

da nossa organização nem apenas a necessidade de fazel-o, mas também a existência de condições concretas que o permitem.³⁸⁶

O ano de 1929 foi um período de crise e de tensões internas para o PCB, em que o debate sobre os “desvios de direita” começou a aparecer nos documentos da JC, mas a Federação não recuou e se propôs metas ambiciosas. Foi preciso tomar medidas de acordo com a demanda da situação. Assim, a Comissão de Organização do Pleno atribuiu tarefas a cada região e zona, visando fortalecer a Federação para uma futura radicalização das disputas. Sendo a tarefa grandiosa, os trabalhos esportivos realizados até então foram avaliados com esse parâmetro e deste modo:

[...] fizeram várias críticas ao trabalho esportivo que vinha sendo feito, trabalho de superfície sem instruir as cellulas de como se deve realizar o trabalho desportivo de base isto é de formação e de penetração nos pequenos clubes de esquina. As decisões do nosso 1º congresso devem ser cumpridas principalmente a palavra de ordem de Confederação Nacional do Desporto Proletario para meados de 1930 isto é, pouco antes da realização da Spartakiada Latino-Americana. Todas as regiões e zonas devem ter como a mais importante tarefa de organização de massa da juventude das fabricas e principalmente dos campos a organização da Federação Regional Desportiva.³⁸⁷

O que se nota nos trabalhos esportivos da FJCB no final do ano de 1929 é a ênfase no trabalho de base, ou seja, na mobilização dos clubes de bairro, “de esquina”, já que a Confederação Nacional do Desporto Proletário ainda não se havia constituído. As condições de possibilidade para a concretização dos objetivos traçados pela FJCB nesse momento fixaram-se em dois pontos/argumentos: na fórmula, que veremos muitas vezes repetida nos documentos, de que a miséria e a situação de tensão política em que se achavam o proletariado e, em especial, a juventude inspiravam um movimento revolucionário; e na disposição natural da juventude para o esporte. O projeto de proletarização do esporte englobou os dois argumentos.

A partir de 1930, já podemos observar nos documentos da JC que a palavra de ordem de “proletarizar o partido” havia alcançado a Federação da JC. Tratava-se da política de classe contra classe (proletariado contra burguesia) colocada em 1928 pela IC em detrimento da Frente Única, que antes foi concebida como um movimento de ampla agitação das massas, mas se tornou sinônimo de política de aliança com a pequena burguesia. Essa linha de classe

³⁸⁶ CIRCULAR..., 1929. Grifo original.

³⁸⁷ Ibid.

do movimento comunista “que desde o começo foi mal entendida”, segundo Basbaum,³⁸⁸ em seu livro de memórias, contribuiu para reafirmar o uso pragmático do esporte dentro da FJC, que privilegiava, de acordo com Santos,³⁸⁹ o contexto no qual as atividades esportivas aconteciam: faziam algumas restrições ao esporte relacionadas aos condicionantes externos: preocupava-os o clube que os operários freqüentavam e quem o dirigia, não importando a prática em si.

Esse movimento de proletarização do Partido, da Federação e do esporte deveria, portanto, aproveitar o clima de radicalização das lutas operárias e, sobretudo, reforçar os argumentos que atrelavam esporte e juventude. Esse foi um momento em que a FJC fez uma aposta alta e, por que não arriscada, no poder de o esporte agregar jovens nas fileiras da Federação. Nesse empreendimento, o Bureau Político da IJC lançou suas resoluções para a FJCB em 1932. O esporte proletário apareceu nesse documento como um elemento aglutinador, como um elemento ideal para reunir os jovens para a luta política do partido e da FJCB. Estava definida, assim, a estratégia de uso do esporte:

Creando o movimento da juventude nas fabricas, venceremos os obstaculos da reacção e organizaremos nossas secções juvenis nos syndicatos mais importantes. Além disso, devendo procurar formas auxiliares de trabalho que nos permittam manter as ligações orgânicas permanentes com as amplas massas. Dahi decorre a necessidade de utilizar amplamente as formas de trabalho desportivos e culturaes desenvolvidas por fabricas e localidades.³⁹⁰

Foi preciso criar estratégias de permanência dos jovens nos quadros da Federação. Para a JC, a situação de crise da economia brasileira pressionou o jogo político e o proletariado, tornando mais aguda a sua difícil condição de vida e “Essa situação de miséria [era] a condição subjetiva de uma nova explosão revolucionária, para onde caminhamos levados pela grave crise por que atravessa o Brasil”.³⁹¹ Para o Bureau Sul-Americano, a radicalização das massas era consequência natural do seu grau de miséria e opressão e deveria interessar à Federação da Juventude Comunista o desenvolvimento da radicalização e o aceleração do seu ritmo.³⁹²

³⁸⁸ BASBAUM, 1976. p. 75.

³⁸⁹ SANTOS, 2000.

³⁹⁰ TESE..., sem data. p.40.

³⁹¹ RELATÓRIO Geral da Federação da Juventude Comunista do Brasil, 13 jan. 1930. p. 1.

³⁹² TESE..., sem data. p.16

Para a Federação, as primeiras medidas concretas visando a sua proletarização consistiram nas decisões da VI Conferência Regional do Rio de Janeiro, ocorrida em dezembro de 1930. O Boletim do Comitê Central da FJCB, Pery, em artigo intitulado *Pela unificação da FJC*, afirmou que essa conferência foi um

[...] passo dado pela federação da juventude comunista contra a ideologia pequeno burguesa que vinha impedindo a proletarização, a independência de toda influencia pequeno-burguesa, para transformar a nossa federação em uma federação de classe e de massa, fazendo entrar para as nossas fileiras os jovens mais explorados [...].³⁹³

A linha de ação que privilegiava uma “viravolta” nas ações do FJC incluía uma adaptação das atividades da Federação à mentalidade juvenil, por isso o apelo à natural disposição da juventude para o esporte:

A juventude em geral sente natural e grande entusiasmo pelos esportes: é próprio de sua idade é seu direito. Devemos utilizar estas circunstancias para trazê-lo para o nosso campo de ação, isto é, para o campo de luta contra o semi-feudalismo, contra o imperialismo, de luta contra o capitalismo.³⁹⁴

Isso não foi exatamente uma novidade, mas a Federação foi ganhando muita força no decorrer dos anos de 1930. Após a Circular do 2º pleno do Comitê Central da FJCB (1929), onde estava estabelecido o objetivo de participar da Spartakiada no Uruguai, participação para o qual o trabalho esportivo ainda era deficiente, a FJCB iniciou uma tarefa de recuperação. Esse conjunto de tarefas, publicado no Boletim do Comitê Central da FJCB,³⁹⁵ dizia ser preciso: fortalecer os quadros dirigentes, separar o proletariado das demais classes, realizando uma audaciosa proletarização dos seus quadros por meio de uma autocrítica sincera, e combater fortemente todos os elementos e tendências estranhas ao proletariado dentro da Federação. E privilegiou ainda ações, como orientar a atividade em torno das questões atrativas para os jovens (luta econômica, educação e distração); desenvolver o do trabalho esportivo, formar facções nos clubes operários, organizar as federações esportivas regionais e preparar a FNEP.

Pelo que se nota, a FNEP, após quase dois anos do lançamento do comitê de apoio à sua construção, ainda não saíra do papel. As demandas políticas internas e externas ao PCB e À FJCB pressionaram, cada vez mais, a radicalização da luta política que, por sua vez, exigiu a concretização dos planos de mobilização do proletariado brasileiro. Em um momento

³⁹³ PERY. *Pela unificação da JC. Boletim Interno da Federação da Juventude Comunista*, n. 3, p. 4, fev. 1931.

³⁹⁴ RESOLUÇÃO..., sem data, p. 2.

³⁹⁵ SITUAÇÃO e tarefas da Federação. *Boletim da Federação da Juventude Comunista*, n. 1, p. 5, out. 1930

decisivo, a FJCB adotou, então, a atitude de reavaliar as estratégias até aquele instante empregadas e entrou em um complexo jogo de apontamento de falhas e erros, o que levará a decisões inflexíveis.

3.2 DIFICULDADES: OS OBSTÁCULOS E O ESFORÇO DE SUPERÁ-LOS

Em todas as principais cidades existe grande quantidade de pequenos clubes que agrupam grandes massas operárias juvenis que a burguesia, graças a nossa passividade, controla.³⁹⁶

A partir de 1930, a FJCB, segundo seus documentos, começou a dar sinais de grande instabilidade, desorganização e graves tensões ideológicas. Como veremos, a invasão da polícia e destruição de documentos, a política do *obreirismo*³⁹⁷ e a repressão foram golpes que desestruturaram o projeto de expansão e desenvolvimento da FJCB e que, conseqüentemente, impediram o avanço da FNEP.

Em janeiro de 1930, a FJCB enviou uma carta ao Secretariado Sul-Americano da IJC, relatando a situação da Federação e do trabalho esportivo, e informou: “De uma maneira geral o nosso trabalho, como o do Partido, passou por uma phase de perigosa passividade. [...] Foi o que se deu por exemplo na nossa Fed[eração], onde também soffremos da mesma passividade”.³⁹⁸ Especificamente para o terreno esportivo a situação foi a seguinte:

[...] apesar das grandes possibilidades que a situação offerece, no Rio pouco temos feito. No RG Sul, elle se está fazendo melhorar assim com em outras Zonas como Campos, Victória etc. Vamos tentar reabrir o Centro de Jovens, porem melhorado, organisando pequenas succursaes nos bairros operarios em vez de uma sede no Centro da cidade como era antes. Dessa maneiras elles offerecem grandes possibilidades.³⁹⁹

Se até o ano de 1929, a JC conheceu o crescimento mergulhada em um intenso ritmo de trabalho, temos, então, no início do ano de 1930, passado um ano do 1º Congresso da JC, uma

³⁹⁶ RESOLUÇÃO..., sem data. p. 2

³⁹⁷ Assim chamava-se a radicalização da política determinada pelo VI Congresso da IC que, no plano da organização interna do Partido, promoveu militantes de origem operária para cargos de direção rejeitando os intelectuais de origem burguesa.

³⁹⁸ CARTA da Federação da Juventude Comunista do Brasil ao Secretariado Sul-Americano da Internacional da Juventude Comunista, 3 jan. 1930.

³⁹⁹ Ibid.

situação ambígua na qual, por um lado, prevalecia a incapacidade, a inadequação das formas de trabalho, mas, por outro, persistiam as afirmações de que o momento era favorável e os relatos, otimistas, no sentido de recuperar o trabalho fracassado. Era o caso do Centro de Jovens Proletários, que não vingou, mas ainda havia esperanças do seu crescimento. A avaliação dos comunistas era que a FJC estava falhando, pois, apesar das possibilidades, pouco tinha sido feito.⁴⁰⁰

Essa situação arrastou-se durante o ano. Ainda em janeiro, Leôncio Basbaum, agora como representante do Partido na JC, redigiu o Relatório Geral,⁴⁰¹ afirmando que a situação de miséria da juventude era a condição fundamental para a explosão revolucionária e, tal como o documento anterior, isso constituía uma das grandes possibilidades que a JC não estaria sabendo aproveitar. Segundo esse Relatório Geral, o crescimento da JC foi de sessenta membros em junho de 1928 para trezentos aderentes em outubro de 1929.

A situação do país, a radicalização das massas, os ensinamentos trazidos do V Congresso [da IJC em 1928], o estudo das nossas condições e o traçamento de tarefas concretas feito no nosso 1º Congresso, transformaram por completo a nossa organização em pouco mais de um ano.⁴⁰²

Decerto transformou, haja vista a existência de células da JC funcionando no Rio de Janeiro, em Petrópolis, Niterói, São Paulo, Santos, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Batatais, Campos, Porto Alegre, Vitória, Recife, Fortaleza, entre outras cidades. Mas, como o momento remetia à avaliação do trabalho construído até então, o Relatório Geral deteve-se em dissertar sobre as possibilidade e dificuldades da Federação, especialmente sobre a eficácia do trabalho de massas e do trabalho esportivo, que eram ineficientes, mas sempre passíveis de melhoria. As palavras de ordem e de retomada dos trabalhos foram seguidas por avaliações lamentosas, relato de obstáculos e pedidos de ajuda. O que caracterizou esse momento foi a avaliação sistemática das dificuldades e erros que a FJC cometeu (acompanhadas de metas de recuperação do trabalho perdido) e que concorreram para a ineficiência ou o fracasso da mobilização da massa juvenil.

Os pontos analisados no Relatório Geral de 1930 foram: I) situação geral da classe trabalhadora e da juventude proletária, II) organização, III) composição social e IV)

⁴⁰⁰ CARTA..., 1930.

⁴⁰¹ RELATÓRIO Geral da Federação da Juventude Comunista do Brasil, 13 Jan. 1930.

⁴⁰² Ibid.

possibilidades e dificuldades. Foi justamente neste último tópico que a questão esportiva foi tratada, ou seja, confirmou-se a dualidade do momento vivido pela Federação.

O esporte, assim, figurou como uma possibilidade. Ele foi “[...] para nós, na ilegalidade que nos encontramos, um dos melhores meios de organização da juventude trabalhadora”.⁴⁰³ O relator afirmava: “[seria possível] fazer dentro 6 ou 7 mezes um bom trabalho [...]. Uma actividade bem desenvolvida e conseguiremos nosso objectivo. Mas as dificuldades de ordem technica e econômica difficultam o nosso trabalho”.⁴⁰⁴ As dificuldades a que o documento se referia eram a apreensão do material da FJCB pela polícia (principal motivo pelo atraso do trabalho), a precária comunicação com o *Sportintentr* (IVS), o atraso na fundação da FNEP e a falta de recursos financeiros. Apesar disso, o esporte era o único elemento de coesão nesse momento de adversidade.

Essa instabilidade do momento quase fez a Federação sucumbir diante de tantos problemas. Poucos meses depois do Relatório Geral, o documento intitulado *Situacion de la Juventud Proletaria del Brazil*⁴⁰⁵ tratou, detidamente, sobre a Federação Esportiva do Rio de Janeiro e trouxe informações pouco animadoras sobre o trabalho esportivo. De acordo com o documento, fazia mais de um ano que se haviam iniciado os trabalhos para a criação da Federação Regional, mas até então pouco tinha sido realizado. Quanto ao esporte em si, apesar dos esforços acumulados, muitos obstáculos surgiram, pois, para a regularização do estatuto e dos campeonatos, era preciso enfrentar a burocracia e pagar 200.000 réis. Metade desse dinheiro foi arrecadada pela Federação e outra metade ficou por conta do Partido, mesmo assim ela existiu unicamente no papel, ironizou o documento.⁴⁰⁶

Sobre as diversas federações esportivas, o documento diz que a de Santos fechara sem que se conhecessem as razões, mas, em Vitória, Rio Grande do Sul e Campos, havia bons trabalhos. Em São Paulo, Sertãozinho, Ribeirão Preto e Petrópolis nada estaria sendo feito no terreno esportivo.⁴⁰⁷ Diante dessa situação, o PCB foi acusado porque, nas células do Partido, não havia encarregado esportivo, não havia trabalhos práticos, nem discussão das questões

⁴⁰³ RELATÓRIO ..., 1930, p. 3.

⁴⁰⁴ Ibid.

⁴⁰⁵ SITUACION de la Juventud Proletaria del Brazil, sem data. Apesar de não ser datado, há evidências de que seja de meados de 1930, porque faz menção ao desejo de participação na Spartakiada Latino-Americana realizada naquele ano no Uruguai.

⁴⁰⁶ Ibid.

⁴⁰⁷ Ibid.

esportivas, “constituindo umas das grandes falhas do nosso trabalho esportivo”.⁴⁰⁸ Outro dado pertinente foi o abandono de cargo do encarregado esportivo da FCJ, que saíra⁴⁰⁹ da Federação e ainda não fora substituído. Mesmo assim, pensou-se em rearticular os trabalhos esportivos, onde já havia alguma coisa, para uma “boa representação” na *Spartakiada* no Uruguai.⁴¹⁰ A partir desse ponto, os problemas tomaram conta da FCJ.

Um mês antes da *Spartakiada* Latino-Americana, Casemiro (membro do PCB que estava na Rússia), em 19 de setembro de 1930, escreveu uma carta ao Brasil reclamando da falta de informações e comunicação sobre o trabalho juvenil brasileiro. Somente com a chegada de Russildo (enviado a Moscou para a escola leninista) e Americo Ledo (Astrogildo Pereira) ele soube do movimento da JC. Na carta, o autor dizia: “[...] já é tempo de acabarmos com esse regionalismo que todavia domina nossas fileiras, Necessitamos de trabalhar em estreita colaboração com o KIM [IJC]. Em nada aproveita a moléstia da estreiteza nacional de que ainda sofremos infelizmente”.⁴¹¹ Tocou ainda em vários problemas que permeavam a FJC e que estavam presentes em vários outros documentos ao longo do funcionamento da Federação. Parece ter havido uma denúncia de que a FJC não estava seguindo uma das características elementares da organização comunista, a internacionalização. Esse apelo à internacionalização pode ser entendido pelo fato de o Brasil não se ter preparado para as Olimpíadas operárias que aconteceriam no mês seguinte e que representariam uma boa oportunidade para fortalecer as relações internacionais entre comunistas latino-americanos, o que, para o autor da carta, seria uma maneira de afastar desvios e oportunistas da Federação. Parece que Casemiro repetia a crítica que tinha sido feita havia um ano no 2º Pleno do Comitê Central da FJCB, em 1929:

[...] são nos momentos mais decisivos da luta que se acentuam os graves desvios que tendem a perturbar a marcha revolucionária; entretanto esses desvios ainda não constituem verdadeiras correntes, mas seria perigoso se incorressemos no grave erro de, se pelo fato de não estarem ainda concretizadas em correntes, nós os desprezásemos.⁴¹²

Ainda em 1930, o Boletim Interno da FJCB de outubro trouxe a notícia de que a Federação da JC do Rio de Janeiro faria a sua VI Conferência Regional na qual seriam discutidos vários

⁴⁰⁸ SITUACION de la Juventud Proletaria del Brazil, sem data.

⁴⁰⁹ O documento deixa impreciso se foi de fato abandono ou isso se deve a viagem de Russildo Guimarães para a Rússia e a não re-ocupação do cargo.

⁴¹⁰ SITUACION..., op. cit. Nota 405.

⁴¹¹ CARTA DE CASEMIRO à Federação da Juventude Comunista do Brasil, 19 set. 1930.

⁴¹² CIRCULAR..., 1929.

assuntos baseados nas críticas e resoluções do Secretariado Sul-Americano e da IJC.⁴¹³ A Conferência deveria tomar resoluções concretas sobre as tarefas das células, orientar as atividades nas fábricas, conquistar as massas juvenis com a palavra de ordem (luta, educação e distração) e combater todas as tendências oportunistas de resistência à linha de classe da Federação, que foi de colocar operários nos cargos de direção. Obviamente estava em pauta também “[...] orientar todo o trabalho para as organizações intermediárias, principalmente, organizações esportivas, formando-se fortes núcleos comunistas e aumentando nossa influência”.⁴¹⁴ Tal preocupação teve uma origem exata: as organizações esportivas burguesas que congregavam grandes massas juvenis.⁴¹⁵ A partir desse período, o tom dos artigos começou a tomar um caráter de conclamação. Foi preciso a todo custo retomar o trabalho esportivo e colocar na ordem do dia a agregação da juventude proletária espalhada pelos clubes burgueses.

As resoluções do Comitê Central ampliado, publicadas pelo Boletim n. 1 da Federação, deliberaram tarefas para a FJC no artigo intitulado *Situação e Tarefas da Federação*, onde encontramos uma avaliação dos trabalhos da FJCB dividida em sete tópicos.⁴¹⁶ Interessa-nos aqui apresentar e discutir os tópicos II, III, IV, que tratam das dificuldades enfrentadas pela FJCB para implementação do trabalho esportivo. Ainda que a citação seja longa, vale a pena transcrevê-la, porque ela é expressão daquele momento em que a Federação da JC, imbuída no clima de radicalização, apostava em um conjunto de medidas para se reorganizar. O artigo apresenta que:

II) Até o presente momento, mesmo quando o nosso efetivo e nosso aparelho orgânico se acham em regular desenvolvimento, a nossa federação nunca cumpriu o seu verdadeiro papel e nem realizou suas verdadeiras tarefas.

A federação refletia os erros políticos e orgânicos do Partido.

a) influência da pequena burguesia, em todos os seus quadros, principalmente os dirigentes;

b) falta de uma política justa para a conquista das largas massas exploradas;

c) composição social dos operários melhor pagos, não atingindo as camadas mais miseráveis da população;

II) Afora essas falhas a federação tem toda uma série de erros fundamentais próprios:

1) incompreensão do verdadeiro carácter da federação como organização das largas massas juvenis exploradas, conduzindo-as, por meio de quadro dirigentes suficientemente fortes, sob a linha do Partido.

2) Incapacidade de trabalho entre as massas juvenis, Não temos sabido organizar pequenas organizações intermediárias nas fábricas, nos bairros operários, etc.

⁴¹³ VI CONFERÊNCIA regional. *Boletim da Federação da Juventude Comunista*, n. 1, p. 1, out. 1930.

⁴¹⁴ Ibid.

⁴¹⁵ Ibid.

⁴¹⁶ SITUAÇÃO..., 1930. p.4.

Egualmente não temos sabido mobilizar as massas juvenis pelas suas organizações, tomando atitudes verdadeiramente passivas frente a reação policial contra ellas, como nos casos dos Centros de Jovens, faz Federações Esportivas

No trabalho esportivo, depois de perdermos tempo e energias em um trabalho burocrático, não pudemos fortalecer a nossa influencia em todos os clubs e na propria federação sportiva, realizando um verdadeiro trabalho de conquista de massas. Todos esses factos permittiram a rápida desorganização de nossas organizações sportivas.

No trabalho syndical, apesar das varias organizações dirigidas pelo partido, não temos sabido organizar secções juvenis com base nas fabricas, que representa a falta de um trabalho pelas lutas econômicas dos jovens [...].

3) subestimação do trabalho de formação de facções nas organizações de caracter burguez contendo jovens operarios, e que são elementos do aparato burguez para a conquista de massas operarias juvenis. [...]

IV) a influencia pequeno burguesa sobre a Federação, tem tido papel fundamental em nossa orientação. Essa influencia se caracteriza:

a) desenvolvimento de nosso trabalho em tarefas apenas de agitação, desligado do trabalho de organização;

b) educação restricta a um pequeno grupo de camaradas, principalmente intellectuaes [...]

c) incapacidade de organizar e dirigir as lutas econômicas e políticas das massas juvenis [...]

d) passividade da direção frente as attividades opportunistas e as theorias menchevistas de vários camaradas.⁴¹⁷

Esse tipo de avaliação foi ainda repetido nos boletins de número 2 e 3, respectivamente dezembro de 1930 e fevereiro de 1931. Ficou estabelecido, então, o momento mais radical das avaliações e atitudes tomadas pelas FJCB, quando ela levou a cabo as medidas já implementadas no Partido embasadas no *obreirismo*. O que é importante destacar é que esse discurso, segundo a FJCB, fazia parte de um movimento chamado de “viravolta”⁴¹⁸ da Federação da JC que consistia na *proletarização* do partido, na *expulsão de elementos desviantes* e, conseqüentemente, na *extinção do sectarismo*. Esse momento levou a Federação a afirmar a “[...] completa desorganização das federações esportivas proletárias”⁴¹⁹, o que poderia ser até verdade se entendermos que as federações a que o autor se referia eram aquelas “genuinamente operárias”, idealizadas sob a tarefa de convocar as massas operárias juvenis em torno do ideal inflexível do esporte proletário e da educação política.

O ano de 1930 findou com o Boletim Interno do Comitê Central da FJCB n. 2, em dezembro, publicando diretivas para a implantação da “viravolta” do movimento da Federação da JC e questionando: “*Como garantir a linha firme e única de classe do Partido em uma*

⁴¹⁷ SITUAÇÃO..., 1930. p. 5. Grifo nosso

⁴¹⁸ RESOLUÇÃO DO COMITÊ Central Ampliado da Federação da Juventude Comunista sobre as tarefas do Partido Comunista Situação. *Boletim da Federação da Juventude Comunista*, n. 1, outubro de 1930, p.3.

⁴¹⁹ SITUAÇÃO..., 1930. p.4.

organização de mais variadas tendências revolucionárias como a Fed. Da JC?”⁴²⁰ O artigo *Pela proletarização de nossa federação* diagnosticou que fatores como a “[...] falta de quadros proletários capazes na direção, a incompreensão da necessidade do trabalho de conquista das massas juvenis por métodos próprios, mais vastos e mais amplos e o caráter de grupo propagandista e sectarista”⁴²¹ eram problemas da Federação “[...] frente as tarefas enormes e urgentes que [impunham] a situação objetiva das massas”.

Para resolver essa situação o CC iniciou, como tarefa central, a luta pela linha de classe⁴²² de nossa Federação, que tem sido um linha de tendencias oportunistas menchevistas e prestistas de toda espécie, que tem impedido a unificação e a solidificação de quadros proletários firmes. Uma proletarização audaciosa de toda a direção, uma proletarização orgânica e política, que de ser feita:

- a) discussão e crítica enérgica sobre os erros e as tendencias pequeno-burguesas da antiga direção.
- b) Proletarização audaciosa de todos os quadros dirigentes depois de uma auto crítica enérgica
- c) Discussão ampla em toda a base da federação, de todas as theories estranhas a nossa linha de classe, excetuando de nossas fileiras os representantes dessas tendencias [...].⁴²³

No início, a política de proletarização no Brasil tinha apenas um sentido romântico, segundo Basbaum,⁴²⁴ significando abandonar hábitos burgueses. Entretanto, continua o autor, a partir de 1930, essa política que pregava “menos intelectuais na direção do Partido”⁴²⁵ configurou-se num temível desvio, o obreirismo. Basbaum explica:

A proletarização era, em suma, dar ao Partido Comunista, que era um partido do proletariado, uma ideologia proletária, o que se devia conseguir por dois meios principais: 1) atrair para o Partido, *principalmente*, operários [...] 2) levar-lhes a ‘teoria revolucionária’ [...].

O obreirismo era apenas um ‘desvio’, uma incompreensão da proletarização, o desprezo pelos aliados de classe, sobretudo pelos intelectuais, o endeusamento do operário, em vez de lutar pela hegemonia do proletariado, copiar os modos de vida e comportamento dos operários, principalmente os mais atrasados do ponto de vista político.⁴²⁶

Nessa época, já haviam sido expulsos o próprio Leôncio, Fernando Mangabeira, os irmãos Raul e Manuel Karacik, Benigno Fernandes Rodrigues, entre outros colaboradores e

⁴²⁰ ÁLVARO, 1930, p. 3. Grifo Original.

⁴²¹ PELA PROLETARIZAÇÃO de nossa federação. *Boletim da Federação da Juventude Comunista*, n. 2, p. 1, dezembro de 1930.

⁴²² Esse momento pelo qual passava a FJC resultou, como veremos posteriormente, na expulsão de alguns membros da Federação que compuseram o quadro diretório inicial e também na imposição de um outro ritmo de trabalho chamado de “viravolta”.

⁴²³ PELA PROLETARIZAÇÃO..., 1930, p. 1.

⁴²⁴ BASBAUM, 1976, p. 75.

⁴²⁵ *Ibid.*, p. 76.

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 94.

dirigentes da FJCB, chamados de “pequenos burgueses intelectuais”, em função da política obreirista. O mal-estar foi tal que o Boletim se viu na tarefa de publicar as novas tarefas da Federação:

Necessitamos de um serio trabalho de educação que nos permita a formação de quadros e de uma ideologia politica de classe, capaz de compreender e aplicar a linha política do Partido. Tanto o combate às tendencias extranhas à nossa classista como a dominação de uma direcção proletária forte, têm de ser o resultado uma intensa educação interna, acompanhada de uma discussão seria contra os companheiros que representam esses desvios, incompatíveis com a viravolta indicada pela IJC. [...]

É necessário que ella [política de proletarização] seja intimamente ligada com o trabalho pratico a realizar: combate ao sectarismo, recrutamento intenso nas grandes fábricas [...]. Trabalho nas organizações auxiliares: escola de bairros, clubs esportivos [...] formação de facções adversárias: escotismo, clubs patronaes [...].⁴²⁷

Outro artigo do Boletim n.2 endossou:

O cumprimento dessas tarefas deve ser feito com a mais séria discussão em todas as questões, permitirá que saiamos do terreno estreito do grupo sectarista propagandista em que nos encontramos para o vasto campo de organização revolucionária das massas juvenis exploradas, garantindo ao mesmo tempo sua condição na linha classista, proletaria, revolucionária do Partido Comunista e da IC.⁴²⁸

O Boletim n. 3 da FJCB de 1931 seguia listando as causas da desorganização da Federação e as dificuldades de trabalho e, mais uma vez, afirmava, e com mais veemência: “[...] é preciso prosseguir com a máxima violência a luta contra os desvios pequenos burgueses porque isso está freando a marcha de nossa Federação para linha de classe e organização de massas”.⁴²⁹ A reunião do Comitê Central ampliado, a Conferência Regional do Rio de Janeiro, as expulsões e a publicação dos boletins constituíram, assim, as primeiras diretivas para a reestruturação da JC do ponto de vista do obreirismo, ou, como queria a FJCB, “[...] ellas constituíram o primeiro passo para a ‘viravolta’, para a nossa orientação decisiva para as massas juvenis, para o combate de classe”.⁴³⁰

O quadro da FJC era instável, e o ano de 1931 não confirmou bons resultados para as estratégias adotadas. Nesse ano, para Basbaum,⁴³¹ a JC “[...] não crescera muito, mas tinha um

⁴²⁷ PELA PROLETARIZAÇÃO..., 1930. p. 2.

⁴²⁸ ÁLVARO, 1930. p. 3. Grifo do autor.

⁴²⁹ RESOLUÇÃO política da reunião de ativos do Rio de Janeiro. *Boletim Interno da Juventude Comunista*, n. 3, fevereiro de 1931, p. 2.

⁴³⁰ RESOLUÇÃO..., 1931, p. 2

⁴³¹ BASBAUM, 1976, p. 93.

bom quadro de militantes fiéis e combativos, a maioria, como sempre, de jovens operários, mas uma percentagem, maior do que antes, de estudantes”. Para o PCB esse era problema: “[...] o trabalho era dificultado, por ser na sua maioria dirigido por estudantes”.⁴³² A Federação publicava as falhas e debilidades que já vinha denunciando. Os documentos falavam: “[...] não conseguimos vencer o sectarismo existente em nossas fileiras”,⁴³³ “[...] continua a dominar na base uma corrente de ideologia pequeno burguesa”,⁴³⁴ “[...] a falta de segurança ideológica permite vacilações e ações perigosas”,⁴³⁵ “[...] esporte burguês conquista e deturpa a juventude operária”,⁴³⁶ “[...] profundas desviações e ilusões de todas a ordem”,⁴³⁷ “[...] clubes operários fracassados por falta de auxílio”.⁴³⁸

Em outras regiões do País onde os comunistas construíram bases políticas, como o Nordeste do Brasil, a situação era ainda pior. O Secretariado político do CC da FJCB publicou as resoluções sobre a Conferência ocorrida na região e suas queixas foram:

A ausência de fortes secções da fed.; a fraqueza ideológica das secções existentes; a ideologia pequeno burguesa até ha bem pouco tempo reinando na própria direção do PC e da Fed determinando a nossa passividade a ausência do campo da luta, teem hoje mais do que nunca as suas conseqüências, que se evidenciam: 1) falta de combatividade e direção das lutas que se desenvolvem; 2) falta de ligação com as camadas fundamentaes do proletariado e dos campos; 3) e finalmente, profundas desviações e illusões de toda ordem.⁴³⁹

O CR de Pernambuco, em carta ao CC da FJCB, enviou o relatório da região, escrevendo sobre o trabalho esportivo: “Existe[m] dois times sobre o nosso controlle, todos dois quase fracassados a falta de auxilio nosso; existe[m] dois sob o controle do PC com os quaes não temos nenhuma ligação”.⁴⁴⁰ E concluiu: “A falta de iniciativa é o grande mal entre nós, isto se verifica tanto na base como até mesmo na direção”.⁴⁴¹ Dois meses depois, a comunicação entre o CR de Pernambuco e o CC da FJCB piorou e o resultado foi assim manifestado:

[...] temos despresado ultimamente o trabalho sportivo. Até o Pioneiros fundado por nós está completamente desorganizado; o 1º de Maio fundado pelo departamento

⁴³² SOBRE A JUVENTUDE ..., 1929.

⁴³³ RESOLUÇÃO ..., 1931, p. 2.

⁴³⁴ Ibid.

⁴³⁵ Ibid.

⁴³⁶ RESOLUÇÃO sobre a Conferencia Nordeste e Extremo Norte, do Secretariado Político do Comitê Central da FJCB aos camaradas das Regiões Juvenis do Nordeste e extremo Norte do Brasil, 23 jul. 1931.

⁴³⁷ Ibid.

⁴³⁸ CARTA do Comitê Regional de Pernambuco ao CC da FJCB, 11 set. 1931.

⁴³⁹ RESOLUÇÃO, op. cit., p. 2. Nota 463.

⁴⁴⁰ CARTA ..., 11 set. 1931.

⁴⁴¹ Ibid.

juvenil dos panificadores devido a desorganização deste está também desorganizado; em outros clubs nada temos feitos.⁴⁴²

Mas não era possível abandonar o esporte, pois, apesar das adversidades, “não resta[va] dúvida que o movimento esportivo [tinha] para a FJCB uma importância enorme”.⁴⁴³ A Federação lançou, então, um plano concreto de tarefas e, na ordem do dia estava a fundação definitiva da Federação esportiva do Rio de Janeiro (aquela que nunca saíra do papel, segundo o documento “Situation de la Juventude Proletaria del Brazil) e o *reerguimento* da Federação do Rio Grande do Sul (aquela que, em 1929, conseguiu realizar um campeonato de futebol com onze clubes).⁴⁴⁴ O momento não era dos melhores, já que a Federação não estava conseguindo nem mesmo sustentar suas realizações passadas. Não obstante isso, os comunistas não abandonaram o esporte.

O Bureau Sul-Americano da IJC, percebendo que as tensões ideológicas dentro da FJCB em torno dos desvios e do sectarismo eram de extremo perigo para a manutenção da organização, divulgou suas resoluções à FJCB na tentativa de restabelecê-la. Chamados de “sectarismo criminoso”,⁴⁴⁵ de “canoro imortal dentro das organizações juvenis”⁴⁴⁶ e de “velha enfermidade”,⁴⁴⁷ esses graves problemas, que no terreno esportivo tinham causado grandes perturbações e que durariam até 1935, foram intensamente discutidos pelo Bureau e pelo 2º Pleno do CC da FJCB, ambos publicados em 1932.⁴⁴⁸

As Teses do Bureau Sul-Americano da IJC continham, como o documento anuncia, a análise dos principais erros, desvios e fraquezas da Federação e por isso as teses foram destinadas a cada região e a cada membro da Federação para que se realizassem em cada comitê regional, zona, célula e na própria massas uma ampla discussão sobre as teses, sugerindo a elaboração de um plano concreto para cada região. Dentro desse clima de impulso à transformação foi

⁴⁴² CARTA ..., 11 set. 1931.

⁴⁴³ TESE..., sem data. p. 46.

⁴⁴⁴ PLANO CONCRETO de tarefas para a federação no período de 2 meses. *Boletim Interno da Juventude Comunista*, n. 3, p. 2, fev. 1931.

⁴⁴⁵ CARTA do Comitê Regional de Pernambuco ao CC da FJCB, 9 nov. 1931.

⁴⁴⁶ CARTA do Comitê Regional de Pernambuco ao CC da FJCB, 7 nov. 1932.

⁴⁴⁷ SOUZA. A região do Rio. *Boletim da FJCB*, n 1, p. 7, abr. 1935.

⁴⁴⁸ Embora a tese do Bureau Político não estar datada, ela está registrada no Centro de Memória da Unesp na data de maio de 1932. Já na coleção Internacional Comunista do Arquivo Edgard Leuenroth, organizada em ordem cronológica, ele aparece no final da seqüência de documento do ano de 1931. A resolução do 2º pleno do CC da FJCB também não é datada, mas a menção à guerra interna de 3 meses (revolução Constitucionalista de 1932) e à realização das olimpíadas de Los Angeles (junho de 1932) localizam esse documento a partir de setembro do ano de 1932.

lançada a palavra de ordem “abaixo o sectarismo”.⁴⁴⁹ O Bureau não se limitou a destacar a importância do movimento esportivo para a organização da FJCB e as possibilidades que ele oferecia de formas de trabalho ilegal entre as massas (o mesmo argumento presente no relatório geral da FJCB em 1930); ele realizou uma autocrítica, afirmando a necessidade de conquistar a juventude dentro dos clubes burgueses que exploravam os jovens através da militarização e da mistificação do espetáculo esportivo, e a alertou para a existência de duas tendências opostas que produziam os desvios:

Dois desvios centraes se produzem no movimento esportivo: um que pretende retirar-lhe todo o aspecto politico de classe, para ‘facilitar’ o nosso trabalho entre as massas e, ao mesmo tempo, evitar a repressão policial.

Semelhante tendencia conduz á desfiguração do papel revolucionario de classe que devem desempenhar os clubes operarios. *A Federação da Juventude Commista deve organizar os clubes operarios não só com o intuito de praticar o esporte ou ligar-se simplesmente com as massas, e sim como um meio para que possa estender e organizar o trabalho revolucionario: entre as massas da juventude trabalhadora.* A outra tendencia que se caracteriza no trabalho desportivo é de um conteúdo completamente sectario, que reduz os clubes operarios a pequenos nucleos de jovens completamente desligados das amplas massas.

Esta tendencia luta contra o caracter de massa que devem ter as organizações esportivas operarias e para transformal-a em grupos de jovens escolhidos. [...] A Federação, encarando o trabalho desportivo, deve lutar fortemente contra estas duas tendências de direita e de esquerda que impedem o movimento effectivo do movimento esportivo revolucionario. A F. J. C. tem que crear suas facções em todas as associações esportivas e revolucionarias, *mesmo naquellas organizações adversarias* que contam com as massas de jovens operarios, nas quaes deve organizar o trabalho de opposição, para conquista dessas massas. *A F. J. C. deve concentrar suas forças no terreno desportivo*, em cada cidade, afim de desenvolver alguns clubes como verdadeira organização de massas dos *jovens trabalhadores que sirvam de modelos para toda Federação*, como também *enfocar a organização da Federação dos Esportes Proletarios do Brasil.*⁴⁵⁰

As Teses do Bureau mostravam que a JC do Brasil deveria insistir no poder do esporte para atrair a juventude e fortalecer seus quadros. Foi por esse caminho que o 2º Pleno da CC da FJCB dirigiu suas análises. A sua *Resolução sobre o Trabalho Esportivo*,⁴⁵¹ em certa medida, absorve as críticas do Bureau Sul-Americano, mas, por outro lado, já apontava o desfecho que algumas dessas críticas tomaram. Na análise que o documento fez das *falhas e debilidades do trabalho esportivo* havia duas fundamentais que se aproximavam das teses do Bureau:

Uma é o sectarismo, a outra é o colaboracionismo com adversários no terreno esportivo proletario. Ambas devem ser combatidas energicamente, sem o que não poderá haver esporte proletario de massas”. [O sectarismo produz] [...] uma

⁴⁴⁹ TESE..., sem data. p. 7

⁴⁵⁰ Ibid., p. 46 e 47. Grifo nosso.

⁴⁵¹ RESOLUÇÃO DO 2º PLENO..., sem data. p.1.

tendência geral imperante em nossa Federação Juvenil Comunista de que ‘não podemos nos preocupar com esportes’, de que ‘não podemos organizar a Federação dos Esportes Proletários porque estamos na ilegalidade’[...]’. Outra tendência, não menos perigosa e que deve ser combatida fortemente, é o colaboracionismo com o inimigo. Muitos clubes criados ou conquistados sob nossa influência têm sido perdidos pelo relaxamento dos nossos próprios companheiros, pelo mau trabalho realizado por nossas facções e oposições, porém em grande parte, têm sido perdidos pela *concepção falsa e contra-revolucionária de realizar o esporte pelo esporte* que tira todo o conteúdo proletário e classista do nosso esporte, deixando o campo livre à burguesia e seus agentes para desenvolver sua influência perniciosa sobre o setor juvenil do proletariado e do campesinato.⁴⁵²

Segundo esse documento, o esfacelamento da Federação pela repressão policial, em 1929, impediu a realização de seus trabalhos, resultando nos dois erros apontados: o descaso com o esporte como elemento de educação política e o esporte sem conteúdo de classe. Podemos inferir, então, que os obstáculos que impediam a consolidação do projeto de proletarização do esporte e o estabelecimento de uma Federação dos Esportes Proletários no Brasil, não eram, em primeiro lugar, as dificuldades financeiras, mas, sim, a ausência de quadros preparados para conduzir um trabalho esportivo na adversidade. Como já havia sido apontado em *Situación de la Juventud Comunista del Brazil* “[...] se tivéssemos uma direção no terreno esportivo do Brasil camaradas decididos e dispostos ao sacrifício, há muito que poderíamos ter uma Federação Esportiva Proletária”.⁴⁵³

A Federação continuou apostando no esporte como uma “[...] ampla porta para a conquista da maioria da juventude trabalhadora para a luta de classe”.⁴⁵⁴ Por esse “poderoso agente de influência educativa”⁴⁵⁵ a Federação apelava para a tentativa de preencher uma falha lacunar cada vez maior, a perda de seus jovens para organizações esportivas não proletárias. Por meio do esporte, ela pensava adquirir estreitas ligações com as camadas mais exploradas, um campo imenso de recrutamento de jovens para o seu movimento sindical, e desenvolver uma potente oposição esportiva contra o esporte burguês e patronal.⁴⁵⁶ Mas o momento foi mesmo de contrariedades. De acordo com sua própria avaliação, o esporte burguês teve cada vez mais incremento e aumentou cada vez mais seu caráter mistificador, principalmente sobre os jovens, e tudo isso sob o apoio do Estado que dedicou mais atenção ao esporte aproveitando a necessidade que as massas tinham e sentiam profundamente de se divertir.⁴⁵⁷

⁴⁵² RESOLUÇÃO DO 2º PLENO..., sem data. p.1. Grifo original.

⁴⁵³ SITUACIÓN..., sem data.

⁴⁵⁴ RESOLUÇÃO DO 2º PLENO, op. cit., p.2. Nota 385.

⁴⁵⁵ Ibid. Grifo original.

⁴⁵⁶ Ibid.

⁴⁵⁷ RESOLUÇÃO DO 2º PLENO..., op. cit., p.2. Nota 385.

3.3 DESFECHO: O ERRO DA DISSOLUÇÃO DA FEDERAÇÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Após os esforços presentes nos dois últimos documentos citados, vemos a FJCB caminhar para um desfecho pouco animador após tanto empenho para a organização do esporte e da Juventude Comunista. Em 1933, o *Informe da FJCB para o Secretariado Sul-Americano e do Caribe* relatou que a Federação estava concentrada em três estados principais, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, porque eram centros industriais onde tinham mais forças orgânicas.⁴⁵⁸ Contavam com 300 aderentes ativos e alguns clubes esportivos sob sua direção ou influência nas regiões citadas, embora não tivessem facções organizadas e os clubes fossem relativamente fracos.⁴⁵⁹ Em uma situação bem diferente da do ano de 1929, quando havia vários clubes esportivos a serem unificados sob a futura Federação Esportiva Proletária, agora o relator concluiu: “[...] a federação nunca teve um movimento sportivo organizado sob a base de uma federação nacional de sports proletários”.⁴⁶⁰

Decorrido mais de um ano, em novembro de 1934, o Informe da FJCB ainda avaliava negativamente muitos pontos de trabalho da Federação. Por exemplo, a sua participação nas mobilizações de massas foi considerada “bastante ineficiente”.⁴⁶¹ O estado de desorganização e o caráter sectário de alguns grupos impediram a Federação de avançar. Foi necessária a presença do PCB, que “[...] reagiu com atraso, mas compreendeu a necessidade de intervir auxiliando a FJC, desenvolvendo forte luta ideológica ligada ao trabalho de massa, contra a luta de grupo, pela formação da direção nacional, pela formação de quadros”.⁴⁶²

Foi com essa tática que o PCB interveio na organização da Federação, trazendo da base novos elementos para a direção nacional. Isso, segundo o Informe, melhorou muito o trabalho de levantamento da Federação. A assistência diária do PCB à Federação ajudou a somar alguns números ao Plano Nacional de Trabalho publicado na ocasião do 2º Pleno do CC da FJCB,

⁴⁵⁸ INFORME da FJCB apresentada pelo camarada Arnaldo no Secretariado da América do Sul e Caribe do Comitê Executivo da ICJ, p. 10, 24 mar. 1933.

⁴⁵⁹ Ibid., p. 20.

⁴⁶⁰ Ibid.

⁴⁶¹ INFORME sobre a Federação da Juventude Comunista e na juventude trabalhadora, p. 2, 14 out. 1934..

⁴⁶² Ibid., p. 2

aumentando quase em dobro o número de aderentes ativos.⁴⁶³ Entretanto, no Informe, a única menção ao esporte deu-se no plano de tarefas a realizar, ou seja, o esporte proletário era ainda projeto, algo ainda por fazer.

Com a aproximação do ano de 1935, a Federação novamente começou a transformar-se. A experiência dos anos anteriores mostrou que, quando os comunistas criavam, dirigiam ou influenciavam clubes burgueses ou de outras tendências operárias, esses clubes erroneamente eram transformados numa sede da FJC.⁴⁶⁴ Assim, a Federação foi mudando de tática, trabalhou por intermédio de facções e oposições dentro dos clubes, recrutou jovens para a Federação⁴⁶⁵ e participou ainda mais ativa e diariamente nas organizações adversárias com a tática de Frente Única.⁴⁶⁶ A Federação, após uma rígida direção que preconizou no terreno esportivo um conteúdo de classista, abria-se novamente para as frentes de trabalho além do Partido.

Essas mudanças em 1935 respondiam, em parte, a um apelo internacional de formação de Frentes Populares e também a um novo impulso renovador criado pelo surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), permitindo que o PCB vislumbrasse a tomada de poder pela via insurrecional.⁴⁶⁷ Conseqüentemente, tal entusiasmo estimulou os dirigentes da FJCB, a tentarem mais um investimento na organização juvenil e no poder do esporte de organizá-la e atraí-la. Em abril, um novo boletim da CC da FJCB, indo de encontro ao pessimismo registrado nos últimos tempos, publicou as novas mudanças na região do Rio. Souza, então secretário da JC dessa região, apesar de detalhar problemas sérios que a afetavam, não poupou palavras para celebrar as novas formas de organização e a possibilidade de avançar nas conquistas:

Estudando a psicologia da juventude em geral, notamos 3 questões que interessam diretamente a juventude: a distração, a educação e a luta [...]. E nossa federação não tinha nenhuma dessas características e não interessava a juventude e é essa uma das razões principais de flutuação e da não transformação de nossa federação na organização de massas da juventude.

A Aplicação de novas formas de organização não é uma questão de discussão [...] é uma coisa já aplicada e com ótimos resultados onde a temos em prática.

⁴⁶³ Só por demonstração vamos comparar o crescimento das células nas diferentes regiões. No Rio de Janeiro, em 1932, a FJCB tinha nove células, em 1934, tinha 22. Na cidade de São Paulo, o número de células aumentou de seis para onze, em Pernambuco de seis para doze.

⁴⁶⁴ RESOLUÇÃO DO 2º PLENO..., sem data. p. 2.

⁴⁶⁵ Ibid

⁴⁶⁶ INFORME sobre a Federação da Juventude Comunista e na juventude trabalhadora, p. 6, 14 out. 1934.

⁴⁶⁷ DEL ROIO, 1990.

Em que consistem os novos métodos de organização?

Em primeiro lugar não exigirmos religiosamente as reuniões de assembléias de célula semanalmente. Quando realizamos reuniões, estas serem curtas e concisas e que sirvam para educação dos novos afiliados.

Centralizamos o centro de gravidade do trabalho celular para as organizações de massas: clubs sportivos, associações culturaes, tiros de guerra, associações femininas, clubs recreativos; realizamos pic-nics, festas, etc.

[...] a aplicação de novos métodos juvenis de trabalho, isto é, ligação entre a distração, a educação e a luta dos jovens por suas reivindicações está intimamente ligada a nossa questão central: a formação de uma federação da juventude comunista baseada nos milhares de jovens das cidades e dos campos.⁴⁶⁸

Distração, educação e luta já faziam parte do repertório comunista havia muito, mas agora ele ganhou um sentido mais flexível, mais situacionista, já que até então o movimento de jovens para clubes burgueses ainda era significativo e a palavra de ordem era “Frentes Populares”, empurrando a Federação a associar-se com clubes não operários.

Em junho de 1935, um novo relatório do CC da FJCB dizia que, pela falta de comunicação com as regiões, não foi possível elaborar um relatório que refletisse a situação da Federação. Mesmo assim, o relatório deu conta dos dados sobre todas as suas atividades em diferentes regiões do País onde a avaliação era de poucos resultados, como no caso do Rio de Janeiro.⁴⁶⁹ Observa-se também no Rio de Janeiro, no que diz respeito ao trabalho esportivo, que a Federação tentou retomar algumas atividades, como a União dos Pequenos Clubs (idéia que havia funcionado no passado da Federação com algum sucesso), mas, comparada a outras zonas em atividade, na região do Rio, a sua zona esportiva é a mais fraca.⁴⁷⁰

Em meio a dificuldades, desorganização e novas tentativas de articulação de trabalho na área do esporte, a Federação foi tomada por um novo impulso, quando a ANL dedicou algum esforço para a formação de uma organização juvenil de massas, tendo como base a FJC:

Na Alliança participam dezenas de milhares de jovens, em suas manifestações e comícios, nos directorios e nucleos da Alliança junto com os adultos, e também existem nucleos juvenis da Alliança nas fabricas, escolas, sindicatos, bairros, etc. dos quaes participam jovens de *todas as camadas e tendências*.⁴⁷¹

Assim foi que a FJCB tratou de organizar, ainda para ano de 1935, o Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular, que já contava com o apoio de vários clubes esportivos,

⁴⁶⁸ SOUZA, 1935. p. 7 e 8. Grifo nosso.

⁴⁶⁹ RELATÓRIO do Comitê Central da Federação da Juventude Comunista do Brasil, 5 jun. 1935.

⁴⁷⁰ Ibid., p.6.

⁴⁷¹ RELATÓRIO..., 1935. p. 5; DEL ROIO, 1990, p. 285.

culturais, associações femininas, diretórios estudantis, sindicais, etc.⁴⁷² Além dessa motivação, havia ainda o 6º Congresso da IJC que se realizaria em outubro. O Informe da FJCB enviado ao congresso da IJC representa, talvez, os últimos passos da Federação no Brasil na década de 1930. Nele o relator não vacilou em avaliar os problemas e os próximos passos da Federação na nova perspectiva que se abriu. A conjuntura do ano de 1935 permitiu à FJC, com sua experiência e história acumulada, engendrar mais uma tentativa de aglutinar jovens operários das mais matizadas tendências em torno das causas revolucionárias. Baseando-se nas falhas e debilidades apontadas nas diferentes fases em que viveu e na nova disposição organizacional da IC diante do avanço do fascismo na Europa, a Federação da JC construiu uma análise, ao menos coerente, diante desse novo momento.

As primeiras palavras do Informe já deram um tom realista ao documento. Marques, o relator, escreveu que a Federação da Juventude surgiu em um momento profícuo para a luta de classes no Brasil, entretanto, “[...] ela não conseguiu ainda transformar-se em ampla organização juvenil”⁴⁷³ e as causas fundamentais desse fracasso foram o sectarismo e a incompreensão do caráter de revolução, que impediram um amplo crescimento da JC e [...] em consequência deste sectarismo e incompreensão dos nossos próprios problemas e de uma nova situação que criava em nosso país, nos isolávamos das massas juvenis, reduzindo nossa federação a grupos de jovens comunistas isolados em várias regiões”.⁴⁷⁴

A crueza da realidade fazia a Federação enxergar as lacunas no movimento juvenil deixadas pelas políticas sectárias do Partido. Assim, a motivação para organizar um congresso popular, uma ampla frente nacional, e envolver variadas tendências da juventude “[...] demonstrava na prática que a JC não poderia continuar como grupos sectários isolados destas massas juvenis, portanto estava praticamente plantada a necessidade de nova forma de organização, novos métodos de trabalho [...]” e desse movimento deveria sair a nova organização nacional da juventude.⁴⁷⁵

Esse é o momento em que a Federação teve de responder à pressão de sua própria história. Tal como foi ousada na adoção da *política de classe contra classe*, que no setor esportivo significou ignorar todo o envolvimento que operários construíram com clubes não

⁴⁷² RELATÓRIO do CC da FJCB, 5 jun. 1935. p. 8.

⁴⁷³ INFORME do camarada Marquês no VI congresso da IJC, p. 1, 29 out. 1935.

⁴⁷⁴ Ibid., p. 1.

⁴⁷⁵ Ibid., p. 7.

proletários, a Federação também foi ousada agora quando preparava novas estruturas diretivas baseadas na idéia de Frente Popular. O Informe dizia:

[...] tal organização deve romper de uma vez com o nosso tradicional sectarismo. Essa organização não deverá ser nem sequer uma organização de operários, camponeses e estudantes, e sim, [...] uma organização juvenil popular, que reúna a todos os jovens de todas as tendências políticas ou religiosas que desejam a liberdade, o progresso, o bem estar e a cultura da juventude [...].⁴⁷⁶

O desfecho dessa nova direção caminhava no mesmo sentido das palavras de Souza, secretário do Rio. Para realizar as novas tarefas colocadas pela Federação foi preciso

[...] em primeiro lugar que a nova organização não [...] [tivesse] a mesma estrutura organica que hoje tem a nossa juventude. [...] ella deverá repousar sobre clubs esportivos, recreativos, culturaes, organizações juvenis em escolas, fabricas, fazendas, bairros, quartéis, navios, em clubs juvenis sportivos, culturaes, recreativos, instructivos nos sindicatos, etc. *como uma forma mais atratativa para a permanência dos jovens nos sindicatos – substituindo-se por elles as actuaes sectaríssimas secções syndicaes juvenis existentes.*⁴⁷⁷

É patente a centralidade que o esporte adquiriu nessa nova forma da organização juvenil comunista como elemento que não só aglutinava as diferentes tendências, mas que também as apagava. Em julho de 1935 a ANL foi considerada ilegal e fechou, encerrando, juntamente com ela, todo o clima de expectativa de rearticulação do trabalho esportivo também. O que ocorreu depois disso foi uma nota de esclarecimento, em 1937, no boletim de agitação e propaganda da região de São Paulo, sobre a dissolução da FJCB:

Havendo algumas duvidas por parte de alguns camaradas sobre a dissolução da FJCB, aproveitamos o presente Boletim para esclarece-las, apesar de não ser este o lugar mais apropriado. As resoluções do ultimo congresso realizado pela IJC, giram principalmente em torno da questão da organização da juventude em orgaos de massas, do rompimento definitivo do sectarismo que tanto caracterizava a extinta FJCB. Depois de 7 ou 8 anos do existencia esta não passava de uma organização de jovens comunistas exclusivamente. Já pelo seu nome Federação das Juventudes Comunistas a FJC não podia de forma a algum a agrupar em seu seio a mocidade brasileira não-fascista toda inteira; conforme as ultimas resoluções.

A FJC era na pratica um Partido Comunista de jovens, realizando o mesmo trabalho que o P.C. Por estas razoes nao se podia continuar a dividir nossas forças, tendo em conta também a burocracia que obrigava a existir uma FJC com organismos perfeitamente semelhantes aos do nosso Partido.

A FJC, nessas condições, nunca poderia chegar a ser ao que ela somente se intitulava: uma orgnnização de massas da juventude. Eis porque, em resumo, foi preciso dissolve-la.

⁴⁷⁶ INFORME do camarada Marquês no VI congresso da IJC, 29 out. 1935. p. 10.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 12. Grifo nosso.

O desaparecimento da FJC não quer dizer, por outro lado, o desaparecimento do trabalho juvenil. Pelo contrário, ela foi dissolvida com o único objetivo dos jovens comunistas membros do partido intensificarem a organização da mocidade do país em torno de organizações não sectárias, amplas, onde seja possível a participação de não somente comunistas.

Nada, pois, temos a perder com a fusão da FJC no PCB, mas pelo contrário, se nos apresentam grandes vantagens: possibilidades de organizar uma ampla organização legal de jovens, reforçar as fileiras do nosso Partido acabar com a burocracia existente na ex—juventude, que impedia o trabalho de massas juvenil.

E no momento, o mais importante e fundamental é a união de toda a mocidade brasileira, na luta contra o integralismo e pela democracia, de toda a mocidade e não só da mocidade comunista.⁴⁷⁸

A dissolução da FJCB não foi ponto pacífico entre os militantes comunistas. A incompreensão de alguns camaradas quanto ao encerramento das atividades da Federação persistiu até 1938, e *A Classe Operária* publicou que “[...] os motivos que levaram a sua dissolução não tiveram razão de ser”, foi um erro.⁴⁷⁹ Admite-se que,

Na verdade, existia o problema da estagnação das atividades da JC e os amplos trabalhos de massa. A decisão mais acertada seria uma revisão na organização conspirativa que desse um golpe de morte no sectarismo estéril sem, no entanto, liquidar a ‘Escola do Comunismo’ e que abrisse possibilidades, que desenvolvesse os militantes jovens em trabalho de massa, capacitando como futuros militantes do PC.⁴⁸⁰

A organização juvenil não acabou por aí, ela foi anexada como Bureau Juvenil do Partido Comunista, o que a deixou em uma posição auxiliar, sem autonomia. “O partido não compreendia a JC como uma ampla organização de massa e transformava a JC em um apêndice do Partido”.⁴⁸¹ No começo, ela foi pensada como um programa

[...] que abrisse a mocidade brasileira maiores horizontes para a concretização de suas sentidas aspirações e deveria compreender uma campanha juvenil pela *cultura popular ampla, pela proteção à recreação e esportes dos jovens*. Os jovens comunistas já naquela época compreendiam esse programa e a dissolução da JC foi o que impediu a completa realização dessas lutas.⁴⁸²

Durante toda a sua existência, a FJCB acumulou experiência e conquistas no terreno esportivo, entretanto, ela não conseguiu consolidar o projeto do esporte proletário no Brasil e sua dissolução parece ter deixado tarefas a cumprir.

⁴⁷⁸ A DISSOLUÇÃO da FJCB. *Boletim de agitação e propaganda*, p. 14, n. 5, 15 de fev. 1937.

⁴⁷⁹ VIDA juvenil. *A Classe Operária*, janeiro de 1938, p. 8.

⁴⁸⁰ Ibid.

⁴⁸¹ INFORME ..., 1935. p.1.

⁴⁸² VIDA..., op. cit., p. 8. Nota 479.

4 Considerações finais

O estudo da relação entre a organização dos esportes em nosso país e a classe trabalhadora, no período compreendido entre 1928-1935, mais do que respostas levantou questões acerca do jogo de interesses que definiu formas diversas de envolvimento dos operários com o celeríssimo movimento em direção aos esportes naquele momento de instabilidade e renovação em nosso País. Nosso trabalho, dividido em três capítulos, explorou facetas diferentes dessa relação: na primeira parte, o esporte ultrapassa sua condição burguesa e alcança a classe trabalhadora que, do ponto de vista das lideranças desse movimento, poderia deixar de ser um instrumento de dominação do capitalismo e torna-se meio de educação proletária; na seqüência, aquele momento de intensa renovação político-cultural do nosso País permitiu a elaboração de diversas respostas do operariado ao controle, através das práticas esportivas, sobre seu cotidiano; por último, quando os embates entre burgueses e trabalhadores sobre os sentidos do esporte tornaram-se mais polêmicos, estes últimos, através da FJCB, investem numa estratégia inflexível para garantir a manutenção e a renovação dos quadros militantes.

Dessa seqüência extraímos que, historicamente, a relação entre esporte e sociedade no Brasil seguiu os rastros da trajetória burguesa do esporte europeu da era moderna, em que a prática esportiva foi uma atividade de elite usufruída como atividade amadora. Os filhos privilegiados da elite brasileira, principalmente carioca e paulista, trouxeram das suas viagens à Europa as atividades esportivas que se disseminaram juntamente com a cultura de movimento reproduzida por trabalhadores imigrantes e com a demanda das condições objetivas da modernização do país. Para o que interessa este estudo, foi o embate entre essa demanda de modernização e a cultura dos trabalhadores no campo esportivo que nos possibilitou interpretar que o esporte se desenvolveu como impulso civilizador, servindo sua prática de fomento para as idéias de reforma social a partir da educação, da afirmação da nacionalidade e da preparação para a guerra e defesa do Estado.

Esses ideais burgueses também habitaram, de alguma maneira, o outro pólo dessa relação: o esporte proletário, tal como citado, se aproxima do amadorismo esportivo na tentativa, ao que parece, de preconizar uma perspectiva pacifista e internacionalista. As olimpíadas operárias, as *spartakiadas*, revelaram o repúdio ao profissionalismo esportivo e união de milhares de

trabalhadores de diversas nacionalidades, como registrou o jornal *O Internacional*, dando um testemunho iniludível do verdadeiro esporte: completamente alheio às possibilidades comerciais desse gênero de reuniões para dedicar-se exclusivamente ao fim a que se destina o esporte, quer dizer, trazer maior harmonia entre países e raças, bem como uma maior solidariedade entre o gênero humano!⁴⁸³

Uma posição semelhante pode ser encontrada também entre burgueses e operários na relação entre o esporte e ao domínio de si, bem como na idéia que aceita o efeito compensatório que ele pode exercer. A racionalização do trabalho e da vida no contexto em questão determinou a necessidade de elaborar um novo tipo de homem adequado ao novo trabalho e à produção. Nos artigos da revista da área da educação física isso se expressa pela educação e disciplina do corpo e pelos benefícios das práticas esportivas para saúde. Já nos jornais proletários as vantagens do esporte estavam também vinculadas à preparação para o trabalho “contrabalanceando a ação nociva das fábricas e desenvolvendo certos músculos”.⁴⁸⁴ A prática esportiva era um “caminho seguro para o maior conhecimento entre si, para o levantamento moral da classe trabalhadora e para a verdadeira consciência proletária”⁴⁸⁵, além de um meio de disciplinar os jovens para a militância.

O que parece estar em jogo nessa relação é a neutralidade e/ou ambigüidade do esporte e usos possíveis que dele foi feito. Não houve por parte dos comunistas a elaboração de uma crítica ao conteúdo interno do esporte e aos seus códigos. O esporte foi considerado como produto histórico, como uma conquista dos homens que deveria, assim, estar a serviço da maioria, ou seja, dos trabalhadores. Como citado no texto, caso o esporte estivesse sob o domínio burguês necessariamente seria um instrumento de dominação. Mas sob a tutela comunista ele transformava-se em uma prática salutar, um importante meio de aglutinar operários sob sua influência. Assim, a utilidade dos espaços esportivos caracterizados como proletários não serviram apenas para usufruto da prática, mas também como doutrinação política. Entretanto, sem questionar os conteúdos e as formas de uso do esporte, aproveitando dele somente a aceitação e inserção entre os trabalhadores. Direcionamento semelhante foi dado no caso das inovações técnicas do trabalho. Por um lado, a modernização das máquinas e as novas concepções de produção facilitaram a execução de muitas funções. Por outro, os trabalhadores

⁴⁸³ NEO, 1928, s/p.

⁴⁸⁴ DEVE..., 1932, p. 2.

⁴⁸⁵ NEO, 1928, s/p.

sentiram novas e intensas formas de exploração não só pelo trabalho, mas também pelo controle da vida cotidiana. Em uma perspectiva classista que favorecesse o operariado, como deixa sugerir os jornais, isso talvez não acontecesse.

Igualmente polêmica é a afirmação de uma disposição natural para o esporte fortemente relacionada à juventude. Na revista *Educação Physica*, notadamente a partir do limite do nosso recorte temporal, essa vinculação do esporte à uma vontade natural e espontânea do homem aparece nos debates sobre as implicações que a modernização trouxe à vida cotidiana, ou seja, o esporte veio suprir aquilo que foi destituído dos humanos pela máquina, o movimento e a espontaneidade. Os artigos não deixam claro se foi esse o pensamento que justificou essa vinculação do esporte com a juventude, mas se levarmos em consideração o contexto estudado e a aproximação entre esporte burguês e proletário a afirmativa poderá ser segura.

Essas imbricações entre operariado e burguesia no campo esportivo nos remete ao questionamento da crítica que os trabalhadores organizados fizeram ao esporte. Toda essa elaboração de um outro papel social do esporte em outra sociedade que não a capitalista parece ter desconsiderado a história de envolvimento que a classe trabalhadora construiu com o esporte no Brasil. A caracterização de uma postura inflexível no projeto de proletarização do esporte apontou para um descompasso entre a possibilidade de agir e a consciência dos limites. Um dos motivos que explicam esse desencontro é a própria implementação, em nosso país, de idéias originadas em um contexto internacional: falamos aqui do papel da Internacional Comunista, sem o conhecimento das peculiaridades do desenvolvimento dos esportes em nosso país e estruturação da classe operária.

Outra implicação da proletarização do esporte realizados nesses moldes foi a indeterminação de uma postura objetiva de ação. A partir de 1930, quando o esporte ganhou grande relevância para a política e futebol ganhou *status* de profissão, pode-se perceber um certo oportunismo político dos comunistas em relação à prática esportiva ao mudarem de posição com alguma frequência, ao tomarem o esporte da forma como mais bem lhes convém no momento. Esse oportunismo pode ter gerado complicações para a determinação de uma postura coerente e possível na questão esportiva operária uma vez que críticas à capacidade de organização e liderança no esporte estiveram em destaque na avaliação dos trabalhos. A questão aqui parece ser mais a capacidade de aproveitamento do entusiasmo esportivo em favor do fortalecimento

da classe e menos de constituição de um esporte configurado a partir de concepções proletárias.

Como foi sugerido ao longo do texto, os trabalhadores organizados, notadamente os comunistas, não tiveram interesse no esporte em si, mas apenas na prática como meio de mobilização. Essa consideração não só faz efêmera ou insustentável a relação entre esporte e operariado, da perspectiva da organização militante, mas coloca em questionamento o próprio sentido de proletarização da cultura esportiva: esse projeto parece não ter sentido em si e ao dedicar pouca atenção ao conteúdo interno do esporte sugere a não intencionalidade de debater a questão de o esporte ser um bem cultural ou ser uma expressão do modo de produção capitalista no plano da cultura de movimento.

As questões que alimentam a polêmica de um esporte proletário no Brasil não terminam por aqui. Nosso estudo, com limitações de diversas ordens, buscou investigar a concepção e a trajetória da proletarização do esporte em nosso país e usando fontes distintas construímos um determinado ponto de vista sobre o tema a partir da militância organizada. Outros desafios se colocam para esse tema, como por exemplo, a necessidade de explorar com mais vigor as aproximações e contradições do esporte proletário colocando esses elementos em diálogo com a produção da sociologia crítica do esporte. Outro desafio seria a investigação das organizações de atividades esportivas de trabalhadores que correram paralelamente à ação militante, tensionando as práticas ali construídas com o discurso idealizador do esporte proletário, tecendo, assim, histórias paralelas, distintas e que refazem o sentido e o percurso daquele projeto.

Por fim, deve-se dizer que esse estudo termina sem encerrar as questões e impasses da relação entre o esporte e o movimento operário. Do que foi construído aqui, vale destacar a posição dividida dos comunistas que ora em críticas ora em aceitação dedicou tempo e muito esforço à tarefa de estabelecer um contraponto cultural, no plano dos esportes, à ordem estabelecida e que muitas vezes “tropeçou” nas próprias elaborações.

5 REFERÊNCIAS

- ABREU, Ricardo. 75 anos de fundação da Juventude Comunista do Brasil. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 67. 2003. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=67&cod_not=212>. Acesso em: 17 out. 2006.
- ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. *A vitória da razão (?)*: o Idort e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. *Futebol de fábrica em São Paulo*. 1992. 219f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- _____. Futebol nas fábricas. *Revista USP*, São Paulo, n 22, jun/agos., p. 102-109, 1994.
- ARAÚJO, Silvia; CARDOSO, Alcina. *Jornalismo e militância operária*. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.
- ARÊAS, Luciana Barbosa. *Consentimento e resistência*: um estudo sobre as relações entre trabalhadores e Estado no Rio de Janeiro. 2000. 343f. Doutorado (Doutorado em História) – Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2000.
- ARNAUD, Pierre (Org.). *Les orígenes du sport ouvrier en Europe*. Paris: L’Harmattan, 1994.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. 2 ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 145-158.
- _____. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (org). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*: da proclamação da república à revolução de 1930. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 161-189.
- BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *'Ser forte para fazer a nação forte'*: a Educação Física no Brasil (1932-1945). Dissertação (mestrado em História Social). Faculdade de letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte*: uma introdução. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2005.
- CANTARINO FILHO, Mário. *A educação física no Estado Novo*: História e doutrina brasileira. 217f. Dissertação (Mestrado em Educação) Brasília: UnB, 1982.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. *A imprensa confiscada pelo DEOPS*. São Paulo: Ateliê, 2003.

CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Quando a história da educação é uma história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. A república, a escola e os perigos do alfabeto. In.: _____(Org.). *A escola e a república e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

CUNHA, Euclides. Os sertões. In: SANTIAGO, Silviano (Org.). *Intérpretes do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 168-625.

DECCA, Edgard. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. São Paulo: Paz e terra, 1987.

DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

ELIAS, Norbert. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

DULLES, John. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. Crise dos anos vinte e a revolução de trinta. In. _____. *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1978. t. 3, v.2, p. 401-426.

_____. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1986.

_____. *Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930. In. DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 389-415.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FRANZINI, Fábio. *Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1987.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. Impressos operários, leitores e práticas de resistência. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, n 7, 1º semestre, 2000.

GOELLNER, Silvana Villodre. *O método francês e a educação física no Brasil: da caserna à escola*. 1992. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

_____. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na revista educação física*. Unijuí: Ijuí, 2003, p. 17.

GOMES, Angela Maria Correia. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Campus: Rio de Janeiro, 1979.

_____. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vertice, 1988.

GOUNOT, André. Sport or Political organization? Structures and characteristics of the Red Sport International (1921-1937). vol. 1, n. 1, p. 23-39, 2001. Disponível em: <http://www.aaflo.org/SportsLibrary/JSH/JSH2001/JSH2801/JSH2801d.pdf>. Acesso em: 15 out 2006.

_____. Sport réformiste ou sport révolutionnaire? Les débuts des Internationales sportives ouvrières. In: ARNAUD, Pierre. *Les origines du sport ouvrier em Europe*. Paris: L'Harmattan, 1994. p. 219-246.

HARDMAN, Francisco Foot, *Nem pátria nem patrão: Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: _____. *Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____; RANGER, Terence.: *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LENHARO, Alcyr. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.

LINHALES, Meyli. Políticas públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: VAGO, T. M.; SOUSA, E. S. (Org.) *Trilhas e partilhas: Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais*. Belo Horizonte: Editora Cultura, 1997. p. 219-229.

_____. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LUCENA, Ricardo. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCASSA, Luciana. *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888 – 1935)*. 2002. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MELO, Victor Andrade de. *Cidade sportiva: do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Duramá, 2001

_____. *História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas*. São Paulo: Ibrasa, 1999

MORAES, Cláudia. *Educação física, lazer e o mundo do trabalho na revista Educação Física (1932-1945) e um contraponto possível com os jornais proletários*. 2004. 130 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2004.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NAGLE, Jorge. Educação na primeira república. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1978. t. 3, v.2, p. 259-291.

NEGREIROS, Plínio José Labriola. Futebol nos anos 1930 e 1940: construindo a identidade nacional. *História: Questões e Debates*. Curitiba, n. 39, p. 121-151, 2003.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-44.

PACHECO, Eliezer. *O Partido comunista brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-omega, 1984.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos nas falas dos outros: tempo espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, J. L (org). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo; Marco Zero. 1987.

PEREIRA, Leonardo Afonso Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sergio. *Estratégias da Ilusão: a revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1991.

_____. O proletariado industrial na primeira república. IN: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1978. t. 3, v.2. 1978. p.135-178.

PRADO, Antônio Armoni (Org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In. FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1978. t. 3, v.2, p. 361-433.

SANTOS, Jorge Artur dos. *Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1889-1947)*. 2000. 277f. Dissertação (Mestrado História Social) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SCHNEIDER. Omar. *A revista de educação física (1932 – 1945): estratégias editoriais e prescrições educacionais*, 2003. 344 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica e ritmos do Rio. In: _____. *História da Vida privada no Brasil: república – da Belle Époque à era do Rádio*. São Paulo: companhia das letras, 1998. p. 513-619.

_____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SIQUEIRA, Uassyr. *Clubes e sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro: organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924)*. 2002. 190f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2002.

SOARES, Carmen. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.

STRAUSS, Leon. Le sport travailliste français pedant l'entre deux guerre. In: ARNAUD, Pierre (Org.). *Les origenes du sport ouvrier em Europe*. Paris: L'Harmattan, 1994. p. 193-218

TOLEDO, Luiz Henrique. Futebol e teoria social: aspectos da produção acadêmica brasileira (1982-2002). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, v. 52, p. 133-165, 2001.

VAZ, Alexandre Fernandes. Teoria crítica do esporte: origens, polêmicas, atualidade. *Revista Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 1, Nov2005/Fev2006. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc/pdf/es102.pdf>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2007.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p.227-234, 1995. Semestral. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/175.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2006.

VINHAS, Moises. *O partido: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

WEINSTEIN, Barbara. (Re)formação da classe operária no Brasil (1920-1964). São Paulo: Cortez, 2000.

ZICMAN, René Barata. História da através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, p. 89-102, 1985.

5.1 FONTES

Boletins, cartas, circulares, resoluções teses e informes⁴⁸⁶

A DISSOLUÇÃO da FJCB. *Boletim de agitação e propaganda*, n. 5, p. 14, 15 de fev. 1937.

ÁLVARO. Federação de massa, federação de classe. *Boletim Interno da Juventude Comunista*, n. 2, p. 3, dez 1930.

BOLETIM [do Comitê Central da FJCB], n. 1, abr. 1935..

BOLETIM Interno da Juventude Comunista do Brasil, n. 1, out. 1930.

CARTA ao Secretariado da Organização do KIM, Rio de Janeiro, 7 dez. 1928.

CARTA da Federação da Juventude Comunista do Brasil ao Secretariado Sul-Americano Juvenil da Internacional Juvenil Comunista, 3 jan. 1930.

CARTA DE CASEMIRO à Federação da Juventude Comunista do Brasil, 19 set. 1930.

CARTA do Comitê Regional de Pernambuco ao CC da FJCB, 11 set. 1931.

CARTA do Comitê Regional de Pernambuco ao C.C. da FJCB. 22 nov. 1931.

CARTA do Secretariado do Comitê Central da F. da J C. do Brasil ao Secretariado Sul-Americano da Internacional Juvenil Comunista, 5 agos. 1929.

CIRCULAR sobre o 2º pleno da Federação da Juventude Comunista do Brasil, 25 out. 1929.

ESTATUTOS do Centro de Jovens Proletários do Brasil. Rio de Janeiro. 1929.

INFORME do camarada Marquês no VI congresso da IJC, 29 out. 1935.

⁴⁸⁶ A grande maioria dos documentos referentes à FJCB está localizada no AEL – UNICAMP, Coleção Internacional Comunista, rolo de microfilme n. 8.

INFORME da federação Juvenil Comunista do Brasil apresentada pelo camarada Arnaldo no Secretariado da América do Sul e do Caribe do Comitê Executivo da IJC, 24 mar. 1933, p. 20.

INFORME da FJCB apresentada pelo camarada Arnaldo no Secretariado da América do Sul e Caribe do Comitê Executivo da ICJ, 24 mar. 1933.

INFORME sobre a Federação da Juventude Comunista e na juventude trabalhadora, 14 out. 1934.

PELA PROLETARIZAÇÃO de nossa federação. *Boletim da Federação da Juventude Comunista*, n. 2, dez. 1930.

PERY. Pela Unificação da JC. *Boletim interno da Federação da Juventude Comunista*, n. 3, fev. 1931, p. 4.

PLANO CONCRETO de Tarefas para a Federação no período de 2 meses. *Boletim Interno da Juventude Comunista*, n. 3, fev. 1931.

RELATÓRIO do Comitê Central da Federação da Juventude Comunista do Brasil, 5 jun. 1935.

RELATÓRIO do Encarregado Sportivo da Juventude Comunista do Brasil. *Relatório dos Trabalhos do 1º Congresso da Federação da Juventude Comunista do Brasil*, 26 mar. 1929.

RELATÓRIO Geral da Federação da Juventude Comunista do Brasil, 13 jan. 1930. datilografado.

RELATÓRIO dos trabalhos apresentados ao 1º Congresso da Federação da Juventude Comunista do Brasil, 26 mar. 1929.

RESOLUÇÃO DO 2º PLENO do Comitê Central da Federação da Juventude Comunista sobre a situação do país e sobre a situação e tarefas da Juventude Comunista do Brasil, sem data.

RESOLUÇÃO DO COMITÊ Central Ampliado da Federação da Juventude Comunista sobre as tarefas do Partido Comunista Situação. *Boletim da Federação da Juventude Comunista*, n. 1, out. 1930, p.3.

RESOLUÇÃO política da reunião de ativos do Rio de Janeiro. *Boletim Interno da Juventude Comunista*, n. 3, fev. 1931.

RESOLUÇÃO sobre a conferência do Nordeste e Ext. -Norte, do Secretariado Político do C. C. da FJCB aos camaradas das Regiões Juvenis do Nordeste e Extremo Norte do Brasil, 23 jul. 1931.

SITUAÇÃO e tarefas da federação. *Boletim da Federação da Juventude Comunista*, n. 1, out. 1930.

SITUACIÓN de la juventude proletaria del Brazil, incompleto, sem data, sem assinatura.

SOBRE A JUVENTUDE Comunista. *Teses do 3º Congresso do PCB*, 12 fev. 1929.

SOBRE A QUESTÃO esportiva. *Teses do 3º Congresso do PCB*, 12 fev. 1929.

SOUZA. A região do Rio. *Boletim da FJCB*, n 1, abr. 1935.

TESE do Bureau Sul Americano da Internacional Juvenil Comunista à Federação da Juventude Comunista do Brasil, sem data.

VI CONFERÊNCIA regional. *Boletim da Federação da Juventude Comunista*, n. 1, out. 1930, p. 1.

Jornais

A Classe Operária

A LEGISLAÇÃO social fascista. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n 93, p.2, 19 jul. 1930.

COMO os “trabalhistas” escarnecem da miséria dos trabalhadores. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 2, 28 jul. 1930.

CONFEDERAÇÃO Geral do Trabalho. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 fev. 1930. n 86.

DISCURSO do representante da juventude na praça Mauá. *A classe operária*, Rio de Janeiro, n 2, p. 2, 5 maio 1928.

DOS NOSSOS correspondentes. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n 1, p. 1, 1 maio 1928.

DYSTER. A organização dos jovens. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n 4, p. 3, 19 maio 1928.

JUVENTUDE proletária. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, p. 4, 17 abr. 1930.

MILHÕES de operários, de empregados, de lavradores pobres e de mulheres e jovens trabalhadores – Organizaem-vos nas associações de classe. *A Classe Operária*. p. 1, n. 2. 5 maio de 1928.

O PROBLEMA da centralização das forças operárias resolvido. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 3, 1 maio 1928.

SECRETARIADO político da internacional comunista. Resolução da internacional comunista sobre a questão brasileira. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 3, 17 abr. 1930.

SPORT proletário: todo operario footballer deve ingressar nos clubs proletários. *A Classe operária*, Rio de Janeiro, n 1, p. 4, 1 maio 1928.

VIDA juvenil. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, jan. 1938.

A Nação

COMENTANDO... . *A Nação*, Rio de Janeiro, p. 4, 5 jan 1927.

COMENTANDO..., *A Nação*, Rio de Janeiro, p. 4, 12 de mar 1927.

COMENTANDO..., *A Nação*, Rio de Janeiro, p. 4, 14 de mar 1927.

REGIME desportivo falido. *A nação*, Rio de Janeiro, p. 4, 5 jan 1927.

A Plebe

CENTRO de cultura social. *A Plebe*, São Paulo, São Paulo, n. 8, p.1, 14 jan 1933.

OS TRABALHADORES e suas agrupações. *A Plebe*, São Paulo, n. 8, p.1, 14 jan 1933.

ZAMBY, Ganga. A intromissão suspeita dos intelectuais da burguesia nos assuntos proletários. *A Plebe*, São Paulo, n 53, p. 1, 13 jan. 1934.

O Internacional

A. FRES. Pelo esporte proletario contra o esporte burguez. *O Internacional*, São Paulo, n 143, p. 2, 1 out. 1928.

COMPANHEIROS jovens e adultos lutemos pela completa organização do esporte proletário. *O Internacional*, São Paulo, n 155, p. 3, 1 maio 1929.

NEO. O esporte entre os trabalhadores. *O internacional*, São Paulo, s/p, 31 out 1928.

PENHA. O proletariado e o esporte. *O Internacional*, São Paulo, n 153, p. 3, 1 mar. 1929.

VOCÊ me conhece?. *O internacional*, São Paulo, n 155, p. 3.1 maio 1929,

O jovem Proletário

A INSÍGNA esportiva soviética. *O jovem proletário*, Rio de Janeiro, p. 3, nov. 1934.

O Proletário

DEVE o trabalhador praticar esportes?. *O proletário*, São Paulo, p. 2, 9 jun 1932.

O Trabalhador Graphyco

AGOS. Juventude proletária. *O Trabalhador Graphyco*, São Paulo, n 102, p. 3, 5 dez. 1928.

ASSOCIAÇÃO Graphica de Esportes. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, n. 97, p. 7,1 jul 1928.

AOS OPERÁRIOS esportistas. *O Trabalhador Ghapico*, São Paulo, n 98, p. 4, 1 agos 1928.

CONSCIÊNCIA de classe. *O Trabalhador Graphyco*, São Paulo, n 95, p. 7, 1 maio 1928.

DEMART. Esporte proletário: a grande illusão. *O Trabalhador Graphyco*, São Paulo, n 8, p. 4, 7 fev 1933.

E AGORA para frente. *O Trabalhador Graphyco*, São Paulo, n 8, p. 1, 7 jan. 1933.

NOSSA ORGANIZAÇÃO é uma só, é a UTG. *O Trabalhador Graphico*, São Paulo, n 11, p. 34 nov.1933.

O DEPARTAMENTO esportivo da UTG. *O Trabalhador Graphyco*, São Paulo, n 95, p. 51 maio 1928.

OS INDUSTRIAES e a aplicação da lei de férias. *O Trabalhador Graphyco*, São Paulo, n 97, p. 81, jul. 1928.

UM APPELO aos esportistas graphics. *O Trabalhador Graphyco*, São Paulo, n 98, p. 4, 1 ago. 1928.

UM LAMENTAVEL incidente e um salutar exemplo. *O Trabalhador Graphyco*, São Paulo, n 11, p. 3. 4 nov. 1933.

VAMOS companheiros. *O Trabalhador Graphyco*, São Paulo, n 8, p. 4, 7 fev. 1933.

VIVA o esporte proletario!. *O Trabalhador Graphyco*, São Paulo, n 97, p. 7, 1 jul 1928.

O Solidário

FOOT-BALL operário. *O solidário*, Santos, p. 2, 20 jan. 1926.

Nossa Voz

CARTA Aberta. *Nossa Voz*, São Paulo. p. 5, 1 jan 1935, n 33.

COMITÊ Regional de São Paulo da Federação da Juventude Comunista. *Nossa Voz*, São Paulo, n 33, p. 5, 1 maio 1935.

CULTURA burguesa e cultura proletária. *Nossa Voz*, São Paulo, n 24, p. 4, 15 ago 1934.

FIRPO. Futebol, *Nossa Voz*, São Paulo, n 22, p. 2, 15 jul 1934.

Revistas

Revista Cultura

RODRIGUES, Benigno Fernandes. Considerações em torno do Esporte proletário. *Revista Cultura*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 8-10, nov. 1928.

Revista Educação Physica

BERRY, Elmer. Sistemas de educação physica: suas características e valores. *Revista Educação Physica*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 18, 1932.

DEFINIÇÕES de educação physica. *Revista Educação Physica*, n. 3, s/p, 1933.

EDITORIAL. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3, mar. 1932.

_____. *Educação Physica*, n. 2, p. 3, 1932.

_____. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 11, mar. 1934.

FISHER, Irving. A nova educação physica. *Revista Educação Physica*, n 4, p. 12, mar.1934.

REZENDE, Octavio Murgel. Os esportes como elemento de coesão nacional. *Revista Educação Physica*, n. 2, p. 51, dez. 1932.